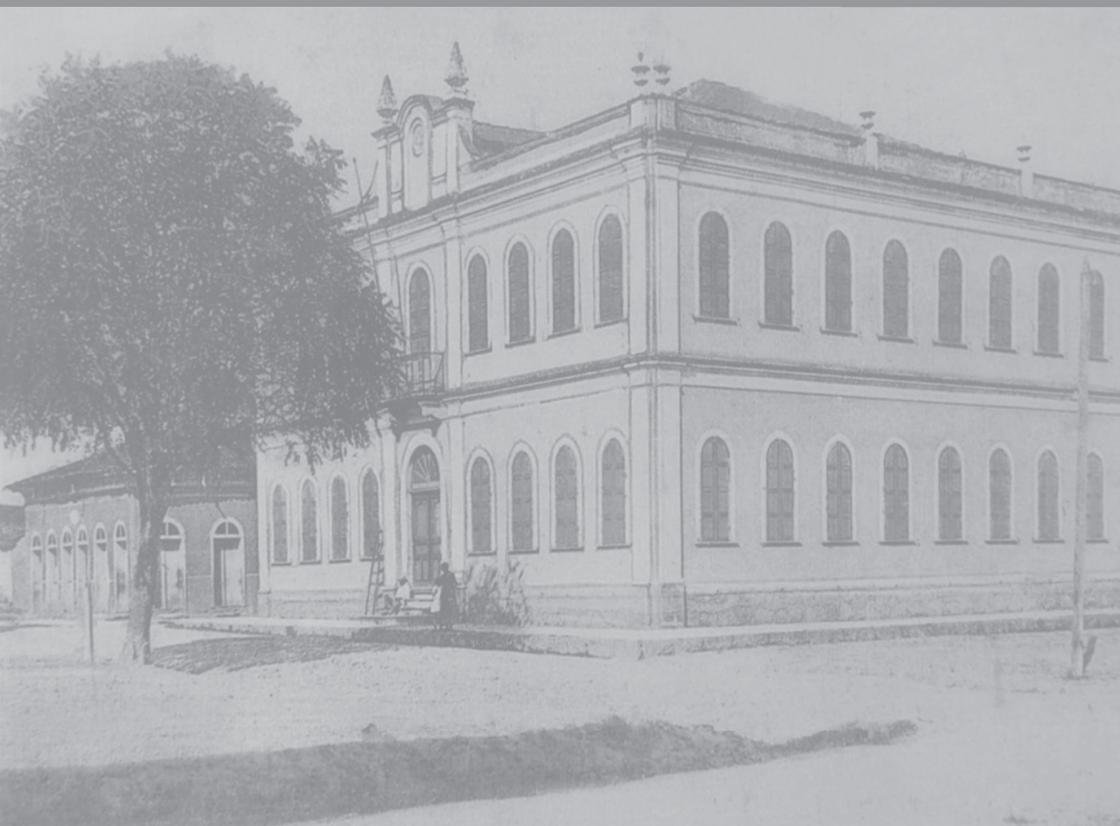


Os rumos de uma Filadélfia mineira pelas lentes da Câmara Municipal teófilo-otonense

Márcio Achtschin Santos
Rivani Lopes Negreiros
Valmer Batista Barreto



VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI LEGISLATURA 2021-2024

Ailton de São Miguel do Pita

Américo Vicente da Silva

Carlos Felipe Barbosa

Diogo Ferreira da Silva

Eliane Moreira de Aguiar

Fábio Lemes de Souza

Gabriel Gusmão Dias Svizzero

Gílson Ferreira Gonçalves

Harlei da Costa Araújo

João Paulo Ferreira do Nascimento

Juvenal Martins de Souza Júnior

Lidiomar Souza da Silva

Luiz Fernando de Oliveira

Paulo Leite Guimarães

Roberto Crescêncio de Souza

Sérgio Marcos Franca Cardoso

Sidnei Santos da Silva

Ugleno Alves Pereira Santos

Vânia Mirian Salustiano Resende

**OS RUMOS DE UMA FILADÉLFIA
MINEIRA PELAS LENTES DA
CÂMARA MUNICIPAL
TEÓFILO - OTONENSE**

Márcio Achtschin Santos

Rivani Lopes Negreiros

Valmer Batista Barreto

Copyright © Márcio Achtschin Santos

Revisão:

Adriane Paixão Acrux

Capa e Contracapa:

Caio Silva Achtschin

Vitor Silva Achtschin

Diagramação:

@nikolas.designer

33 98702.9646

Ficha Catalográfica

Bibliotecário responsável: Baltazar José Filho – CRB-6/2775

S237r

Santos, Márcio Achtschin.

Os rumos de uma Filadélfia mineira pelas lentes da Câmara Municipal Teófilo-Otonense. / Márcio Achtschin Santos, Rivani Lopes Negreiros, Valmer Batista Barreto - Teófilo Otoni: Edição Independente, 2023.

176 p.; il.

ISBN: 978-65-00-78128-1.

1. Câmara Municipal. 2. Teófilo Otoni. 3. Política. I. Negreiros, Rivani Lopes. II. Barreto, Valmer Batista. III. Título.

CDD: 981.815 1

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	07
APRESENTAÇÃO.....	08
CAPÍTULO I.....	11
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI	
CAPÍTULO II.....	23
DA FORMAÇÃO DO LEGISLATIVO AO PERÍODO VARGAS	
CAPÍTULO III.....	65
UM BREVE SUSPIRO DEMOCRÁTICO: A CÂMARA DE 1947 A 1964	
CAPÍTULO IV.....	103
O APOGEU E A CRISE ENTRE 1964 E 1988	
CAPÍTULO V.....	135
1989 AOS DIAS ATUAIS : TENDÊNCIA DEMOCRÁTICA - AVANÇOS E PERMANÊNCIAS	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
FONTES.....	163
REFERÊNCIAS.....	167

PREFÁCIO

Quando Teófilo Benedicto Otoni fundou o pequeno lugarejo que denominou Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia, já previa ser esse um lugar próspero. Passados 170 anos da célebre frase “Hei de fazer aqui a minha Filadélfia”, o homem progressista e visionário nascido no Serro seguramente não se enganou.

O desenvolvimento de Teófilo Otoni é percebido a olhos nus e isso só foi possível graças a um misto de resiliência e determinação de seu povo. Parafraseando Euclides da Cunha, o teófilo-otonense é antes de tudo um bravo. Mesmo vivendo longe do auxílio dos grandes centros e com todas as limitações dos espaços naturais, aqui se ergueu um dos principais centros urbanos de Minas Gerais.

A Câmara Municipal de Teófilo Otoni foi fundamental nessa construção. A Casa do Povo esteve, desde a emancipação do município, ao lado da comunidade em todas as lutas, em todos os momentos de dificuldades e em todas as conquistas. Com as possibilidades e limites de cada tempo, participou das demandas locais, sendo sensível às mais diferentes necessidades, quer sejam dos produtores rurais, quer sejam das pessoas em situação de rua, quer sejam dos comerciantes, quer sejam das comunidades indígenas ou dos quilombolas.

Portanto, nada mais oportuno nestes cento e setenta anos de formação de Teófilo Otoni do que o legislativo municipal oferecer como presente, por meio deste livro, sua contribuição para manter viva a história local. Entendemos que o bem mais precioso dos cidadãos e cidadãs é a preservação de sua memória, pois é a base para despertar o sentimento de pertencimento das pessoas. Por sua vez, é por meio da memória e do pertencimento que se resgata a identidade de um povo.

Desejo boa leitura a todos e todas.

Lidiomar Souza da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Teófilo Otoni biênio 2023/2024

APRESENTAÇÃO

Entendemos que as primeiras linhas deste trabalho precisam se iniciar com algumas (muitas) ressalvas. A primeira delas foi o desafio em escrever, por meio das lentes da Câmara Municipal, cento e setenta anos da vida política, econômica, social e cultural de Teófilo Otoni em tão poucos meses. Sabendo que oportunidades assim são raras, não nos furtamos dessa empreitada.

Para superar esse obstáculo, propomo-nos a apresentar um roteiro que servirá de referência a pesquisas futuras e necessárias acerca das relações de poder em Teófilo Otoni. Evidentemente, as nossas leituras são de autores que selecionam fatos, pois seria impossível trazer para análise todas as denominações de ruas e todos os títulos de cidadãos-honorários propostos nas sessões da Câmara. E, depois de selecionados os fatos, há uma interpretação deles que também será sempre uma percepção parcial.

Outro limite que necessita ser apresentado aos leitores são as fontes. Pelo que foi proposto, as atas das reuniões da Câmara de Vereadores de Teófilo Otoni foram a principal fonte utilizada. Esses registros são muito escassos no século XIX e início do século XX. É um período em que pouco se tem disponível e as que foram pesquisadas encontravam-se em publicações de periódicos locais. De qualquer modo, as atas são documentos por si limitados, pela ausência de detalhes nesses escritos. Propõem-se a ter um caráter formal e não possibilitam perceber todos os jogos e arranjos que envolvem as práticas políticas. O trabalho minucioso aqui feito oferece leituras possíveis, sinalizando tendências bem visíveis, mas não definitivas. Assim, o livro torna-se um ponto de partida e não uma leitura final e uma verdade absoluta.

A não transcrição de nomes em alguns momentos específicos se justifica porque tivemos a preocupação de evitar a exposição de nomes em situações pouco confortáveis. Para sermos fiéis às fontes pesquisadas, mantivemos a grafia escrita nos documentos, ocorrendo, assim, nomes escritos com letras distintas, como o caso de Virgulino e Virgolino.

Entendemos também que, por muitas vezes, os debates acalorados da Câmara levavam a acusações infundadas. Em sentido oposto, mas fazendo referência à individualização da narrativa proposta pelos

autores, objetivamos não exaltar grandes nomes e grandes feitos, todavia a construção de uma trajetória pautada por uma leitura crítica. Daí, antecipamos um alerta: não espere desta obra o destaque de grandes nomes e seus feitos. É uma história contada que propõe envolver diversos atores e o seu contexto.

É um trabalho que procurou identificar as transformações ocorridas ao longo da cidade de Teófilo Otoni, bem como as permanências. Problemas superados e outros por superar. Condutas se adequando à realidade nacional bem como construções próprias de um território que se forma com vida própria.

De modo que, por meio de uma proposta crítica aos documentos, a preocupação foi muito mais em encontrar uma construção histórica a partir de uma leitura estrutural. A Câmara Municipal representa a comunidade em suas qualidades e defeitos, bem como não representa o único, porém é um dos múltiplos espaços de poder constituído em uma sociedade.

Essa pesquisa se desenvolveu em uma parceria da Câmara Municipal de Teófilo Otoni com o Museu Virtual Vale do Mucuri (MUVIM), o Programa de Pós-graduação em Administração Pública (PPGAP)/UFVJM e o Núcleo de Pesquisas sobre educação, políticas e cidadania (NUPPEC)/UFVJM.

Jamais uma atividade como esta é realizada sem o comprometimento de diversas pessoas. Corremos o risco, ao nominar cada um dos envolvidos, de estar cometendo injustiças. No entanto, em especial, gostaríamos de trazer a público o agradecimento aos funcionários da Câmara Municipal de Teófilo Otoni e da Secretaria de Cultura, que não pouparam esforços para disponibilizar todo material necessário para a pesquisa. Agradecemos igualmente à 269 Zona Eleitoral de Teófilo Otoni – Tribunal Regional Eleitoral/MG, ao Grupo Diário Tribuna e o Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri por conceder o acesso aos respectivos acervos.

Quanto à divisão dos capítulos, no primeiro foi trabalhada de maneira breve a história do Vale do Mucuri. O capítulo seguinte tomou como ponto de partida a emancipação do município até o fim do Estado Novo, em 1945. O capítulo três seguiu a divisão do marco nacional, ou seja, o fim do Estado Novo e o início do Golpe de 1964. O capítulo quatro inicia-se com o governo militar e encerra-se no fim dos anos de 1980. O último capítulo tem como ponto de partida o governo de Edson Soares, chegando aos dias atuais.

Os autores

CAPÍTULO I

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI

1. O Vale do Mucuri

As informações existentes sobre a formação do Vale do Mucuri, localizado no nordeste do estado de Minas Gerais, antes do século XIX, ainda são escassas e pouco precisas. A ausência de trabalhos arqueológicos na região ainda está por identificar os primeiros habitantes da região. O que é possível ter como referência são os registros dos viajantes, nacionais ou estrangeiros, que estiveram no Mucuri a partir do final do século XVIII. Nessas fontes, as narrativas mais frequentes retratam os chamados pejorativamente de Botocudos.

Segundo Izabel Missagia de Mattos (2004), os Botocudos eram subgrupos diversos dos povos originários que viviam nas matas do Mucuri, tendo em comum alguns aspectos, como a língua Macro-Jê, e também diferenças que foram pouco percebidas pelos grupos de viajantes que aqui chegavam em crescente número nos anos de mil e oitocentos. O projeto civilizatório relacionado pretendia ocupar a região a qualquer preço, demonizando os povos originários e classificando em um mesmo grupo aqueles tão distintos como os Borun e os Maxakali.

Por sua vez, não se pode considerar o Vale do Mucuri como uma continuidade da realidade mineira do século XVIII. Se há a possibilidade de incluir o Mucuri dentro da lógica colonial mineradora, pode-se considerar que o governo português preservou as matas da região como uma forma de manter um obstáculo natural para dificultar o contrabando de metais preciosos (ACHTSCHIN, 2018).

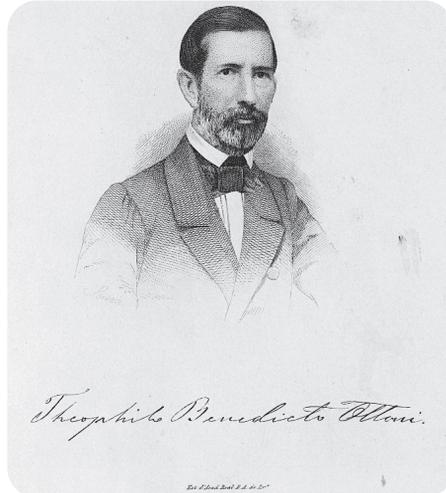
Porém o século XIX seria outro momento. A economia mineira já não tinha como base a exploração aurífera e é enganoso se achar que a mesma estava em crise. Era um mercado que pulsava, possuindo um alto grau de mercantilização, principal fonte de abastecimento da capital do Império. Outras formas produtivas, especialmente a agricultura, buscavam ampliar seu espaço nas Minas Gerais (CUNHA, 2002). As matas do Mucuri, terra fértil e com água em abundância, eram o novo destino dos agricultores (RIBEIRO, 2013). O grande fluxo migratório para o nordeste mineiro deve ser entendido dentro de um contexto específico, sendo um novo modelo de produção que buscava territórios para expansão de investimentos.

Corroborar com esse cenário o interesse do Império em busca de controle do território nacional recém-independente, em especial as áreas menos povoadas (DUARTE, 2002). O Estado brasileiro, à época, apropriou-se do discurso típico dos valores oitocentistas europeus, assumindo as propostas de destruição das matas e de tudo que impedisse o que se entendia como civilizatório. A mata era um impedimento à civilização. Estavam justificadas assim todas as ações predatórias que marcariam a cultura da região, dentro de uma lógica que partia do princípio de que

árvores, insetos e animais deveriam ser exterminados. Sendo assim, faziam parte desse extermínio os povos originários. Os diversos indígenas da região sofreram um genocídio nunca visto na história brasileira. Em pouco menos de um século, grupos inteiros foram assassinados e os que restaram foram utilizados como mão de obra barata nas fazendas (RIBEIRO, 2013).

Fruto dessa realidade e vivendo o seu tempo, o comerciante e político Teófilo Benedicto Ottoni identificou no Vale do Mucuri uma saída para a dificuldade de escoamento de produtos agrícolas do Alto Jequitinhonha. O algodão e outros produtos, produzidos principalmente no Serro e em Minas Novas, demoravam semanas para chegar à capital do Império por meio da Estrada Real. Ao criar, em 1847, a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, Ottoni acreditava que esse seria um caminho mais curto para o transporte de mercadorias até o litoral baiano e daí, pelo mar, até o Rio de Janeiro.

Ao substituir o percurso da Estrada Real pelo novo trajeto, haveria uma redução de 80 para 24 dias no tempo de viagem até o Rio de Janeiro (ACHTSCHIN, 2018). A empresa obteve diversas vantagens dos governos de Minas Gerais e do Império e a principal fonte de lucro seria auferida por meio da cobrança de tarifas sobre produtos que, indo ou vindo do Alto Jequitinhonha, passassem pelo Mucuri.



Theophilo Benedicto Ottoni. Autor: Joaquim Pedro de Souza.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Tendo como informações iniciais o relatório de Victor Renault, feito em 1836, Ottoni acreditou ser navegável o Rio Mucuri. Constatando posteriormente que o rio era de difícil deslocamento para navegações de maior porte, a Companhia do Mucuri encontrou como alternativa aquela que viria ser a primeira estrada de rodagem do Brasil, a Santa Clara. Essa via, aberta em mata densa por

escravizados, indígenas e outros grupos vindos de outras regiões (nacionais e estrangeiros), tinha uma extensão de 180 quilômetros.

A rota traçada à época, pela Companhia do Mucuri, tinha como ponto de partida a capital do Império e seguia, por meio de transporte marítimo, até um lugarejo denominado São José de Porto Alegre (atualmente o município de Mucuri, na Bahia), local que funcionava como escala para cargas e viajantes, e onde existia um armazém da Companhia. Para a sequência da viagem, as pessoas e as mercadorias eram transportadas por outro vapor de menor porte, utilizando um trecho navegável do Rio Mucuri. Esse percurso se iniciava no litoral baiano e seguia até um povoado criado pela Companhia denominado Vila de Santa Clara (localizado no município de Nanuque).

Segundo Leônidas Barroso e Márcio Achtschin (2017), a Vila de Santa Clara foi criada em 1852 e foi o primeiro núcleo de ocupação na região do Mucuri, possuindo uma boa estrutura, com armazém, serrarias, hospedagem e moradias. Tinha também uma agitada vida comercial nesses anos iniciais de povoamento. A partir dessa vila, o restante do percurso seria feito pela Estrada Santa Clara.

A uma distância de aproximadamente 104 quilômetros foi criada, em 1855, uma colônia militar chamada Urucu, atualmente distrito de Epaminondas Otoni, município de Carlos Chagas. Prevista pelo contrato de fundação da Companhia do Mucuri, a colônia tinha 30 soldados e, em seu entorno, desenvolveu-se um povoamento de imigrantes que exerciam atividades de subsistência.

No ponto final da Estrada Santa Clara, foi criado, em 1853, um entreposto comercial denominado Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia, primeiro nome da atual cidade de Teófilo Otoni. A partir de Filadélfia, o caminho era muito precário, feito de picadas que seguiam mata adentro até o posto militar de Alto dos Bois, atualmente município de Angelândia, e daí a viagem seguia até o Alto Jequitinhonha. Portanto, todo esse redesenho geográfico do Vale do Mucuri estava inserido em um contexto muito específico:

A configuração desta empreitada, que foram as obras da construção da estrada Santa Clara, a criação de Filadélfia, colônia de Urucu e o porto de Santa Clara, evidenciava a tendência de crescimento a partir de um alto grau de mercantilização em Minas Gerais com regiões fracionadas e ao mesmo tempo articuladas entre si, conforme já dito anteriormente. Concomitantemente a Companhia cumpre, com a ocupação das selvas, a missão civilizadora desejada pelo Império (ACHTSCHIN, 2018, p. 26)

Não apenas o fomento de povoados realizado pela Companhia do Mucuri deu um tempero próprio para a intensa ocupação ocorrida no nordeste mineiro, a diversidade acompanhou esse processo. Os indígenas da região já eram grupos bastante heterogêneos. Atraídos pelo potencial agrícola das matas do Mucuri, chegaram pequenos agricultores e fazendeiros vindos do Vale do Jequitinhonha, trazendo com eles trabalhadores escravizados.

Pelo Censo de 1872-1873, 636 pessoas, 10% da população do Mucuri, eram homens e mulheres escravizados, número elevado para um Brasil que caminhava para a abolição da escravatura.

Como forma de acelerar a ocupação da região, a Companhia do Mucuri investiu, a partir de 1856, na imigração estrangeira. Chegaram chineses, portugueses da Ilha da Madeira, suíços, holandeses, prussianos e belgas. No final de 1858, além de 100 chineses, havia 363 portugueses, 750 prussianos e suíços (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993).

É emblemática, no relatório escrito por Teófilo Ottoni, essa heterogeneidade. Ottoni chama a atenção para a presença de europeus, chineses, índios e africanos juntos em um mesmo galpão da Companhia do Mucuri: “Segue-se daí que no espaço apenas de 100 braças quadradas se acham representadas as quatro principais raças humanas, e isto nas formas mais extremas” (ACHTSCHIN, 2018, p. 33). É importante ressaltar que essa convivência foi tensa, conflituosa e violenta, em um território onde os interesses eram divergentes e as relações de poder extremamente desiguais.

O lucro esperado pela Companhia do Mucuri não ocorreu. Os elevados gastos e a circulação de mercadorias abaixo das expectativas frustraram os investidores. A empresa fora encampada pelo governo em 1861. No entanto, o crescimento regional não cessou. A população mais que dobrou se compararmos os registros apontados pela Companhia do Mucuri em 1862 e os 6.864 habitantes registrados no Censo de 1872-1873.

Essa realidade se confirma ao compararmos com aquela vivida em Minas Gerais no século XIX, apresentando a reutilização dos territórios por meio de novas necessidades criadas a partir das atividades produtivas. No caso de Teófilo Otoni e região, coexistiam lavouras de subsistência e as grandes produções agrícolas, especialmente o café, cuja produção se expandiu ao longo da segunda metade do século XIX, classificando-se como segunda produtora mineira (ACHTSCHIN, 2018). Com a Crise de 1929, gradualmente a pecuária substituiu a grande lavoura de café, chegando a região do Mucuri a alcançar a maior densidade bovina nacional (MARTINS, 2010).

Cabe ressaltar que, tanto na produção cafeeira quanto na pecuária, as relações de trabalho se baseavam no agrego (RIBEIRO, 2013). Diferentemente da tendência do centro-sul brasileiro, em que se fortalecia o trabalho assalariado, no Mucuri o agrego “[...] sustentou a ordem e a dinâmica da fazenda” (RIBEIRO, 2010, p. 402). No agrego, o fazendeiro cedia parte da terra a um despossuído que tinha direito ao uso de pequeno pedaço de terra para sobrevivência, estando à disposição do proprietário para realizar trabalhos temporários, tais como fazer cercas, roçar o pasto e, especialmente, desmatar as densas florestas do Mucuri. Esses trabalhadores eram grupos sem qualquer tipo de poder de barganha: ex-escravizados, indígenas que perderam suas terras e retirantes vindos de regiões de seca do Jequitinhonha

ou nordeste brasileiro. À custa da miséria de grande parte da população, esse regime agrário gerou grandes riquezas para alguns proprietários rurais, pois exigia baixo investimento tecnológico e tinha à disposição uma enorme quantidade de trabalhadores a baixíssimo custo:

Uma grande fazenda típica da bacia do Mucuri, na virada do século XIX para o século XX, era composta de centenas de alqueires divididos entre roças, pastos, malas e posses de agregados, espaço em torno do qual gravitavam, frequentemente, 50 ou 60 famílias sob o domínio patriarcal do “coronel”. (MARTINS, 2010, p. 61)

A hegemonia econômica baseada na bovinocultura extensiva declinou no Mucuri nos anos de 1970 em diante (OTTONI CARVALHO, 2006). Esse declínio deve-se não apenas ao baixo investimento na tecnologia, mas também ao fim da exploração agrega na região, produzida tanto pela pressão dos movimentos de trabalhadores rurais, quanto pela forte presença do Estado contra esse modelo exploratório.

Até as primeiras décadas do século XX, Teófilo Otoni era o único município de um enorme território no nordeste mineiro. As emancipações se iniciaram na década de 20 e se estenderam até os anos de 1990 (GODINHO 2010). O Vale do Mucuri, ao longo dos anos de 1900, tornou-se um território extremamente complexo e diverso. Coexistiam regiões com alto grau de urbanização e outras ainda ruralizadas, produzindo um perfil comum de baixa renda per capita, a terceira pior do Estado (APOLINÁRIO et al. 2012). De acordo com os censos realizados pelo IBGE, as crises sucessivas da produção rural local deslocaram a economia da região para o setor de serviços, o que equivalia a 65% do PIB, estando a indústria com 15%, e a agropecuária, 13% (GODINHO, 2010).

2. De Filadélfia a Teófilo Otoni

Localizado às margens do Rio Todos os Santos, um afluente do Rio Mucuri, o povoado criado com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia foi projetado pela Companhia do Mucuri para ser um entreposto comercial. As ruas eram cortadas em ângulo reto, com duas praças separadas pelos edifícios da Companhia. Essas edificações eram em número de cinco no total, sendo que uma delas é onde atualmente se localiza a Câmara de Vereadores.

Querendo atrair para o litoral, através de 70 léguas de mata virgem, a população do norte de Minas, eu julguei conveniente criar na mata um centro poderoso d’onde irradiassem estradas as diversas povoações que ficavam ao poente do norte ao sul. A origem desse povoado foi uma extensa roça de milho aberta pela companhia, que aliás, não tardou em demarcar o terreno no sentido de se fundar aí uma populosa cidade, e mesmo a capital de uma província [...] Nasceu Filadélfia¹¹

¹ OTTONI, Theófilo Benedito. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860, p. 32, Rio de Janeiro, 1860.



Vista de Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia, pintura de Albert Schirmer, 1860. Fonte: MUVIM

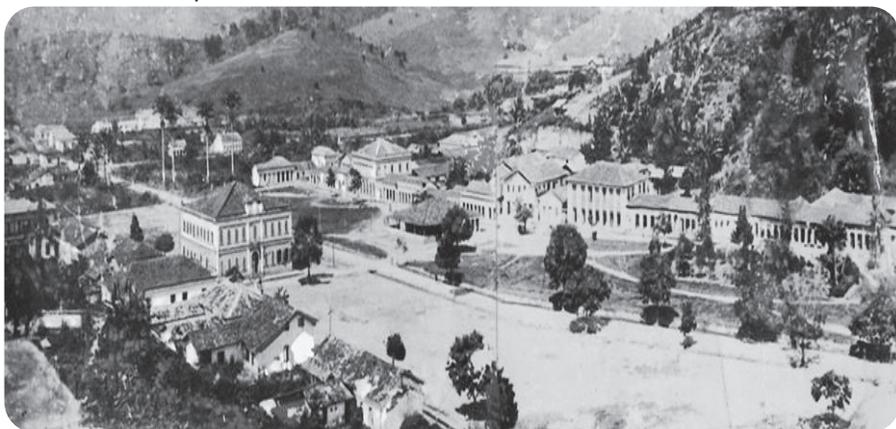
Em seu relatório de 1859, Sebastião Machado Nunes já registrava uma população em Filadélfia de, aproximadamente, 600 pessoas e 129 casas habitadas (ACHTSCHIN, 2008). Teófilo Otoni, em relatório de 1862, aponta para uma população de 800 pessoas. Com o fim da Companhia, os documentos acerca da região se escassearam, voltando a ter como referência o primeiro censo demográfico no Brasil, realizado entre os anos de 1872-1873. Neste, a população de toda a região chegava a 6.864 pessoas, o dobro de habitantes de dez anos antes. Sem os dados do espaço urbano do então povoado de Filadélfia (atual Teófilo Otoni), é bem provável que esse crescimento também o contemplou, pois à época já era a principal aglomeração da região. Esse fato pode ser constatado com a emancipação de Teófilo Otoni como município em 1878, antes distrito de Minas Novas.

O desenvolvimento econômico estimulou a construção de um meio moderno de transporte, dando origem à Estrada de Ferro Bahia e Minas. Iniciada em 1881, a partir do porto de Caravelas, no litoral do estado da Bahia, os trilhos só chegaram a Teófilo Otoni em 1898. Na condição de cidade polo, a sede do município contava no início do século passado em seu núcleo com uma moderna estrutura, uma avenida e 24 ruas, cinco praças, dois hospitais, uma linha de bonde, rede telefônica, iluminação elétrica, abastecimento de água e três jornais semanais (OTTONI CARVALHO, 2006). De acordo com o jornal "O Norte de Minas" de 07 de abril de 1935, nesse ano a cidade tinha uma população de 7 mil pessoas e mil e duzentas casas. Cabe ressaltar que a maior parte da população vivia na área rural, e Teófilo Otoni tinha o perfil de uma "cidade ruralizada".

Nesse início de século, com a distância dos grandes centros do Brasil, foi intensa a campanha para a criação de um estado, tendo como capital Teófilo Otoni. Não foi a primeira vez que se cogitou tal possibilidade, mas essa proposta ganhou força nos primeiros anos de mil e novecentos. A ideia não foi adiante, de concreto foi levantado o que seria a futura sede

de governo, concluída em 1906. Esta se tornou um prédio público em que funcionava a prefeitura, a Câmara municipal, o fórum e cartórios.

Um tema recorrente nesse período foi a questão da sanitização da cidade. Havia uma grande preocupação produzindo propostas para a mudança dos hábitos de higiene da população. O assunto era tratado com frequência na imprensa local, que destacava também a grande quantidade de cães nas ruas e as péssimas condições tanto da cadeia quanto do mercado municipal, ambos localizados no centro da cidade.



No centro da fotografia, o Mercado Municipal no início do século XX. Fonte: MUVIM

Paralelamente à economia agropecuária, o setor terciário cresceu a partir de meados do século XX na cidade de Teófilo Otoni que, à época, possuía em seu espaço urbano 45 mil habitantes, 1100 casas de comércio, 5 hospitais, 15 hotéis e um campo de pouso para aviões de pequeno porte (ACHTSCHIN, 2018). A exploração de pedras preciosas também impulsionou o comércio na região, chegando a seu ápice nos anos 80, com a geração de 13.500 empregos e a existência de 250 micro e pequenas empresas relacionadas à lapidação e ao comércio de gemas (BATELLA, 2013).

Esse crescimento se refletiu em melhorias no espaço urbano, no que pode ser considerado como a “belle époque” da cidade (ACHTSCHIN; SOREL, 2015). Apenas para citar algumas obras de maior porte na parte central, destacam-se a modernização da Praça Tiradentes, a reforma do Mercado Municipal, o deslocamento do leito do Rio Todos os Santos e o prolongamento da Avenida Getúlio Vargas. Teófilo Otoni estava, até os anos de 1960, entre as cinco principais cidades de Minas Gerais.

Em 1970, pela primeira vez, a cidade apresenta uma superioridade populacional urbana, 67.094 habitantes, 50,44% (ACHTSCHIN SANTOS, 2018). Entretanto, diferente da tendência nacional do período, a cidade não conseguiu manter seu ritmo de crescimento. O artigo do jornal “Estado

de Minas” confirma essa realidade:

Teófilo Otoni pode ser considerada como sendo uma imensa e organizada favela. A cidade é cercada por várias favelas, e sua aparência nada limpa, o número de pessoas ociosas nas ruas, o baixo nível cultural e as precárias condições habitacionais da maioria do povo, não permitem outra definição melhor para Teófilo Otoni. Sobrevive às custas de um pequeno comércio local e de suas pedras e jazidas minerais. A região é, de fato, rica, tanto em jazidas minerais, como no setor agropecuário. Por isso mesmo, considerada a renda de cada pessoa, em confronto com as fontes de renda existentes, torna-se flagrante um enorme desnível social. (EM apud MACHADO, 2009).

De acordo com C. Otoni Carvalho (2006), o empobrecimento da região está diretamente relacionado com a desestruturação da agropecuária, resultado da produção extensiva e do baixo investimento em tecnologia. Somado a esse aspecto, a política de contenção do fluxo migratório para grandes centros urbanos, adotada pelo governo militar após 1964, impactou diretamente em cidades de médio porte, como Teófilo Otoni, resultando em “[...] desemprego, inchamento populacional e desestruturação urbana” (OTTONI CARVALHO, p. 68, 2006a).

Corroborando essa leitura, Wagner Batella (2013) entende que, com a estrutura da cidade baseada em serviços e comércio, o capitalismo que chegou ao município não promoveu avanços, pois, estruturada em uma economia mercantil, a elite local não diversificou seus investimentos. Por sua vez, o poder público não conseguiu superar tal realidade, já que o Estado se ajustava aos interesses desse capital mercantil, impedindo o aquecimento produtivo local, apesar de diversas tentativas, como a Zona de Processamento para Exportação (ZPE). Ainda de acordo com Batella, esse perfil resulta em constantes fracassos, como é o caso do processamento de carne bovina e da comercialização de pedras semipreciosas, pois permanece o trabalho informal e baixo investimento em tecnologia.

Para BATTELLA, diante desse cenário, intensificaram-se as desigualdades. Essa incapacidade para mudanças estruturais causa impacto diretamente na malha urbana, pois a parte central de Teófilo Otoni se mantém com as melhores condições de infraestrutura, enquanto a população de baixa renda loteia indiscriminadamente as periferias da cidade, ratificando a existência de uma segregação espacial. Resulta daí a predominância da diferença e não da ruptura, inibindo a reestruturação da cidade e a conseqüente transformação urbana.

3. O município de Teófilo Otoni e a sua vida política

O Mucuri como um todo esteve preso ao domínio político do Vale do Jequitinhonha até os anos de 1880. A emancipação não trouxe de imediato grandes impactos nas relações de poder. Exemplo desse aspecto foi a tentativa, em 1896, de uma candidatura a deputado federal pelo Vale do Mucuri. O candidato, Horácio Rodrigues Antunes, proprietário do jornal

“Nova Philadelphia”, obteve três mil votos e, pelos resultados prévios, havia sido eleito. No entanto, como era comum na chamada República Velha, as manobras para falsificação de atas (o bico de pena) e fraude nos votos deram vitória ao candidato do Jequitinhonha (ACHTSCHIN, 2018).

Mas o fortalecimento da produção agrícola na região empoderou alguns nomes locais, construindo, assim, lideranças políticas defensoras dos interesses dos cafeicultores. Sobressaem nessa composição especialmente Epaminondas Ottoni e Alfredo Sá, ambos se alternando em legislaturas regionais, estaduais e federais. Em torno dessas duas lideranças, gravitavam outros grandes proprietários locais, que trocavam o apoio por favores em benefícios próprios e sustentando o poder coronelista de grupos regionais, prática típica da República Velha.



Monumento em homenagem a Epaminondas Ottoni. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

De acordo com Márcio Achtschin (2018), com a morte de Epaminondas Ottoni, em 1918, os Sá, especialmente Alfredo Sá, assumiram a liderança política em Teófilo Otoni até o período Vargasista. Com a crise de 1929, gradualmente surge um novo personagem no jogo de poder local, Tristão da Cunha. Com um discurso que propunha mudanças, mas sem grandes abalos na vida política e econômica regional, Cunha levantou a bandeira especialmente em defesa da pecuária fundada no sistema de agrego. A modernização conservadora se estendia a melhorias urbanas, impulsionando o comércio e o setor de serviços.

Como entendimento desse contexto, é emblemática a força do Partido Republicano no nordeste mineiro. Enquanto a política, após a queda de Getúlio Vargas, em 1945, gravitava em torno de três grandes partidos (PSD, UDN e PTB), no Mucuri, uma sigla que havia sido enterrada com a Revolução de 30, o PR, renasce com um formato de modernização. Na vida partidária local, a disputa entre o PR, sob a liderança, a partir de meados do século XX, de Aécio Cunha, e o PSD, liderado por Pedro Abrantes, foi a tônica, mas com a predominância daquele partido em detrimento deste. O Partido Comunista Brasileiro, ainda que de modo pouco visível, pois entrou na clandestinidade em 1947, também atuou em alguns setores, especialmente entre estudantes e ferroviários da Estrada de Ferro Bahia e Minas (ACHTSCHIN, 2018).

Em paralelo às disputas partidárias, manifestações populares marcaram a política entre os anos de 1950 e 1960. Vale destacar o Grupo dos Onze, criado por Leonel Brizola como ferramenta em favor da democracia e das Reformas de Base. Em Teófilo Otoni, o então suplente de vereador Walter Garrocho encabeçou esse movimento, tendo como bandeira a Reforma Agrária e o fim da propriedade privada. Com o Regime Militar de 1964, Garrocho foi preso e brutalmente torturado pelas posições políticas que assumiu.

Com o Golpe de 1964 e as novas regras partidárias criadas pelo Regime Militar, os tradicionais partidos locais foram se ajustando ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e à Aliança da Renovação Nacional (ARENA). A Câmara Municipal de Teófilo Otoni seguiu a tendência de se aproximar mais da ARENA, contudo esse cenário se modifica no início dos anos 70, não significando, entretanto, uma oposição ao governo militar como sinalizava o MDB nacional. A legenda do MDB local não confrontou a ditadura, pois era apenas uma opção nas disputas eleitorais que apresentavam interesses meramente localizados (ACHTSCHIN, 2018).

Como em todo o Brasil, os 21 anos de ditadura sufocaram as oposições. O retorno dos movimentos sociais em Teófilo Otoni só ganha força no final dos anos 70, valendo destacar o importante papel dos padres da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação (2009). As Comunidades Eclesiais de Base foram incentivadas, influenciando a criação de diversas associações de bairros e sindicatos.

CAPÍTULO II

DA FORMAÇÃO DO LEGISLATIVO AO PERÍODO VARGAS

1.O legislativo nos primeiros anos de emancipação

O primeiro recorte temporal deste estudo (1881-1945) concentra-se em uma análise da Câmara Municipal de Teófilo Otoni a partir do texto de Godofredo Ferreira em seu livro *Os Bandeirantes Modernos* (1934). A metodologia utilizada por Godofredo Ferreira foi essencialmente uma pesquisa documental utilizando cópias de ofício, contratos, telegramas, editais e principalmente atas que demonstraram um elevado valor histórico. Reporta-se aqui que essas atas não mais existem no arquivo municipal no ano de 2023.

Pontua-se ao leitor que, nessa etapa dos estudos sobre a Câmara Municipal, contemplam-se momentos expressivos da história da cidade e do Brasil. Esse período histórico aqui tratado passa pelo Brasil Império, Brasil República e, dentro deste, tem-se a Revolução de 1930, que destituiu o governo de Washington Luís e leva Getúlio Vargas ao poder. Em todos esses momentos, o legislativo da cidade de Teófilo Otoni não só esteve presente como também se manifestou por meio de certas ações. No livro *Os Bandeirantes Modernos*, Godofredo Ferreira dedica parte de sua pesquisa ao objetivo de se saber quem compunha o legislativo de Teófilo Otoni e quais eram suas funções.

A seara política da cidade emerge nas páginas de *Os Bandeirantes Modernos* de maneira bastante didática, situando o leitor no tempo, no espaço e em detalhes sobre a composição da Câmara, os rumos políticos e até mesmo um detalhamento de receitas arrecadadas e despesas orçadas. Trazer a público a prestação de contas, como a de 1886, em que há despesas de 150\$000 para matar formigueiros, identifica a forte relação entre o legislativo municipal e a base da economia rural da recente cidade de Teófilo Otoni em sua inserção no mercado.

Retomando as abordagens sobre a história da Câmara Municipal de Teófilo Otoni a partir de sua instituição, em março de 1881, os estudos de Godofredo Ferreira (1934) apontam que, em conformidade com os pareceres do Segundo Império, ocorre o auto de posse da Câmara e de instalação do município:

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e um, aos vinte e cinco de março, nesta cidade de Teófilo Otoni e no Paço destinado à Câmara Municipal, aí presentes, às dez horas da manhã, o Senhor vereador Delphino Ferreira da Silva, servindo de presidente interino da Câmara Municipal de Minas Novas e Antônio José Esteves Lima, Secretário ad hoc nomeado pelo mesmo, para o fim de dar posse à primeira Câmara eleita neste município, de conformidade com a ordem dada pelo excelentíssimo presidente da província, aí presentes também os vereadores eleitos, os cidadãos Antônio Soares da Costa (Presidente) e vereadores os Srs. - Leonardo Esteves Ottoni, Dr. João de Carvalho Borges, Marcello Pereira Guedes, Antônio Rodrigues de Oliveira, Joaquim Gonçalves Barroso, José Barbosa Senna, João Gonçalves de Faria e Joaquim Lopes da Silva. Este último não tomou posse por ser incompatível com o seu cunhado Antônio Soares da Costa, sendo chamado em seu lugar o primeiro suplente, Olympio Pinto Collares (FERREIRA, p.131-132).

Durante o Império, a Câmara Municipal exercia o poder administrativo da cidade, possuindo funções que, posteriormente, seriam divididas entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Assim, logo após a composição da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, foi efetivado o corpo administrativo, como cita Godofredo Ferreira: Antônio José Esteves Lima – Secretário da Câmara, José Teixeira Ottoni – fiscal do município, Antônio Ernesto Coelho – procurador municipal, Jorge Borges – alinhador do município, Manoel Maria Soares – oficial de justiça. Estava dada a largada para o legislativo municipal iniciar os trabalhos em prol de uma cidade que ora se firmava no coração do Vale do Mucuri.

É importante observar que Godofredo Ferreira teve, em seu livro, um cuidado em descrever detalhes sobre as burocracias inerentes à solenidade. De acordo com Ferreira, no momento da posse da primeira Câmara, estando o presidente interino sentado à cabeceira da mesa das sessões e os vereadores ao redor da mesma mesa, o presidente discursou e, em seguida, convidou os vereadores a prestarem o juramento devidamente legalizado pela Lei de 1º de outubro de 1828. Cada um dos vereadores, a começar pelo presidente eleito, com a mão direita sobre um livro dos Santos Evangelhos, prestou o seguinte juramento: “Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de vereador deste município de Filadélfia, e promover o quanto em mim couber os meios de sustentar a felicidade pública”. (FERREIRA, p.132).

Deve-se perceber que a Constituição do Brasil Império, outorgada em 1824, deu continuidade ao regime de padroado existente desde a colônia, segundo o qual competiria ao Estado manter a Igreja Católica Apostólica Romana, declarada pelo constituinte como religião oficial do Estado. Esse regime de padroado extensivo ao Segundo Império está visível no juramento dos vereadores da municipalidade, demonstrando a presença da Igreja e também uma certa subjetividade no juramento dos empossados, a de “felicidade pública”, não definindo qual seria o compromisso real dos vereadores com a sociedade.

Falar em felicidade pública no contexto de uma monarquia sugere uma análise do contraditório, pois como explica (ARENDDT, 2018) apud (TURATTO e MÜLLER, 2021), essa terminologia foi utilizada nos Estados Unidos considerando que haviam experimentado, antes da revolução, “[...] a liberdade pública nas assembleias de cidades e distritos, onde deliberavam sobre questões públicas e onde foram formados os sentimentos do povo em primeiro lugar” (ARENDDT, 2018, p. 143).

Ressalta-se que, durante a instalação da primeira Câmara de Vereadores de Teófilo Otoni, não se discutiu a participação popular, muito menos a respeito das assembleias deliberativas de assuntos do interesse público,

concluindo-se que o juramento era pró-forma, apenas para atender aos ditames constitucionais da monarquia, dando visibilidade ao regime de padroado que permanecia no país.

Passado o momento do cerimonial, o presidente interino proclamou que estava instalado o novo município de Filadélfia e logo a seguir:

Cedeu a cadeira da presidência para ao presidente eleito, Antônio Soares da Costa, que ocupou-a ficando os outros vereadores em torno da mesa. A ata foi lavrada pelo secretário ad hoc, Antônio José Esteves Lima e assinada pelos demais presentes. (FERREIRA p.132)

Sabendo-se que Antônio Soares da Costa foi o primeiro Presidente da Câmara e, nessa condição, portanto, primeiro prefeito da cidade, pois assim se procedia em conformidade com a lei de administração municipal do Brasil Império, há de se considerar que, nesse período, dois partidos políticos se revezavam no poder, o Partido Liberal e o Partido Conservador que, embora utilizassem discursos diferentes, muito se assemelhavam em suas ações.

Em Teófilo Otoni, as disputas eleitorais aconteciam fundamentalmente entre grupos das elites locais. Conforme Godofredo Ferreira (1934), Antônio Soares da Costa compunha o grupo dos liberais assim como também os Srs. Capitão Leonardo Esteves Ottoni, José Gerônimo de Castro Pires, Capitão Leonídio José de Almeida Machado, capitão José Gomes de Mello, Antônio Vieira Ottoni, Nuno Barbosa Senna, Onofre Esteves Ottoni, os irmãos Altino, João e Olímpio Soares da Costa, Dr. João Carvalho Borges, Dr. José Carlos Gomes da Silva e Dr. Horácio Rodrigues Antunes. Este último deve ser destacado por suas funções na Câmara de Vereadores e também pela criação do Liceu, uma escola de instrução secundária que hoje corresponderia ao ensino médio.

Já os conservadores tinham como seus principais defensores o Coronel José da Costa Ramos, João Antônio de Campos, Manoel Rodrigues de Sant'Anna, Major Manoel Dantas de Carvalho, Capitão Torquato Donato de Souza Bicalho, Francisco Vasconcelos Brandão e Henrique João Schroeder.

Como acontecia no restante do país, os velhos e tradicionais partidos da época do Império, o Liberal e o Conservador, dominavam a vida política em Teófilo Otoni e apresentavam certos conflitos na esfera local. Essas tensões foram detalhadas por Godofredo Ferreira (1934), ao citar um processo dos Liberais contra os Conservadores numa divergência quanto à venda, sem autorização do Império, de algumas antigas edificações públicas. Os conservadores se sentiram injustiçados com o processo e reagiram ameaçando utilizar a força do exército contra seus opositores.

Godofredo Ferreira também destaca as tensões entre os dois partidos

quando ocorria a vitória de um sobre o outro. Nessa situação, era comum se desenvolver a perseguição e demissão dos funcionários que então ocupavam determinados cargos. Em consequência, parentes e amigos eram nomeados em substituição. Esses são, entre outros, alguns exemplos das disputas políticas locais entre os liberais e os conservadores daquela época.

Quanto à composição da Câmara Municipal, em sua maior parte, era constituída nesse período por fazendeiros, militares com patentes da Guarda Nacional e profissionais liberais. Capitão Leonardo Esteves Otoni é um exemplo típico desse perfil do legislativo, pois, além de possuir patente militar de Capitão pela Guarda Nacional, reocupou terras tornando-se proprietário da Fazenda Liberdade, uma das três primeiras grandes propriedades rurais do município de Teófilo Otoni.

Assim como Antônio Soares da Costa, presidente da Câmara Municipal de Teófilo Otoni no período monárquico, pode ser destacado que também exerceram a presidência os seguintes cidadãos:

João Antônio de Campos, Torquato Donato de Souza Bicalho, Manoel Dantas de Carvalho, José Gomes de Mello, José Bento Dias Ladeira, Carlos Frederico Langkammer, Leonardo Esteves Otoni, Manoel Rodrigues de Sant'Anna e Dr. José Carlos Gomes da Silva. Este último estava no poder quando foi proclamada a república. (FERREIRA, p. 163)

Porém não é possível nominar todos os presidentes da Câmara do 2º Reinado, pois, como assinalou Godofredo Ferreira, pelo modo como se processavam as substituições dos presidentes efetivos, conclui-se que qualquer um dos vereadores poderia substituir o presidente nas suas faltas.

Já prestes a ocorrer a transição monárquico-republicana no país, a Câmara Municipal de Teófilo Otoni era formada por um corpo político-administrativo herdado da sustentação do Império e, no final do século XIX, composta por homens essencialmente monarquistas, não se sabe se por ideologia ou por acomodação política.

O cenário político seguia em ritmo bastante provinciano, distante dos debates que aconteciam na Corte contestando a monarquia. Embora já ocorressem no Brasil articulações políticas entre militares e civis se contrapondo ao governo de D. Pedro II e defendendo a República, o ato ocorrido em 15 de novembro de 1889 pareceu algo inesperado para o Brasil e, em especial, para a cidade de Teófilo Otoni. CASTRO (2000) chegou a mencionar que o acontecimento não passou de uma revolução ou um golpe de Estado. Mas, certamente, o episódio do 15 de novembro anunciou um novo destino para o país e, na realidade, fora definitivamente

eliminada a antiga forma de governo monárquica que já vinha passando por uma grave crise política e de ordem social. Conforme Maria Yedda Linhares, (1990):

A República foi fruto muito mais da insatisfação gerada pela incapacidade do Estado Imperial de articular as velhas e novas demandas de sua crise de legitimidade - do que da crença geral e efetiva nas vantagens do regimento republicano (LINHARES, p.294)

Fato é que, em 1889, o Regime Republicano é proclamado no Brasil e a Câmara Municipal de Teófilo Otoni, constituída em quase sua totalidade por monarquistas, expõe certa dificuldade para formular uma moção de apoio ao governo da província no início do período republicano. Os membros da Câmara, além de monarquistas convictos, não estavam dispostos a comprometer os cargos políticos que por ora ocupavam, além de não acreditarem na força política dos chefes de Estado que assumiram a presidência do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, entendendo que esse governo poderia não persistir.

Apenas dois vereadores se revelaram republicanos e aprovaram um telegrama em resposta ao governo provisório de Minas. Lê-se a seguir as moções dos vereadores José Ignácio e Patrício Alves, dirigidas à Câmara Municipal solicitando o apoio ao novo governo mineiro, como textualmente citou Godofredo Ferreira:

Proponho que a Câmara interpretando o sentimento de seus munícipes dirija ao Governo Provisório congratulando-se pelo grande acontecimento público que proclamou a República Brasileira. Paço da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, 3 de dezembro de 1889. (a) Patrício Alves da Costa. (FERREIRA, 1934. p.164)

Proponho que esta Câmara em atenção ao grande acontecimento que veio trazer para nossa pátria a nova forma de governo que garante a liberdade do cidadão em toda plenitude e trata da prosperidade da indústria, lavoura e comércio, que seja lançado na ata da sessão de hoje, um voto de adesão ao Governo Provisório da República e que a este se oficie, que esta Câmara por si e em nome de seus munícipes, não só aderem como garantem o Governo da República. Viva a República Brasileira, Paço da Câmara Municipal, 3 de dezembro de 1889. (a) Araujo e Souza (FERREIRA, p.164-165)

Em conformidade com a solicitação dos vereadores para a Câmara Municipal manifestar adesão ao novo governo de Minas, foi convocada uma reunião extraordinária e elaborado um texto a ser enviado ao executivo estadual:

A municipalidade desta cidade de Teófilo Otoni, reunida em sessão extraordinária por convocação do seu presidente recebeu o vosso telegrama de 15 do mês passado. Em resposta cumpre dizer-se que reina a melhor harmonia entre seus munícipes e que não há menor alteração na ordem pública e que esta municipalidade congratula-se como o novo Estado Mineiro pela vossa designação para seu governo interino. (FERREIRA, p.165)

Destaca-se aqui que os políticos locais acataram o novo momento político que sacudia o país e ordeiramente foram preparando os trâmites para a nova composição da Câmara Municipal. Como escreve Godofredo Ferreira, a República fora proclamada e, ao entrar a província de Minas nos moldes do Governo Provisório, um Conselho de Intendência foi nomeado para administrar o município:

Aos trinta dias do mês de março de mil e oitocentos e noventa, no paço da extinta Câmara Municipal desta cidade, presentes os cidadãos intendentes - João Soares da Costa e o tenente coronel Antonio Onofri, presente também, o tenente coronel Patricio Alves da Costa - vice presidente da extinta Câmara Municipal, foram lidos e transcritos aqui neste termo os ofícios seguintes: “Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais em Ouro Preto. 25 de fevereiro de 1890. Comunicando-vos a minha resolução desta data pela qual dissolvi a Câmara desta cidade, digo, deste município, e nomeei-vos para compor o Conselho de Intendência que deve substituí-la, recomendo-vos que assumais as respectivas funções que são as mesmas então confiadas aos ex-vereadores, sob os preceitos da lei de 1º de outubro de 1828. Saúde e fraternidade”. João Pinheiro da Silva. (FERREIRA, p. 165-166)

Antes de apresentar a nova composição da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, após a queda da monarquia brasileira, é conveniente refletir sobre as palavras de DA SILVA (2012) em um artigo que analisa a Imprensa, a proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais. O autor diz textualmente: “O final do século XIX foi marcado pela ascensão de outros grupos econômicos, bem como por movimentos intelectuais formando novos segmentos na composição social brasileira” (DA SILVA, p. 113). No entanto, nesse sentido, particularmente em Teófilo Otoni, foram poucas as alterações na Câmara Municipal.

No documento assinado pelo governo interino de Minas Gerais, em 30 de março de 1890, o Sr. João Pinheiro da Silva declarou que estava dissolvida a Câmara e nomeado um Conselho de Intendência para administrar o município. Esse novo Conselho substituiu a Câmara que estava em exercício até esta data, sendo que as funções dos conselheiros seriam as mesmas destinadas aos ex-vereadores. (FERREIRA, 1934)

Godofredo Ferreira descreve como ficou inicialmente composto o Conselho de Intendência:

Senhores João Soares da Costa, presidente. Antonio José da Costa Ramos, Antônio Onofri; e adjuntos Patricio Alves da Costa e José Barbosa Senna (Teófilo Otoni). O Sr. Antonio José da Costa Ramos, manifestou sua vontade de permanecer como 1º Substituto do Juiz municipal, e assim sendo, abdicaria do cargo de intendente, sendo convidado para tomar parte dos trabalhos da intendência, o adjunto Patricio Alves da Costa. Mediante a oficialização do Conselho de Intendentes e definitivamente extinta a Câmara Municipal anterior, os ex-vereadores foram oficializados e solicitado que entregassem ao Conselho de Intendência todo e qualquer objeto pertencente à Câmara e que por ventura estivesse em suas mãos.

Esse documento foi assinado por João Soares da Costa e Antônio Onofri - Patrício Alves da Costa, membros do Conselho de Intendência. (FERREIRA, p.167)

Visto que já foram citados muitos vereadores que compuseram a Câmara Municipal de Teófilo Otoni no período imperial, é necessário pontuar que outros cidadãos também compuseram essa Câmara e, por isso, vale o destaque para que se registre com a maior fidedignidade possível a história e a memória dessa instituição:

Francisco da Cunha Brandão, Agostinho Celestino da Motta, Antônio Lopes da Silva. Em 1885 a Câmara Municipal e o seu corpo de funcionários estavam assim constituídos: - presidente - João Antônio de Campos, vereadores - Manoel Dantas de Carvalho, Manoel Rodrigues de Sant' Anna, Roberto Sander, Torquato Donato de Souza Bicalho e Domiciano Crescêncio Ferreira da Silva Neves. Suplente: Manoel Barbosa Senna e, depois, João Ribeiro da Silva Neves. No período de 1887 até a república, foram vereadores mais os cidadãos: Próspero Punaro Baratta, José Ávila Garcia, Antônio Eustáquio de Oliveira Cata Pretta, José Rodrigues de Oliveira, Olympio Soares da Costa, Teófilo Barbosa de Oliveira, Joaquim Lopes da Silva, Agostinho Hypolito de Campos, José Antônio da Costa Ramos, Antônio Onofri, Carlos Augusto Langkammer, Antônio José de Carvalho, Horácio Pereira dos Santos Prates, Dr. José Carlos Gomes da Silva, José Ignácio de Araújo Souza. Em 1887 era secretário da câmara o Sr. João Júlio Tameirão. (FERREIRA, p. 167)

2. O legislativo municipal e a economia local na Primeira República

Para entender as ações da Câmara Municipal nesse período, é fundamental reconstituir a vida econômica, social, cultural e política da região. O café era a principal produção do Mucuri (ACHTSCHIN SANTOS, 2018).

Segundo a publicação de "O Cruzeiro" de 21 de agosto de 1878, havia uma produção cafeeira de 40 mil arrobas armazenadas desde a safra passada. Informava ainda o jornal que existem grupos de tropeiros que vivem do frete desse produto. Os dados do "Nova Philadelphia" registram o crescimento significativo no plantio de café, sendo que o jornal afirmou em editorial de 31 de maio de 1896 ter aumentado em dez vezes a sua produção. Em 25 de outubro registrou a safra de café no Mucuri em 300 mil arrobas e na edição de 06 de setembro, também de 1896, apontou para existência de mais de 10 milhões de pés de café na região. (ACHTSCHIN E BARROSO, p.57, 2017).

Entretanto a produção cafeeira trazia riqueza para poucos, enquanto deixava a mão de obra produtora em condições de extrema miserabilidade. A cidade de Teófilo Otoni foi um espelho dessa realidade. Algumas famílias vivendo em luxo contrastando com uma população empobrecida. Para os mais abastados, rede elétrica, serviço de telefonia, as sessões de cinema do Cine Império e orquestras sinfônicas vindas da Europa.



Cine Império no sobrado à direita na primeira metade do século XX. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira.

Essa realidade refletia nas arrecadações do município. As receitas do município, nesse período, eram basicamente municipais, diferente de transferências de renda estaduais e federais que existem hoje. A Câmara Municipal de Teófilo Otoni, até a Primeira República, atuou em sua dinâmica interiorana, com relativa autonomia em relação ao estado e à União. Foi singular em diversos momentos, pois, sendo construída em bases próprias, no Vale do Mucuri, manteve o distanciamento de outras regiões, como cita (ACHTSHIN, 2020, p. 483): “O isolamento do nordeste mineiro era tema recorrente nas publicações da imprensa local. Volta e meia, o abandono do poder público federal e estadual era citado como responsável pelo atraso do Vale do Mucuri”.

Por sua vez, boa parte desse recurso era utilizada no espaço rural, o que se justificava por ser uma região predominantemente agrícola. Eram permanentes, nos livros de atas, verbas destinadas aos reparos em estradas e pontes para beneficiar os proprietários de terra. O decreto de 24 de janeiro de 1898, por exemplo, foi reservado para a compra de dez aparelhos de formicida para a lavoura.



Rua Direita (atual Av. Getúlio Vargas) em 1899. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

Constata-se também que, com a presença do café no município, era grande a pressão dos cafeicultores para fugir dos impostos e isso também era assunto de pauta da Câmara. Em reunião de 05 de janeiro de 1897, foi apresentada uma proposta para eliminar os impostos sobre o produto. Em discurso de 08 de janeiro de 1897, o vereador Pimenta considerou o imposto sobre o café como “injusto e vexatório à lavoura”. Em 08 de janeiro, o projeto foi rejeitado, mas foi aprovada a supressão de 100 réis por 15 quilos de café.

Em reunião extraordinária de 18 de fevereiro 1897, o vereador Marrey apontou as dificuldades vividas pela lavoura de café “[...] devido a crise originada pela última seca”. Na mesma sessão foram estabelecidos os impostos de casa de comércio em diversos gêneros “[...] no perímetro da cidade e E. de F. Bahia e Minas em que se vendam tecidos de algodão ou de qualquer outra matéria, ferragens, armarinho, armas de fogo, chapéus, louça, vinhos, e quaisquer outras bebidas estrangeiras que se costumam comprar nos molhadistas, 100\$000, vendendo também aguardente de cana e gêneros alimentícios, 50\$000.”

Em 26 de fevereiro de 1897, novamente estava em pauta o imposto sobre o café, sendo defendida no legislativo por Costa Ramos a sua permanência por ser diminuto, apontando ser o comércio mais tributado no município.

Do orçamento para 1896, 82:924\$380, a principal fonte veio de Casas de negócio e compradores de café em grosso, com 24 contos. Esses números aumentaram no orçamento de 1898. Para esse ano, o comércio era tributado em quase metade dos 75 contos de arrecadação, sendo 26 contos cobrados das “casas de negócio”, 5 de indústria e profissões, e o café correspondendo a 3 contos de réis.

Houve no período uma transferência de impostos dos produtores de café para os comerciantes. Se por um lado sobrecarregava de tributos os comerciantes, por outro fortalecia as demandas por melhorias urbanas. O comércio de Teófilo Otoni já era bastante aquecido no final do século XIX, conseguindo suportar a carga tributária. Em 07 de junho de 1896, o jornal “Nova Philadelphia” fazia referência à cidade como “o empório do norte” e, em 21 de junho do mesmo ano, posicionava-a como segundo município mineiro.



Casa Martiniano. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

O livro de atas da Câmara citava, em 1914, os comerciantes que mais pagavam impostos: Manoel Martiniano, Breno de Barros, Lourenço Porto Neto, João Caldeira, Alberto Sá, Nicolau de Barros e Pedro Nascimento. A “Casa Martiniano” tornou-se a maior empresa comercial do Nordeste

Mineiro, funcionando inclusive como agência bancária. Martiniano se envolveu intensamente na política, com atuação na Câmara de vereadores, chegando à presidência, ou seja, à posição de prefeito da cidade.

Quanto às arrecadações, as receitas incidiam boa parte no que eram chamados os “estabelecimentos industriais e profissões”. Esses estabelecimentos industriais eram casas de comércio, principalmente as que compravam e vendiam o café. Consideram-se, conforme definiu o legislativo municipal em 1927, pertencentes a esse grupo “[...] individualmente ou companhia, sociedade anônima ou comercial, exercer qualquer arte ou ofício”. Mas, por meio de uma série de decretos, houve uma preocupação constante em especificar diferentes tipos de comércio para aumentar a renda. No decreto de 12 de novembro de 1927, votado na Câmara Municipal, passaram a ser tributados amplos segmentos, como botequins permanentes e carroças.

Afetando a retirada direta dos cidadãos, das instituições e das empresas, a queda de braço para isenção de impostos foi permanente. Nos anos 30, os debates na Câmara frequentemente aconteciam em torno da cobrança da redução da tabela tributária. Em 1936, o Automóvel Clube solicitou isenção de todo e qualquer imposto cobrado pelo município. Em 24 de setembro de 1936, o presidente da Câmara, Reynaldo Ottoni Porto, leu e encaminhou ao prefeito uma representação da Comunidade Evangélica Luterana pedindo isenção de impostos para os edifícios que lhe pertenciam.

No entanto, de certo modo, a economia, direta ou indiretamente, era voltada para o café. Sua produção afetava todos os segmentos. O jornal *O Mucuri*, em 15 de setembro de 1889, destacava uma reunião da Câmara Municipal com a presença de negociantes, fazendeiros e diversos moradores da cidade, solicitando que a Câmara representasse ao Governo do Estado a respeito da crise que atravessava o Município em consequência da seca que flagelava a região. No final do século XIX, houve a famosa seca do noventinha, que afetou profundamente a economia, preocupando, em especial, os agricultores (RIBEIRO, 1998).

Um dos grandes nós da economia da região era o escoamento dos produtos para os grandes centros. Cita ACHTSCHIN (2020, p. 483) que:

Se o isolamento do Nordeste Mineiro era expresso pelo fazendeiro que dispõe de recursos, era ainda maior para o trabalhador rural. Camponeses ficavam anos sem deslocar do espaço que viviam, sem ter nem mesmo um pequeno comércio próximo: “lêguas e lêguas afastados desse município, sendo para muitos impossível o trânsito por falta de estrada.

Em inúmeros projetos apresentados à Câmara, a construção de pontes e estradas foi disparadamente o anseio maior da população. No dia 05 de abril de 1921, a Câmara Municipal, por meio do presidente Turíbio Álvares, autorizou a desapropriação, por utilidade pública, de uma área do Sr. Feliciano Gomes da Costa para a mudança da estrada de Santa Clara, à margem da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Mais uma vez se vê a comissão de obras públicas enfrentando os desafios para a construção de estradas no município.

Porém há que se destacar o modo abusivo e desumano a que foi submetida uma parcela da população do Mucuri, incluindo o município de Teófilo Otoni, no difícil trabalho para a abertura de estradas. Na ata de 04 de janeiro de 1921, estando presentes o presidente Turíbio Álvares e os vereadores Agostinho Vieira de Mattos, Pedro Antunes, Altino Barbosa, Guilherme Landi, Adolpho Sá, Antonio Gomes, consta um ofício de Frei Ângelo de Sassoferato, da colônia de Itambacury, pedindo à Câmara um auxílio com ferramentas e alimentação para os índios sob sua direção, empregados nos serviços de reformas das estradas públicas daquela colônia

O aldeamento indígena de Itambacuri vivia sob a direção dos Capuchinhos, que empreenderam uma política indigenista baseada na exploração e no discurso civilizatório. Reconhecem-se as negociações e disputas que marcaram as relações interétnicas entre os diferentes sujeitos que vivenciaram aquela experiência, tais como os padres diretores, os índios de diferentes etnias e as populações adjacentes a Itambacuri. Incluem-se nesse cenário as elites controladoras da mão de obra indígena daqueles “sertões”. (OLIVEIRA, 2016).

Além do uso de estradas nos espaços rurais, também foi muito utilizada a navegação fluvial em rios ainda caudalosos nas primeiras décadas do século XX. No Rio Todos os Santos, por exemplo, a circulação de balsas em curtos espaços era de uso frequente. Nas margens do rio, onde hoje é a Rua Padre Virgulino, existia um porto, o que levou a rua em seu nome original a se chamar Rua dos Cavacos (pequenas embarcações de madeira).

Em junho de 1924, com a Câmara sob a presidência do Coronel Alfredo Sá, sendo Secretário o Capitão Francisco Cordeiro da Luz, surgiu uma solicitação para a construção de uma balsa no rio “Mucury” para servir moradores da localidade do mesmo nome. Aqui, mais uma vez, aparecem as peculiaridades da região. A solicitação de uma balsa no rio Mucury confirma a deficiência dos elos de comunicação e, portanto, os entraves

para o desenvolvimento dentro do próprio município.

Confirmando a distância entre o município e a capital mineira, leu-se em ata um requerimento de David Scofield solicitando autorização para uma linha telegráfica ligando sua propriedade a mercados comerciais.

Ainda relacionado ao transporte, um dos temas tratados na Câmara era a Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM). Para atender fazendeiros e os negócios da região, Teófilo Otoni contava naquele momento com a ferrovia para o transporte e escoamento do café, proporcionando a expansão dessa lavoura na região. A ferrovia, tendo o café como o produto propulsor fundamental de sua movimentação, atendia a uma diversidade de encomendas de distintas atividades e era, muitas vezes, o transporte viável para a circulação das pessoas da região. E é nesse contexto que, em 1924, foi recomendado à Câmara enviar um apelo ao Sr. presidente do Estado, expondo-lhe a situação penosa em que se encontrava presentemente a população do nordeste mineiro e lembrando-o sobre a conveniência da encampação da EFBM para melhor servir à região.

No dia 06 de julho de 1928, ao dar início aos trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara, Nerval de Figueiredo, deu conhecimento à mesa dos últimos acontecimentos relativos ao caso das tarifas da Bahia e Minas, lamentando ter a população da cidade esboçado um gesto de indignação causado pelo aumento abusivo das tarifas. Tratando desse fato, o Presidente da Câmara leu o telegrama que seria destinado ao Presidente do Estado, colocando-o a par do movimento, “[...] depositamos em suas mãos essa causa justa do povo do Nordeste Mineiro que nada mais quer senão defender seus legítimos direitos altamente prejudicados com o aumento das tarifas ferroviárias, o que vem ser a causa única da absoluta e sensível carestia da vida”. A mesa ficou ciente e aplaudiu calorosamente as providências tomadas pelo presidente.

Para finalizar esse subcapítulo, nada mais ilustrativo para retratar a cidade a partir das lentes do legislativo do que um balanço de receitas e despesas da Câmara Municipal. O balanço do ano de 1889, publicado no jornal “O Mucury” de 18 de março de 1900, diz-nos muito sobre a sociedade teófilo-otonense, com dados que revelam situações que permanecem e outras totalmente alteradas no século XXI.

O documento traz informações significativas, com um quadro de demonstrações financeiras que representam o momento histórico da Câmara Municipal de Teófilo Otoni. Os setores mais tributados eram as casas de negócio, ilustrando a tendência ainda hoje da cidade em ter, no comércio e na prestação de serviços, as principais fontes da economia local. Observa-se também a quantidade de funcionários que eram remunerados pela instituição: O Presidente do Município, o Secretário da Câmara, o Fiscal Municipal, O Fiscal do Matadouro, o Contínuo da Câmara e o Guarda do Cemitério. O Presidente do Município era o Presidente da Câmara, o único vereador remunerado.

Ainda nesse balanço, aparece como lançamento o desfalque de 73\$000, perpetrado pelo fiscal João Carlos, aparecendo nesse documento para a formalização da prestação de contas. O balanço foi posteriormente analisado, discutido e aprovado.

Outro dado que chama a atenção no balanço é o estreito elo entre o público e o privado. O Lyceu Theóphilo Ottoni foi um educandário criado por Horácio Rodrigues Antunes e sua manutenção era feita utilizando-se recursos financeiros da Câmara Municipal.

LYCEU TH. OTTONI	
* Aluguel do Prédio	600\$000
* Expediente	121\$800
* Ordenado dos professores	7:236\$657
* Despesas com o recebimento do dinheiro	374\$900 --- 8:333\$357

Fonte: os autores

Ao analisar o documento, porém, não foi possível detectar ganhos econômicos do fundador do Lyceu e o que se sabe por meio dos jornais é que, em janeiro de 1900, o estabelecimento de ensino encerrou suas atividades.



Outro exemplo à época do uso de recursos públicos para iniciativas privadas pode ser dado ainda na área da educação. Observa-se, no livro de atas da Câmara, em 24 de maio de 1922, o requerimento de D. Maria da Piedade Almeida, professora particular, pedindo verbas de subvenção para sua escola, o que era comumente concedido. Isso ocorria de forma repetida como se pode ver também, na mesma época, a solicitação de auxílio para o colégio de Santa Clara em Itambacury.

3.Primeira Câmara Republicana

Segundo ORLANDO (2021), a Constituição republicana de 1891 tratava dos municípios somente no artigo 68, apontando a autonomia dos municípios em suas particularidades. Os limites para tal autonomia eram definidos pelas constituições estaduais. A mineira, assinada em meados de 1891, manteve os princípios nacionais: “[...] a administração municipal seria inteiramente livre e independente, em tudo quanto respeitasse aos seus peculiares interesses, sendo regida por um conselho eleito pelo povo” (ORLANDO, 2021, p. 09).

Ainda segundo ORLANDO (2021), cabia aos eleitores apontar seu conselho municipal, que teria a composição mínima de 07 e, no máximo,

15 vereadores, sendo o mandato de 03 anos. As eleições seriam diretas e os eleitores, cidadãos que se alistassem para a votação, com a idade acima de 21 anos, sabendo ler e escrever, residentes no município por dois anos, ou estrangeiros, por quatro anos, e que contribuíssem com os tributos municipais. A gestão orçamentária municipal era prevista em votação anual, sendo possível a criação de novas fontes de rendas criadas pelas municipalidades. A separação entre Estado e Igreja também estava prevista constitucionalmente e a administração dos cemitérios era de responsabilidade dos municípios.

Embora um novo cenário político emergisse no Brasil, indicando outros rumos, a partir do estabelecimento do governo republicano, cuja essência impõe a existência de um governo com participação coletiva, e considerando que o termo república, como cita (FAFFER, 1989) vem do latim com o significado de *res* = coisa e *public* = pública (coisa pública), a hipótese é de que a república chega em Minas Gerais, em suas diversas regiões, com um ideal reformador, mas não de ruptura total.

Pela Constituição de 1891, a divisão dos poderes em legislativo, executivo e judiciário nos municípios se tornou um princípio básico (MORAES, 2016). Porém, ainda segundo Adriano dos Santos Moraes, esse foi um processo que não foi estabelecido de forma homogênea, acontecendo de modo mais ou menos ágil de acordo com as particularidades regionais: “Com a República, algumas experiências de separação de poderes municipais vão surgindo ao longo do tempo [...]” (MORAES, 2016, p. 17).

Apesar de ser característica tradicional da Primeira República no Brasil, a separação dos três poderes, como já citado, não se desenvolveu de modo imediato nos municípios. No final do império e início da república, os vereadores utilizavam um conjunto de leis locais, chamadas de Posturas Municipais ou Códigos de Posturas e, em função desse código, atuavam nos espaços urbanos e rurais (DE MACEDO, 2016).

No caso específico de Teófilo Otoni, o legislativo e o executivo se confundiam e questões inerentes ao poder judiciário também eram levadas para discussão na Câmara, havendo confusão a respeito do papel de cada um na realização de suas atribuições. No prédio da Câmara Municipal, à época, funcionava o legislativo e o executivo municipais, além de ser também a sede do poder judiciário. Até mesmo valores religiosos entrecruzavam com o poder legislativo. Ainda em 1936, mais de 30 anos após o rompimento da oficialidade entre a Igreja Católica e o Estado, os sentimentos relacionados ao cristianismo persistiam. Foi solicitada e autorizada pela Câmara a compra de uma imagem de Cristo a ser colocada

na sala de reuniões.

O legislativo municipal tinha amplos poderes: fiscalizava o cumprimento das normas que deliberavam sobre o espaço urbano, como a organização de ruas, praças, mercados, cadeias, matadouros, entre outros. Mas também competia à Câmara Municipal promover a vacinação de crianças e adultos; tomar medidas em atenção aos indigentes e doentes pobres; construir e manter pontes e estradas, além de se envolver no cotidiano imediato da cidade, provendo meios para manter a tranquilidade e a segurança.

Era comum que a rotina do município passasse pela deliberação dos vereadores, que organizavam a economia local, assim como as condutas de uso dos espaços privados e públicos. Dentre diversos exemplos da confusão dos poderes, pode ser citada a atitude da Câmara em eliminar, por meio de decreto de 27 de abril de 1896, a tributação de alguns comerciantes. Pequenas ações faziam parte das decisões da Câmara, como a concessão de licença para fechar a cerca de um quintal em decreto de 27 de abril de 1896. Questões corriqueiras, como a solicitação de um pagamento não recebido por um pedreiro que trabalhou em um serviço na ponte do Rio Santo Antônio, eram postas em pauta nas reuniões do legislativo.

Da mesma maneira que nos dias de hoje, também na Primeira República, as atividades dos vereadores funcionavam a partir de comissões. Havia uma eleição para formá-las e a seus componentes competiam demandas específicas. Assim consta em ata publicada no jornal “O Mucury”:

TERCEIRA REUNIÃO EM PRIMEIRO DE MARÇO DE 1900.

Eleição da comissão de Fazenda e Contas, sendo eleitos os Srs vereadores: Marrey, Alves Benjamin e Ignácio Motta. Para a comissão de obras públicas, Agricultura e Comércio foram eleitos os Srs vereadores: Costa Ramos, Altino Soares e Antonio Esteves. Para a comissão de Saúde Pública e Estatística foram eleitos os Srs vereadores: Gonçalves Mendes, Costa Ramos e Waldemar Rausch. Para a comissão de Redação foram eleitos os Srs vereadores: Marrey, I. Motta e Gonçalves Mendes. Para a comissão de Negócios intermunicipais foram eleitos os Srs Presidente vereadores Costa Ramos e Barbosa Senna. Para a comissão de Limites do Município foram eleitos os Srs. Presidente e vereador A. Benjamin. Eleitas as comissões o presidente fez a leitura do balanço apresentando um saldo de R\$ 21:847\$870. Balanço aprovado

Nesse período, vê-se que as comissões existentes na Câmara eram de Estatística, de Redação, de Fazenda e Contas, Obras Públicas, Negócios Intermunicipais. Eram comissões que funcionavam ativamente. Em 09 de agosto de 1896, a comissão de colonização e finanças aprovou a solicitação do Vereador I. Motta, referente à introdução de 200 famílias estrangeiras a serem empregadas na lavoura.

Dentro desse quadro, cabe ressaltar que, em relação às lideranças

políticas no Vale do Mucuri, ao longo da República, ainda no século XIX, gradualmente os coronéis do Jequitinhonha, especialmente de Minas Novas, perderam o controle de Teófilo Otoni e região. De acordo com Márcio Achtschin (2015), o papel de Epaminondas Ottoni como administrador local e Alfredo Sá como articulador junto ao governo estadual conseguiu preservar certo equilíbrio entre a elite local em torno de um interesse econômico comum, o café. Ambos ocuparam a legislatura estadual e federal, alternando como representantes dos interesses da elite do nordeste mineiro.

Em 1924, o Coronel Adolfo Sá tomou posse na Câmara exercendo também a função de executivo até o ano de 1928, sendo sucedido pelo Dr. Nerval de Figueiredo que governou até 24 de outubro de 1930, dia em que a Revolução de 30, chefiada por Getúlio Vargas, derrubou o presidente da república, Washington Luiz Pereira de Souza, modificando toda a estrutura administrativa do país.

A morte prematura de Epaminondas Ottoni, em 1918, resultou na divisão da vida partidária local entre os “Sabiás” e os “Viuvinhas”, estes chefiados por Manoel Esteves Ottoni e Teodolindo Antônio da Silva Pereira e aquele pelas famílias Sá e Prates. O resultante foi o fortalecimento de Alfredo Sá, que se manteve no poder até meados dos anos de 1940.

4. O processo eleitoral e os conflitos sociais em Teófilo Otoni na Primeira República

Ainda hoje a lista de prefeitos do período Imperial e da Primeira República em Teófilo Otoni é muito controversa. Ocorre que a população elegia os vereadores e estes indicavam o presidente do município. Porém, muitas vezes, esse personagem político se ausentava, tanto por questões pessoais, quanto pelas viagens oficiais. Uma viagem e estadia nos grandes centros costumava demorar meses, acarretando constantes substituições de presidentes do município nesse período. Um exemplo é o decreto de 21 de setembro de 1929, que concede a Nerval de Figueiredo a licença de 90 dias para tratar de interesses do município no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Aqueles que buscam em documentos sobre os prefeitos sem analisar o contexto do período vão se defrontar ora com Manoel Pimenta de Figueiredo, ora com Nerval Figueiredo, assinando decretos no mesmo ano de 1928.

Esclarecido esse aspecto, em Teófilo Otoni vê-se que os destinos políticos muito comungavam com aqueles vistos no Império. Era um novo

jogo político, mas mantendo as mesmas elites que governaram durante o período monárquico. As mudanças foram poucas, como a inserção de outros segmentos, como o clero (embora o Padre Virgulino, que fora presidente da Câmara, tivesse renunciado ao seu mandato, sendo vereador apenas entre os anos de 1892 e 1893), comerciantes e farmacêuticos. No mais, houve a continuidade de médicos e, com maior frequência, militares com patentes da Guarda Nacional e fazendeiros.

Sobre a composição da primeira Câmara republicana em Teófilo Otoni, assim detalha Godofredo Ferreira (1934)

Padre Virgolino José Baptista Nogueira - presidente, tenente coronel José Adriano Marrey - vice presidente e vereadores Dr. Domingos Capagnani, Dr. Epaminondas Esteves Ottoni, Fernando Schroeder, João Antônio de Campos, Teófilo Benedito Ottoni, Fortunato Gonçalves Mendes e Farmacêutico Bernardino Fernandes da Silva. A esta Câmara sucedeu, por quadriênios seguidos, a administração do Dr. Epaminondas Esteves Ottoni. Como ele, porém, eleito deputado estadual e depois federal, se ausentava do município por espaço de tempo assaz dilatado - exerceram, de fato, o cargo de agente executivo e a presidência da edilidade os vice-presidentes Srs. Tenente coronel José Adriano Marrey, major Gualdim Martins, José Antônio da Costa Ramos, Manoel Martiniano da Silva Santos, major Turibio Alvares se não me engano. (FERREIRA, p. 167-168).

De um modo geral, as atas da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, no período da Primeira República, começavam da seguinte forma: “O povo do município de Teófilo Otoni, por seus representantes na Câmara Municipal decretou e eu, em seu nome, sanciono a resolução seguinte [...]”. No entanto, a relação entre os princípios republicanos e sua prática, especialmente no Brasil, eram distantes. A começar pelo processo constitucional excludente da Carta de 1891, que deixava mulheres e analfabetos fora das eleições.

Tendo como referência as eleições municipais de 1897, é possível perceber a participação dos eleitores nesse processo. Segundo Batella (2013), a população de Teófilo Otoni, em 1900, era de 15 mil e 38 habitantes. De acordo com o edital de 02 de outubro de 1897, publicado pela Câmara Municipal, havia 2792 eleitores aptos a exercer o sufrágio que ocorreria em 02 de novembro. Portanto, votavam aproximadamente 18,5% da população.

O processo eleitoral de 1897 oferece um rico material de análise da vida política de Teófilo Otoni e seus mecanismos de controle do poder. A violência dos proprietários rurais oferecia poucas condições de melhorias para os camponeses. Quanto aos trabalhadores urbanos, a única discussão em pauta na Câmara foi o pedido dos comerciários para que as casas comerciais não fossem abertas às quintas-feiras. O

projeto foi arquivado em 07 de fevereiro de 1897.

Além da exclusão de grande parte da população de participar do processo eleitoral, em especial mulheres e analfabetos, prevista constitucionalmente, outros instrumentos foram utilizados para dificultar ainda mais tal participação. Entre essas ferramentas de controle, havia uma comissão de alistamento que definia qual eleitor incluir e os que não deveriam ser aceitos (RICCI; ZULINI, 2014). Nesse processo, os maiores contribuintes participavam definindo e organizando a comissão de alistamento. Para identificar esses contribuintes, era consultado o livro de lançamento de impostos feitos pelos coletores e agentes fiscais.

Segundo reunião de 08 de janeiro de 1897, os maiores contribuintes foram em número de 23 e deveriam ser convocados por edital na imprensa. Em Assembleia de 31 de janeiro de 1897, reuniram-se na Câmara Municipal de Teófilo Otoni os maiores contribuintes. Não foi possível a realização da assembleia por reclamação de um comerciante em não ter seu nome incluso como um dos maiores contribuintes, sendo remarcada a reunião para o dia 25. Esse fato mostra o grande interesse dos proprietários em participar do processo eleitoral, tendo entre os vereadores representantes dos seus interesses. Os ausentes sem justificativa estavam sujeitos à multa.

No dia 15 de outubro de 1897, duas semanas antes das eleições de 02 de novembro, o jornal "Nova Philadelphia" anunciava a presença do "[...] grande número de eleitores e cidadãos influentes desta Comarca para procederem a escolha dos candidatos a presidente e vereadores da Câmara", presidida por Epaminondas Ottoni. Em nota, o mesmo jornal, na data de 17 de outubro de 1897, noticia a volta do presidente da Câmara de Ouro Preto, à época ainda capital do estado: "Depois de dois meses de ausência, temos a imensa satisfação de ver restituído a convivência de seus amigos o exmo. Sr. Dr. Epaminondas Esteves Ottoni". Na realidade, a vinda de Ottoni tinha como objetivo presidir uma importante reunião, a da Comissão de alistamentos.

É importante destacar que o presidente da Câmara, Epaminondas Ottoni, nem sempre estava presente nas sessões, por ocupar concomitantemente o cargo de deputado estadual e geralmente quem assumia o comando era José Adriano Marrey. Este, braço direito de Ottoni, era constantemente escolhido como vice em eleições realizadas entre os vereadores. Em dois de janeiro de 1897, Marrey se elegeu para a vice-presidência da Câmara com 05 votos. Antônio Jacinto Pimenta recebeu um voto e os demais vereadores estavam ausentes.

Agradecendo os votos recebidos, Marrey destacou em seu discurso “[...] os dissabores que tem experimentado no exercício do cargo [...]”.

Havia ainda outros procedimentos na Primeira República que faziam as eleições serem mais seletivas. Nas eleições de 1897, foram desconsiderados os votos da segunda seção, alegando a mesa apuradora que houve fraude na urna. Fica a dúvida se realmente se justificava a suspensão da urna ou se os votos contidos nela interessavam ao grupo que controlava a política local.

O edital de dois de outubro de 1897 ainda traz outras informações acerca do processo eleitoral de 1897. Teófilo Otoni tinha 1811 eleitores. Nos distritos, 377 estavam aptos a votar em Urucu. Por sua vez, Malacacheta tinha 327 eleitores e Setubinha contava com 277 votantes. A cidade dividia-se em nove seções, havendo também nos distritos de Rio Preto, Poté e Itambacuri. A maioria dessas seções funcionava em espaços públicos durante a votação, sendo três em propriedades particulares. O edital destacava: “As casas particulares designadas para o processo eleitoral são equiparadas aos edifícios públicos e assim serão franqueadas ao público enquanto durarem as eleições”.

Antes das eleições de 1897, eram vereadores de Teófilo Otoni, além de Epaminondas Otoni, F. Torres, B. Senna, Soares da Costa, T. Lages, Gonçalves Mendes, G. Schroeder, Theofilo Oliveira Pacheco, José Adriano Marrey, Ignácio Celestino da Motta, Reinhold Sommerlatte, Antônio Jacinto Pimenta. Em dois de novembro desse mesmo ano aconteceram as eleições.

O jornal “Nova Philadelphia” informou o resultado do pleito de novembro de 1897, ainda faltando os votos de Itambacuri e Setubinha: Epaminondas Otoni, com 928 votos e Carlos Sá, com 108, disputando a presidência do município. Entre os vereadores gerais: Inácio Celestino da Motta, 643 votos, José A. da Costa Ramos, 585, Antônio Alves Benjamin, 519, Antônio B Senna, 514, Antônio E. Soares, 517, Waldemar Rausch, 417, Bernardino H. de Queiroz, 215, Arthur Schroeder, 176, Maurício de S. Prazeres, 154, Reinaldo P. Primo, 145, Hermenegildo Prates, 131, Júlio Onofri, 101. Também foram eleitos cinco Juizes de Paz.

Em reunião iniciada ao meio dia de 24 de dezembro de 1897, a Câmara registrou em ata a posse dos vereadores eleitos na eleição do mês anterior. Epaminondas Otoni assumiu mais uma vez a presidência da Câmara, o que hoje representaria ser o prefeito do município.

Também estiveram presentes para a posse os vereadores Antônio Barbosa Senna, capitão José Antônio da Costa Ramos, Tenente Coronel Antônio Alves Benjamin, Antônio Esteves Soares, Waldemar Rausch, Tenente Coronel Ignácio Celestino da Motta. Além desses, os Vereadores Distritais Tenente Coronel José Adriano Marrey, do distrito de Urucu e Altino Soares da Costa, representando a cidade de Teófilo Otoni.

Martiniano Pereira Guedes escreveu longo artigo sobre as eleições de novembro de 1897, destacando que a Câmara, que então tomaria posse, também iria representar o legislativo na inauguração da ferrovia, cerimônia que se aproximava (e que realmente ocorreu no ano seguinte), exaltando o papel do Tenente Coronel José Adriano Marrey em prol do município. Marrey era do distrito de Urucu, um distrito economicamente importante no período, destino da maior receita distribuída entre os distritos. No orçamento de 1897, foram 4 contos de réis, muito maior do que recebiam os outros dois municípios, Malacacheta e Setubinha.

Importante ressaltar que essa política excludente não era aceita de modo passivo pela população. Os conflitos eram um elemento definidor do comportamento da região no período. Teófilo Otoni, entre o final do século XIX e o início do século XX, vivenciou situações complexas em relação à violência. As situações de tensões sociais eram constantemente mencionadas nos periódicos, demonstrando que a violência já não era caso isolado, mas uma constância que não poderia ser banalizada.

Conforme ACHTSCHIN, (2018, p. 93-94):

Em edição de 06 de fevereiro de 1898, o periódico O Mucury denunciou a violência cotidiana na periferia da cidade de Teófilo Otoni, citando diversos bairros onde se concentravam os conflitos:

“Olaria”, “Pau-Velho”, “Quenta-Sol”, “Arrasta-Couro”, “Rompe-Gibão” e “Concórdia”. Festividades populares eram tratadas em notas policiais como espalho de conflitos: “[...]facas, cacetetes, navalhas, e afinal o progresso”

A violência continuou nos anos 20. O Presidente da Câmara, Manoel Pimenta de Figueiredo, em 1927, expressou em ata que “[...] havia que se discutir sobre o extermínio de dois vagabundos [...]” na cidade e, logo mais, discutiu-se sobre a criação de guarda-civil para maior tranquilidade da população.

Mas os enfrentamentos também assumiam um caráter político. De acordo com o jornal “O Mucury”, em 20 de agosto de 1889, em

uma reunião da Câmara, com a presença dos vereadores Marrey, I. Motta, Waldemar, Altino Sores, Costa Ramos e Alves Benjamim, estes solicitaram que fosse “[...] convocado o chefe da Polícia do Estado e Juiz de Direito para punirem certos turbulentos que pretendem impedir temporariamente os trabalhos na Câmara, perturbando a tranquilidade pública”. Deduz-se que a população não era passiva diante da política local, havendo alguns grupos de pessoas na cidade que nem sempre se sentiam satisfeitos com os trabalhos da Câmara, inclusive participando de assembleias e manifestando descontentamento.

Também ocorriam reivindicações na Câmara em busca de meios para resolução de problemas recorrentes na sociedade, como se confirma na notícia publicada no jornal “O Mucury”, em fevereiro de 1899, com nota assinada por Joaquim José Costa Ramos.

Polícia que espanca

Sr. Dr. Redator do Mucury

Acerca de matéria tratada na local de domingo passado, de vossa folha, com a epígrafe supra, devo informar-vos que o Sr. Theodoro Pereira Barbosa, victima das violências cruéis da policia é um cidadão conceituado e bem estabelecido, tem propriedade nos arredores desta cidade e vive honestamente do seu trabalho honrado e incessante.

Gosa de merecido crédito, como pode atestar entre outros o Sr. Major Waldemar Hausch, importante negociante desta praça. É homem inofensivo e que não tem em seus 40 e tantos de vida cousa que o desabone. Tudo isso torna ainda mais revoltante a selvageria policial que o reduziu a misero estado aquelle cidadão que ainda hoje se encontra passando mal e vomitando sangue em razão das pancadas.

Uma brutalidade como a que verberaste pode muito privar a familia numerosa de Theodoro do braço e do auxilio do seu chefe.

Todos esperam providências, porque se cousas como essa passarem de liso, a reação é fatal – como muito bem dizeis.

5. A Câmara e as obras públicas

O período republicano teve um papel definidor dos espaços urbanos de Teófilo Otoni, especialmente a região central da cidade. O aumento de impostos pagos justificava um olhar diferenciado por parte do poder público em relação à cidade. A Câmara Municipal passou a criar normas e regulamentações direcionadas a esse novo cenário urbano que se desenhava. Era necessário, também, para atender às novas demandas, ampliar as receitas. Desse modo, o debate e as decisões do legislativo municipal nesse período se concentraram em dois objetivos: normatizar a ocupação do espaço urbano e criar novos recursos para atender às crescentes necessidades cidadinas.

Apesar da economia girar em torno do café, os locais de convivência desses produtores e de outros setores que viviam da produção cafeeira

estavam no espaço urbano. Daí, parte das despesas públicas era investida especialmente na cidade de Teófilo Otoni. Por ser o município predominantemente rural, esses serviços urbanos coexistiam com conservação e construção de estradas e pontes. De todo modo, era uma cidade que crescia, deixando continuamente de ser uma extensão do rural para ser um espaço tipicamente urbano.



Centro da cidade no início do século XX. O urbano e o rural se confundiam, tendo ao fundo o prédio da atual Câmara Municipal. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

Em 25 de maio de 1929 ficaram proibidos, inclusive nos distritos, chiqueiros para porcos em zona povoada. O processo de deslocamento de hábitos rurais para o urbano passa, inclusive, para aspectos culturais. Manifestações como Folia de Reis foram postas de lado em favor de entretenimentos urbanos, caso do carnaval. Por meio das atas da Câmara (reforçado pelas publicações dos jornais da época) pode-se perceber que o carnaval se tornou, em Teófilo Otoni, a festa mais popular do período. Era um evento dos quais participavam diferentes classes, conforme noticiou “O Norte de Minas” de 02 de março de 1935, apontando que envolviam “[...] desde os mais humildes aos mais abastados, desde os simples cantores da Caninha Verde até os pomposos foliões dos bandos do Automóvel Clube”. Nos documentos do legislativo municipal, havia tantos recursos destinados a esses festejos como também tributações específicas para comerciantes de produtos carnavalescos.



Desfile carnavalesco na antiga Praça Argolo no anos de 1930.
À direita, o atual prédio da Câmara Municipal. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira.

Decretos estabelecendo regras para ocupação urbana; nomenclatura de ruas que deixavam de ter nomes populares, como “Arrasta Couro” ou “Curral das Éguas” para nominar autoridades locais ou nacionais; ruas, como a Visconde do Rio Branco, foram niveladas; outras, como a Epaminondas Otoni, prolongadas. Enfim, para uma população que aumentava, surgiam novos problemas e busca de soluções. Foram permanentes decretos, como o de 10 de janeiro de 1928, autorizando a construção de mictórios públicos em lugares de maior movimento na cidade.

Embora Teófilo Otoni tenha sido uma cidade inicialmente projetada, com ruas centrais e praças definidas, foi aos poucos tomando outros traçados e também dinamizando um centro comercial que funcionava, inclusive, aos domingos. Por não ser uma prática consensual, a Câmara Municipal, em julho de 1921, apresentou um projeto propondo o fechamento das casas comerciais aos domingos.

Um código de postura de 1896 refletia essa tendência de maior cuidado urbano. No artigo 75 desse código, exigia-se um modelo de cercamento para as praças Tiradentes e Municipal, bem como uma padronização para os calçamentos das principais vias centrais: Rua Direita, Rua Francisco Sá, Rua Doutor Manoel Esteves e Rua da Empresa (atual Rua Marcelo Guedes). Também pode-se apontar a construção do jardim público, dos meios-fios

e o calçamento de ruas como obras geridas pelo Coronel Adolfo Sá (1924-1928) e Nerval de Figueiredo (1928-1930), caso do início da construção da estrada de automóvel para Figueira (hoje, Governador Valadares).

Ruas transitadas intensamente nos dias de hoje em Teófilo Otoni foram abertas nesse período. Em abril de 1924, o cel. Manoel Martiniano aprovou o projeto de abertura de uma rua que se iniciava na Praça Tiradentes e seguia em direção à Rua Visconde do Rio Branco. Enviado à comissão de Obras Públicas, o projeto logo foi aprovado em reunião da Câmara, assim como fora discutido em junho desse mesmo ano um projeto de lei versando sobre o funcionamento de botequins e restaurantes. Já na era getulista, o período de governo de Manoel Pimenta trouxe, além das obras do calçamento da rua Direita, a aprovação de um projeto que dispunha sobre o loteamento da Praça Argolo.



Calçamento da Rua Direita (atual Av. Getúlio Vargas) em 1936.
 Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira.

Apesar de alto investimento na cidade de Teófilo Otoni, o município era muito extenso. Pelo vasto território administrado, a demanda não era pequena. Entre as solicitações para promoção do avanço do município, em novembro de 1915, foi feito um apelo para a liberação de verbas de obras públicas para a manutenção da iluminação do Arraial de Poté. Muitas vezes esses serviços eram repassados para o capital privado. Em 21 de maio de 1929, Onofri de Oliveira e Silva solicitou a concessão de privilégio para o fornecimento de energia para a força e luz elétrica à sede do distrito de Poté, sendo essa petição encaminhada à comissão de obras públicas e posteriormente aprovada.

Não foi apenas em Poté que investimentos particulares atuaram em atendimentos de serviços públicos. Em Teófilo Otoni, empresários também atuavam nessas atividades, demonstrando a força do poder privado sobre o público em questões estruturais do Município, como o fornecimento de energia. A ata da Câmara, em 11 de abril de 1923, é ilustrativa quanto a esse aspecto:

O Senhor Abel Jacintho Ganem, que na qualidade de sócio da Companhia Força e Luz Epaminondas Otoni, pede o pagamento da importância de 13: 909#500 (treze contos novecentos e nove mil e quinhentos reis), correspondente à energia despendida com a iluminação pública da cidade desde o mês de novembro do ano passado até março do corrente, à razão de 2:781#900 (dois contos setecentos e oitenta e um mil e novecentos reis) por mez.

Dentre as obras de maior destaque no período, pode-se apontar a intensa campanha do Padre Virgulino para a construção da Igreja Matriz, demolida pelo próprio vigário em 1895. A igreja, em função de suas péssimas condições estruturais, corria o risco de desabar. No Nova Philadelphia de 20 de outubro de 1895, o padre justificava assim a demolição:

Não sendo mais possível demorar a construção da matriz desta freguesia, visto a única e pequena capela que servia-nos de matriz ter chegado a tal estado de ruína que ameaçava desabar a qualquer hora, causando talvez desgraças incalculáveis, resolvi-me sem mais considerações, demoli-la e dar começo a essa grande obra.

Em todas as edições do jornal Nova Philadelphia, era apresentada pelo clero uma lista de doações para a construção da Igreja Matriz. Essa edificação ocorreu e ganhou, nas primeiras décadas do século XX, o formato atual.



Igreja Matriz em construção. Fonte: Acervo pessoal Fany Moreira

Também é desse período o fim do Rancho e a construção de um novo mercado municipal. Em 28 de fevereiro de 1897, o Presidente Marrey propõe em reunião da Câmara a construção de um “[...] mercado espaçoso, com acomodações necessárias para a venda dos gêneros alimentícios que dos diferentes pontos do município são trazidos nessa cidade para alimentação pública”. O vereador chegou a destacar que o novo mercado deveria ser construído no centro da cidade, facilitando o acesso das pessoas à compra de alimentos.



Mercado Municipal no início do século XX. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

Entretanto, no campo de um espaço político, a grande obra do final do século XIX e início do XX foi a construção do prédio da Câmara Municipal, concluída em 1906. Sua localização anterior é desconhecida e não se sabe onde eram realizadas as sessões. Por meio das atas, tem-se conhecimento de que o trabalho do legislativo municipal era realizado em um prédio alugado, onde também funcionava o fórum. Para o Estado assumir parte das despesas, em 08 de outubro de 1895, foi assinado um decreto encaminhando a planta do novo edifício e as cópias do orçamento para a construção na nova casa legislativa. O decreto 108, de 13 de novembro de 1895, destinava recursos para receber o secretário da agricultura, comércio e obras públicas em festejos para lançamento da pedra fundamental da Câmara Municipal. O Decreto de 10 de janeiro de 1896 autorizava as despesas para a construção do Paço Municipal, sendo que, pelo artigo primeiro, “Fica a presidência do município autorizada a despender até a quantia de 83: 976\$380 com a construção do edifício municipal, conforme a planta e orçamento existentes no arquivo da câmara”. No mesmo ano, em 27 de abril, o decreto 124 autorizava o presidente do município a mandar fazer novo orçamento das obras do Paço Municipal.

Conforme nota do jornal “O Mucury”, em 21 de agosto de 1899, foi publicado o Edital para a execução de um trabalho referente à estrutura do telhado do Edifício do Fórum, que também seria destinado à Câmara Municipal e que já tinha adiantada a sua construção. Teófilo Otoni já estava prestes a receber uma construção que mais tarde se tornaria um dos maiores marcos de preservação da memória da história da cidade.



Fotografia do início do século XX, tendo ao fundo o edifício da atual Câmara Municipal ainda em construção. Fonte: MUVIM.

Foi um processo que se arrastou por longo período, até o prédio atual da Câmara ser concluído em 1906. Consta no dossiê de tombamento do prédio da Câmara Municipal que:

O ano de 1896 foi marcado pela constituição da Fundação do Hospital Santa Rosália, pelo início da construção do Fórum, na Praça Tiradentes, destinado à Câmara Municipal e à Justiça pelo mestre construtor italiano Carlos Torino, e pela fundação por Feliciano Soares da Costa, mais conhecido por Mucuri e Alberto Laender, de uma companhia de transporte fluvial que pelo rio Todos os Santos transportava em canoas, mercadorias e passageiros.

Conforme descreve o MUVIM (2021), o prédio da atual da Câmara Municipal, inaugurado em 1906, foi construído para ser a sede de um estado que envolveria o Vale do Mucuri, Jequitinhonha e o extremo sul da Bahia, tendo por capital a cidade de Teófilo Otoni. O projeto não se concretizou, mas a Câmara se tornou um importante espaço político, sediando o executivo municipal até os anos de 1940.

No entanto, nessas primeiras décadas, a cidade sofria muito com os

limites tecnológicos. A iluminação da cidade era feita com lamparinas. O prédio público, iluminado na noite de 15 de novembro em homenagem à República, foi notícia do jornal Nova Philadelphia de 21 de novembro de 1897.

6. O legislativo Municipal e a política sanitizadora da Primeira República

Os problemas relacionados à higiene e saúde pública foram uma constante em Teófilo Otoni durante a Primeira República. Entretanto o olhar da Câmara trazia um projeto higienizador que representava a perspectiva de quem tem posse:

Outro tema recorrente nos período foi a questão da sanitização do meio urbano. Influenciada pelas informações que chegavam dos grandes centros nacionais, a preocupação das classes dominantes do Mucuri não era de melhoria da população mais carente, mas de se estabelecer uma hierarquia e o controle em todos os espaços dos excluídos. Era uma forma de utilizar estratégias de poder com finalidade de regular os espaços através do discurso da higienização (ACHTSCHIN, 2015, p. 94).

A condição de pobreza de boa parte da população da época era visível pela quantidade de pessoas que viviam na rua. Era permanente a tentativa de se abrandar essa situação, o que levou, em 03 de novembro de 1895, a Câmara a destinar 200\$000 para despesas com “[...] medicamentos e enterramentos de indigentes e presos”. Três anos depois, o legislativo aprovou e o presidente da Câmara assinou um decreto autorizando o município a “[...] a providenciar sobre o tratamento dos indigentes gravemente enfermos quando forem encontrados em abandono nos lugares públicos”. Mas essas medidas não parecem ter surtido efeito. Das 278 mortes ocorridas em 1899, 103 eram de pessoas em situação de rua, em sua maioria de “Atherepeia”, ou seja, falta de alimentação (ACHTSCHIN SANTOS, 2018).

Era elevado o número de pessoas vivendo em situações de saúde precárias: “[...] tuberculosos, os afetados de úlceras e os ataques de moléstias contagiosas” (O Mucury, 24/12/1900). O delegado de saúde à época apontava principalmente para locais como o mercado como concentração de pessoas e a necessidade de controlar a circulação dos “[...] doentes de febres, sífilis e tuberculosos.” (O Mucury, 24/12/1900).

Durante as primeiras décadas do século XX, se por um lado viam-se pessoas que se beneficiavam de empreendimentos urbanos e

rurais, viam-se, por outro lado, problemas sociais que se agravavam. As medidas voltadas para atender e também segregar a população em situação de rua foram permanentes na Câmara Municipal. Em 06 de fevereiro de 1928, foi aprovada a construção de um “asilo para mendicidade”. Sete anos depois o assunto ainda estava em pauta.

Em 14 de dezembro de 1935, o jornal “O Norte de Minas” noticiou um acordo entre o legislativo municipal e a polícia para que os que chamavam de mendigos pedissem esmola apenas com uma placa de identificação. Novamente o jornal voltou com o tema, apontando ser a doação individual um ato não benéfico, amparado na “[...] esmola às vezes mal aplicada do níquel dado à toa, distribuído por toda gente, indistintamente, a qualquer pedinte” (O Norte de Minas, 31/12/1935). A alternativa noticiada pelo jornal seria a parceria do legislativo e executivo municipais com a instituição católica Frei Dimas, sendo que esta passaria a distribuir alimentos para os necessitados. Na realidade, a medida carregava o projeto higienista, no caso, afastando a população em situação de rua dos espaços públicos, pois, segundo o periódico, o objetivo era fazer uma

[...] limpeza e higiene de nossa cidade, pois, creio não há ninguém que ainda não tenha percebido nas nossas ruas [...] o grande número de infelizes cheios de feridas, atacados de diversas moléstias, e alguns portadores de péssimo mal cheiro [grifo nosso] (O Norte de Minas, 31/12/1935).

Quanto ao uso de vacinas, o momento já oferecia algumas para a comunidade, mas a indústria química não atendia a todas as necessidades. Em 31 de dezembro de 1935, foi anunciada pelo “O Norte de Minas”, por meio do Serviço de Febre Amarela, a compra de macacos para conter a epidemia.

Serviços urbanos já faziam parte das despesas municipais. Em outubro de 1917, houve uma solicitação à Câmara para autorizar a compra de duas carroças para o serviço de limpeza urbana. Em ata da Câmara, de 06 de janeiro 1920, tendo como presidente Manoel Esteves Ottoni e secretário Agostinho Vieira Mattos, o então chefe da casa legislativa submeteu à deliberação a execução dos seguintes serviços urgentes: medidas de higiene; remoção de lixo e limpeza da cidade; reparos no edifício da Câmara; reconstrução, reforma e melhoramento do cemitério e do matadouro público; além do alargamento dos esgotos de águas pluviais na Praça Germânica e na rua Francisco Sá.



Hospital Santa Rosália, Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

Ficou notório que, desde o final do século XIX, já era uma demanda da cidade a criação de um hospital. O Hospital Santa Rosália data desse período, 12 de agosto de 1896, mas os registros disponíveis não são suficientes para afirmar se essa população que vivia em condições de extrema pobreza era atendida nessa casa de saúde. O que foi possível identificar é que, nesse período e ao longo do século XX, o hospital sempre dependeu de recursos públicos. Eram frequentes as doações vindas da Câmara nessa Primeira República. Em 02 de outubro de 1896, por exemplo, o hospital recebeu da prefeitura um conto de réis.



Praça Germânica nos anos de 1920. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

Em se tratando dos debates e encaminhamentos da Câmara para atuar em defesa da saúde do povo do município, a busca por um Hospital Regional em Teófilo Otoni perpassa por quase um século. Em dezembro de 1936, o prefeito, Dr. Manoel Pimenta, prestou esclarecimentos sobre a solicitação de um terreno para a construção do hospital regional. O vereador Pedro Martins Abrantes propôs que se nomeasse uma comissão composta pelos vereadores Álvaro Prates, Reynaldo Ottoni Porto e pelo prefeito para entrar em entendimento com a proprietária do terreno escolhido pelos técnicos, a fim de iniciar as negociações sobre o preço do imóvel. Na ata do dia 21 de dezembro de 1936, está registrada a autorização do prefeito para o uso de uma importância de até 20:000\$000 para a compra de um terreno na rua Capitão Leonardo, para a construção do Hospital Regional.

As condições da cadeia também eram outro tema recorrente. Até o final do século XIX, a edificação prisional ainda era a mesma construção feita pela Companhia do Mucuri. O jornal “Nova Philadelphia” de 19 de setembro de 1897 cobrou providências de melhorias para o presídio municipal: “Existem reclusos na cadeia desta cidade 33 indivíduos que ali se acham como sardinha em lata, em péssimas condições higiênicas [...]”. Em ata de 28 de fevereiro de 1897, a Câmara registra a concessão de recursos do governo para a construção da nova cadeia, no valor de 57:955 \$ 407, menos do que os cem contos, o que suspende, segundo o documento, o plano inicial de um edifício no Paço Municipal.

Em consonância com o Código de Posturas Municipais, durante o primeiro período republicano, merece destaque a preocupação com a saúde pública, principalmente em relação às regras do abate de animais. O matadouro municipal foi objeto de constantes medidas da Câmara de Teófilo Otoni, com o intuito principal de evitar doenças por meio do consumo de carne. Em 20 de dezembro de 1895, por meio de um decreto, foi criado o matadouro municipal e feita a compra do curral do Conselho. Segundo ata da Câmara, “No primeiro serão abatidas as rezes destinadas ao consumo público. No segundo serão guardados os animais sem dono que aparecerem no município, também os porcos e cabritos que andarem vagando pelas ruas”. Em 02 de outubro de 1896, foi proposta uma reforma do matadouro, “[...] proporcionando aos magarefes os cômodos necessários para abaterem as rezes de modo a conservar-se o mesmo, sempre, com devido asseio”.

7.O legislativo municipal e o período Vargasista (1930-1945)

A partir da década de 1930, o Vale do Mucuri ressentiu as constantes crises de superprodução do café ocorridas de tempos em tempos no Brasil. Eram permanentes nos editoriais dos periódicos da época a proposta de colocar um freio no plantio de café, apresentando outros gêneros agrícolas como alternativa a essa produção excedente. O cenário nacional também tinha reflexos em Teófilo Otoni. O jornal "O Norte de Minas" noticiou, em 26 de janeiro de 1935, que foram queimadas, no ano anterior, cem mil sacas de café, consequência da Crise de 1929. Um ano depois, a Revolução de 1930 traria grandes impactos na vida política nacional e, também, em Teófilo Otoni.

A efervescência política dos anos 20 teve seus ecos em Teófilo Otoni e isso é perceptível quando o Sr. João Ribeiro Neves fez discurso na Câmara em 1929 e propôs, a seguir, que fosse votada moção de apoio e reconhecimento ao Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e ao senador Alfredo Sá. Em outubro desse mesmo ano, o presidente Dr. Manoel Pimenta falou sobre a necessidade da Câmara responder a um telegrama da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro, comunicando a indicação do Dr. Olegário Dias Maciel e de Pedro Marques de Almeida para presidente e vice-presidente do estado de Minas de 1930 a 1934, lamentando o afastamento do seio do partido dos ilustres membros Dr. Mello Vianna e Alfredo Sá, principalmente deste último, cuja orientação, como chefe de política local, foi elogiada.

Percebe-se aqui que os debates calorosos sobre os rumos da política nacional estavam presentes na Câmara Municipal, gerando uma disputa, ainda que velada, sobre as candidaturas de Júlio Prestes e de Getúlio Vargas. Em 21 de setembro de 1929, o Sr. Manoel Pimenta pediu a palavra e fez demoradas considerações sobre o movimento liberal desta cidade, lastimando a existência de um grupo de cidadãos que, formando um comitê, propunha apoiar a candidatura do presidente Júlio Prestes à sucessão da República. Tal grupo era formado praticamente pelos mesmos cidadãos que, após uma reunião cívica, comprometeram-se a apoiar as candidaturas do presidente Antônio Carlos e de Getúlio Vargas.

A partir dos acontecimentos em torno da campanha para a sucessão do presidente Washington Luís Pereira de Sousa e do assassinato de João Pessoa, na Paraíba, ocorreu na Câmara Municipal de Teófilo Otoni uma sessão extraordinária em 29 de julho de 1930, cujo presidente era o Dr. Nerval de Figueiredo e secretário, João Ribeiro da Silva Neves Júnior. Estavam presentes os vereadores Dr. Nerval de Figueiredo, Dr. Manoel Pimenta de Figueiredo Júnior, Turíbio José Álvares, Lothar Rudolph,

Octávio Esteves Ottoni, Alfredo Lopes da Silva, Amadeu Sá e João Ribeiro da Silva Neves Júnior, faltando sem causa participada o vereador Arnó Schaper.

O senhor presidente, ao abrir a sessão, declarou que o seu objetivo era prestar homenagem à memória do grande brasileiro Dr. João Pessoa de Albuquerque Cavalcanti, presidente do Estado da Parahyba e candidato da Aliança Liberal na última campanha política ao cargo de Vice-presidente da República, que acaba de tombar sem vida, vítima de braço assassino, na capital do estado de Pernambuco (Ata da Câmara, 29/07/1930).

Em decorrência das convulsões sociais na política brasileira, embora eleito, Júlio Prestes não tomou posse. Washington Luís Pereira de Sousa foi deposto e assumiu uma junta revolucionária sob o comando de Getúlio Vargas. Com o movimento denominado Revolução de 1930, ocorreu a extinção da Câmara Municipal.



Concentração militar na Praça Tiradentes durante a Revolução de 1930.

Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira.

O que se viu no pós-30 foi a ocorrência de alterações drásticas no corpo do legislativo em Teófilo Otoni, e a maior novidade foi o surgimento do primeiro prefeito da cidade de Teófilo Otoni, pois até então respondia por esse cargo o presidente da Câmara. Portanto, a partir da era Vargas (1930-1945), iniciou em Teófilo Otoni o regime das prefeituras, sendo nomeado primeiro prefeito Turíbio José Álvares, um dos membros da Junta Revolucionária, companheiro certo de Epaminondas Esteves Ottoni, antigo vereador e vice-presidente de várias câmaras. Entre 1930 e 1935, com a

Câmara alijada do processo político, alternaram como prefeitos, além de Turíbio Álvares, Theodolindo Pereira e Manoel Pimenta de Figueiredo.

É emblemática a mudança quanto ao papel do legislativo municipal a partir dos dizeres iniciais de cada decreto a partir de 1930. Antes dessa data, todo decreto assinado pelo presidente do município tinha os seguintes dizeres iniciais: “O Povo do município de Teófilo Otoni por seus representantes na Câmara Municipal, decretou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei.” A partir de 30, a escrita dos decretos já não inclui o legislativo: “O prefeito do município de Teófilo Otoni, usando das atribuições que lhe confere o Estado, resolve [...]”.



Passeio Público e, à esquerda, o prédio da atual Câmara Municipal nos anos de 1930.

Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

O prefeito era nomeado pelo governo federal e passou a indicar um Conselho Consultivo Municipal, que funcionava como legislativo, mas tendo o executivo maior controle sobre este. Os dados sobre essa composição são escassos, mas o jornal “O Norte de Minas”, de 02 de março de 1935, citou os nomes desses representantes do ano de 1933: Raul Gomes de Barros, empresário; Álvaro Prates, empresário; Lourenço Otoni Porto, médico; Joaquim Ribeiro, empresário, e Antônio Alves Benjamin. Mas essa representação de segmentos de maior posse sofria oposição interna. Coronel Manuel Martiniano, que se autodefinia como o maior contribuinte de Teófilo Otoni à época, apontou a falta de

transparência em relação às questões públicas, opondo-se aos impostos abusivos cobrados por Manoel Pimenta (O Norte de Minas, 23/02/1935).

Ainda assim, com o funcionamento do legislativo municipal praticamente suspenso nesse período, havia uma expectativa de que essa situação de suspensão do processo eleitoral fosse passageira, especialmente com a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1934. O jornal "O Norte de Minas" fez enquetes em todas as suas edições para medir as tendências da população. Chamado de Prefeito Constitucional, alternavam-se nas tendências dessa enquete, como possíveis chefes do executivo, Lourenço Porto, Elviro Ottoni, Manoel Ottoni, Manoel Pimenta. Nesse período, "O Norte de Minas" informou apenas o nome de Augusto Pereira como candidato a vereador.

Ocorreram as eleições municipais e a Câmara chegou a ser constituída. Em três dias do mês de agosto de 1936, estiveram presentes e tomaram posse os vereadores Reynaldo Ottoni Porto, presidente, Pedro Martins Abrantes, Álvaro Prates, Sebastião José de Figueiredo Ramos, Vindilino de Mattos Lima, Dr. Nerval de Figueiredo, Generoso Gomes da Silva, Omar Abrantes da Silva, José Luiz de Andrade, José de Souza Neves, Dr. Ruy Campos, Antônio Alves Benjamin e Epaminondas Esteves Ottoni Sobrinho. Assumiu igualmente Manoel Pimenta de Figueiredo Júnior ao cargo de primeiro prefeito constitucional eleito de Teófilo Otoni.

Ditas as palavras iniciais, nomeou o senhor presidente uma comissão composta dos vereadores José Luiz de Andrade, Pedro Martins Abrantes e Omar Affonso da Silva, a fim de introduzir no recinto o Sr. Prefeito eleito, que tomou lugar à mesa, à direita do presidente, sendo também convidado o Ilmo. Dr. Vicente Ferreira Paulino, Juiz de Direito.

Em 21 de setembro de 1936, o vereador Generoso Gomes da Silva pediu atenção para a educação da cidade e apresentou o seguinte projeto: "[...] considerando que a faculdade de comércio 'Dr. Benedito Valladares' que funciona em nossa cidade, vem prestando e continuará prestando inestimáveis serviços às classes menos favorecidas pela fortuna na preparação de nossos jovens, considerando ainda que, para o seu funcionamento, contou a mesma com o apoio do melhor corpo docente de nossa cidade, não obstante, a carência de recursos, tem ela, funcionado normalmente quase um ano; considerando enfim, por se tratar de um novo gênero de estabelecimento de ensino, para nosso meio e que carece de apoio e auxílio dos poderes públicos, vimos propor que seja votada pela Câmara ora reunida, uma verba de 2:000#000 em caráter de subvenção anual à faculdade de comércio 'Dr Benedito Valladares'".

Partidariamente, irão se destacar nesses anos de 1930 na região as ideias da extrema direita por meio do Integralismo. O Partido Integralista, com seu discurso em defesa da família, da moral e da propriedade (O Norte de Minas, 16/02/1935), ganhou espaço em Teófilo Otoni. Em edição de "O Norte de Minas", de 26 de janeiro de 1935, foi publicada uma convocação para que esses "[...] jovens idealistas" se encontrassem no Cine Theatro Império, tendo em mãos a Carteira de Identificação. No final da nota, o chamamento: "Anauê - pelo bem do Brasil". Entretanto, no governo ditatorial implantado por Getúlio Vargas, em 1937, esse movimento não vai sobreviver.

Com a ditadura varguista do Estado Novo, a partir de 1937, nem mesmo o conselho consultivo nomeado pelo prefeito existiria mais. Todos os legislativos, federais, estaduais e municipais são fechados. Definitivamente, os decretos, que antes eram respaldados pelos vereadores, representando o povo, eram assinados pelo prefeito do município, nomeado pelo governo federal e respaldado pela Constituição autoritária de 1937. A história da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, como acontecido em todo o Brasil, foi interrompida e somente foi retomada após 1945.

CAPÍTULO III

UM BREVE SUSPIRO DEMOCRÁTICO: A CÂMARA DE 1947 A 1964

1. Contexto e vida política em Teófilo Otoni entre 1947 e 1964

O ano de 1945 é um marco para a história mundial. Com o fim da Segunda Grande Guerra, inicia-se uma nova ordem global. Chamado de Guerra Fria, o cenário pode ser descrito de modo sucinto como uma polarização entre socialismo e capitalismo, União Soviética e Estados Unidos, deixando pouco espaço para a neutralidade na vida política no mundo. No Brasil, encerrava-se a ditadura imposta pelo Estado Novo. Uma nova Constituição foi promulgada em 1946, retomando o processo eleitoral típico das democracias liberais.

Do final da ditadura varguista (1945) até 1964, conseguiram maior expressão partidária o PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). O primeiro representava, em Minas Gerais, os grupos ligados ao governo varguista, defendendo os interesses das oligarquias estaduais, desejosas de controlar as políticas locais (MICELI, 1998). A UDN era um movimento conservador, muitas vezes golpista, que fazia forte oposição ao getulismo. O PTB tinha forte ligação com os sindicatos, com projetos nacionalistas, propondo o desenvolvimento industrial.

Outro partido que demonstrava apoio de parte da população, o Partido Comunista Brasileiro, concorreu às eleições em 1946, mas foi colocado na ilegalidade pelo presidente Eurico Gaspar Dutra no ano seguinte. Em leitura de expediente de 12 de janeiro de 1948, foi lido na Câmara de Teófilo Otoni um telegrama do presidente da República comunicando a “[...] cassação dos mandatos dos comunistas”.

Durante a Guerra Fria, mesmo em um período democrático, ser comunista passou a apresentar alguns riscos. O vereador Patrício Gomes, depois de fazer críticas à subserviência do Brasil aos Estados Unidos em reunião de primeiro de fevereiro de 1949, fez questão de ressaltar no dia seguinte: “Sou liberal democrata e odeio o comunismo”. Em 1952, foi instaurado um inquérito acusando o vereador Domingos Soares de Sá de ser comunista. A Câmara em peso se solidarizou por meio de cartas e telegramas dirigidos a diversas instâncias, acusando o delegado de polícia de calúnia e colocando-se, de forma unânime, em defesa do vereador. Entre as manifestações, o vereador do PSD, Aderbal Baracho, em reunião de 24 de julho de 1952, protestou “[...] contra esses elementos que procuram macular a dignidade de um cidadão por todos os títulos honestos”.

Em Teófilo Otoni, entre os três partidos que mais se destacavam no panorama nacional, foi o PSD que conseguiu, nos primeiros anos após 1945, maior visibilidade. Tanto assim que elegeu seu principal líder, Pedro

Martins Abrantes, e a maioria da bancada na Câmara. Porém, diferente da tendência nacional, o outro partido que ganhou força na região, já no final dos anos 40, foi o Partido Republicano. O PR era o braço político da Modernização Conservadora, contrapondo-se ao PSD ao propor uma economia moderna, voltada para a prestação de serviços, mas também com aproximação da produção rural, especialmente a pecuária (ACHTSCHIN, 2018). É emblemática a mistura entre provincianismo e modernidade no pedido feito pelo vereador Patrício Gomes ao prefeito Germano Augusto, em reunião da Câmara de 16 de maio de 1951, “[...] não varrer as ruas da nossa cidade às 5 horas da tarde e 7 horas da manhã, hora essa que as crianças estão saindo para os estabelecimentos de ensino”.

Foi em meados do século XX que a cidade de Teófilo Otoni viveu seu auge econômico, ganhando contornos civilizatórios e modernizantes, representados principalmente pelas exuberantes formas “Art Déco” do centro da cidade (ACHTSCHIN; SOREL, 2015). O velho Cine Theatro Império, agora chamado de Poeira, foi ofuscado por monumentais salas de cinema que surgiram entre os anos 40 e 60. O Cine MetrÓpole, por exemplo, foi construído em terreno doado pela Câmara a partir de uma autorização feita em 1953. Entretanto, os elegantes cafés, clubes e restaurantes da região central da cidade, que funcionavam para poucos, deixando claro o contraste produzido pela concentração de renda que sempre marcou a história da cidade, foram também cartões-postais fartamente usados pela elite local que ostentava então a condição de estar entre as mais ricas de Minas Gerais.

Foi nesse ambiente que ocorreram as eleições para o executivo e legislativo municipais em 1946, estando à frente do poder executivo provisoriamente Nagib A. Ganem. Em Teófilo Otoni, apesar das diferenças existentes até os anos de 1930, os princípios ideológicos na Câmara Municipal eram comuns. Os interesses diante da economia agrária prevaleciam e o executivo e o legislativo empossados em 1947 tentaram conservar tal política, mas eram novos tempos. Nesse sentido, o crescimento do PR nos anos posteriores representou a tentativa da elite local em equilibrar a tradição agrária paralelamente à modernização urbana.

É importante destacar que as modificações nem sempre eram bruscas. Ainda que a República tenha propostas muito claras quanto à separação de poderes, esse processo foi moroso. No caso específico de Teófilo Otoni, entre os anos de 1940 e 1960, os poderes decisórios entre executivo e legislativo ainda se entrecruzavam. As decisões do executivo dependiam integralmente da concordância do legislativo. Pela Câmara Municipal passava todo tipo de decisão: doação de terreno a uma instituição,

recursos para a reforma de uma praça, auxílio para funcionários municipais fazerem cursos de aperfeiçoamento. Legislar e participar das decisões administrativas, mesmo que corriqueiras, estavam também presentes nas ações dos vereadores. Em 30 de maio de 1960, o vereador Benedito Lopes utilizou o plenário para solicitar a colocação de uma lâmpada junto à prefeitura, com o propósito de melhorar a iluminação para o trabalho dos engraxates.

De qualquer modo, recursos de menor ou maior vulto passavam pelo crivo dos vereadores e não ter maioria trazia dificuldades ao governo municipal. Em alguns momentos, alguns prefeitos alegavam não conseguir implementar as obras necessárias por entraves colocados por uma bancada de vereadores oposicionistas. Para se ter uma ideia de como a Câmara intervinha no cotidiano da cidade, em 24 de abril de 1963, foi apresentado em reunião um projeto que criava uma empresa funerária.

Ocorridas as eleições em 1946, o prefeito eleito, Pedro Martins Abrantes, contava com a maioria da bancada, pois nove dos quinze vereadores eram do PSD. Eram eles: Elviro Vieira Otoni, Patrício Ferreira Gomes, Durval Homero Campos, Isaías da Silva Bonfim, Wilson de Matos, João G. Filho, Sebastião Ramos, Euclides Martins e João Prates. Os outros seis eram de uma coligação do PR, UDN, PDC e PTB: Geraldo Landi (líder do PR), José Soriano de S. Otoni, Antônio Rodrigues, Otaviano Haueisen, Olímpio Caldeira Brant e Epaminondas Esteves Otoni. A instalação da Câmara foi dirigida pelo juiz eleitoral, Afonso Teixeira Lages, em 8 de dezembro de 1947, e no mesmo dia foi eleita a mesa, tornando-se presidente da Câmara Elviro Vieira Otoni, o vice-presidente Durval Homero Campos e o secretário, Patrício Ferreira Gomes.

Importante destacar a presença de um vereador negro na Câmara, Isaías da Silva Bonfim. Em uma Câmara que até então defendeu os interesses da população branca, Bonfim trouxe a voz de segmentos excluídos socialmente e que foram silenciados ao longo da história de Teófilo Otoni.

O prefeito e seu vice, Lourenço Otoni Porto, tomaram posse na Câmara dois dias depois, em 10 de dezembro de 1946. A cerimônia de posse do prefeito foi realizada sob grande aparato faustoso, sendo eleita uma comissão de vereadores com o objetivo de ir à residência do prefeito e seu vice para trazê-los à cerimônia de posse. No final, novamente uma comissão conduziu o ex-prefeito, Nagib A. Ganem, até a sua casa. A posse ocorreu às 15 horas, mas foi uma das últimas reuniões durante o turno vespertino, pois logo foi votada pela Câmara uma decisão passando os encontros para o período noturno.



Atual Câmara Municipal em meados do século XX, período em que Executivo e Legislativo municipais funcionavam no mesmo prédio. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira.

Esse cenário apontava para uma maioria com perfil conservador e tendências à continuidade da política beneficiadora dos proprietários rurais. No entanto, as transformações nacionais produzidas pela era Vargas criaram novas demandas e situações que exigiam decisões incompatíveis com aquelas tomadas antes de 1930. Ainda que não fossem possíveis as rupturas drásticas, era inevitável acompanhar os novos tempos. As necessidades urbanas estavam no centro das atenções do legislativo, mas não eximia os vereadores de votar, em 26 de janeiro de 1949, por exemplo, verbas para a compra de formicida. Tais recursos seriam repassados aos agricultores a preço de custo. A proposta feita em 26 de janeiro de 1948 para doação de um terreno a uma faculdade de Odontologia e Farmácia coexistia com a aprovação feita um mês antes, em 23 de dezembro de 1947, de se ter no salão da Câmara “[...] em imagem, Jesus crucificado”.

Essa maioria alcançada pelo executivo não significou lidar com uma Câmara

passiva, sendo tensa a relação entre seus membros durante os primeiros anos de sua formação. Em uma das primeiras reuniões, em 15 de dezembro de 1947, foi pedido aos vereadores que assinassem um voto de apoio e solidariedade ao prefeito empossado. O documento foi assinado com ressalvas e vários membros do legislativo municipal teceram críticas ao ato das demissões dos chamados “operários da prefeitura”.

Duas semanas depois, em 28 de dezembro de 1947, a Coligação Democrática já sinalizava que faria forte oposição ao governo municipal, pedindo para que fosse colocado em ata que votariam “[...] contra todas as emendas apresentadas ao projeto de orçamento de 1948”. O término da sessão, à meia-noite, sinaliza que realmente ocorreram, conforme reproduziu a ata da reunião, “calorosos debates”. Apesar do formato das atas deixar somente nas entrelinhas os embates na Câmara, a oração feita pelo vereador Durval Campos, no final do ano de 1948, aponta para fortes divergências. O vereador governista conclamou seus pares a “[...] um melhor entendimento no ano próximo e para um trabalho mais harmonioso em benefício do povo” (26/11/1948).

Nos registros das reuniões do legislativo, são apontados momentos tensos. É o caso do pedido feito por Isaías Bonfim, em reunião de 15 de julho de 1949, para acrescentar os seguintes dizeres, feitos pelo vereador Durval Campos: “Não aceitarei nessa Casa mais críticas, seja lá de quem quer que seja. Estou disposto a fazer prevalecer minha autoridade, quer seja pela palavra quer pela força física [...]”.

A hegemonia do PSD ao longo da gestão de Pedro Abrantes perdia força e foi acirrada a disputa pela presidência da Câmara em 1949, com a vitória do governista Elviro Vieira Ottoni por apenas um voto de diferença para seu concorrente, José Soriano de Souza. O próprio Patrício Gomes expôs a fragilidade interna da bancada governista, ao afirmar em sessão de 19 de julho de 1949 que ele e “[...] Isaías Bonfim eram os dois únicos elementos do PSD, no sentido de lealdade e franqueza [...]”.

As divergências no interior do PSD novamente transparecem na formalização do pedido de cassação do vereador Durval Campos, feita por Isaías Bonfim, justificando a intenção de “[...] moralizar os costumes desta casa [...]”. O tema se desdobrou por diversas sessões. Pelas falas dos vereadores, eram autoritárias as posturas da mesa diretora e do vice-presidente Durval Campos. Patrício Gomes, em sessão de 19 de julho de 1949, afirmou que sua palavra foi cassada e, na reunião do dia seguinte, o mesmo foi corrigido em sua fala “[...] com intuito de humilhá-lo”. Wilson de Matos, em defesa do colega de partido, na sessão de 28 de julho de 1949, mostrou-se contrário à moção por entender nela motivações pessoais e que o documento estava associado à oposição da Coligação Democrática. Em substituição à cassação do vereador, foi proposta a renúncia da mesa diretora e, por fim, foi assinada uma moção de

desconfiança à mesa.

O fato repercutiu na imprensa. O jornal “O Norte de Minas”, que naquele momento era oposição ao governo do PSD, em edição de 23 de julho de 1949, apresentou em primeira página uma moção de desconfiança à mesa diretora da Câmara, assinada pela maioria do legislativo. No documento, a mesa foi acusada de agir de forma intransigente e antidemocrática, tendo cassado o direito de fala de um dos vereadores. A moção foi assinada por componentes do legislativo municipal, entre eles os atuantes vereadores Patrício Gomes e Isaías Bonfim, do PSD. Em 30 de julho, o mesmo jornal apresentou em manchete, sem nenhuma nota ou matéria, “Em minoria o prefeito municipal”.

Por diversas vezes, os vereadores que assinaram a moção se retiraram do plenário como forma de protesto contra a mesa da Câmara. A postura da mesa diretora apareceu novamente nas páginas do jornal oposicionista “O Norte de Minas”, na edição de 26 de novembro de 1949, quando o legislativo colocou em discussão pela terceira vez uma mesma matéria, ferindo o regimento interno no seu artigo 69 que previa o arquivamento de matéria duas vezes rejeitada.

Em 19 de janeiro de 1950, “O Norte de Minas” anunciou a vitória do vereador Soriano de Souza, do PR, na eleição para a presidência da Câmara, apesar da pressão dos liberais da época. Na casa estava presente o deputado peessedebista Alfredo Sá. Tristão da Cunha, então deputado pelo PR, enviou nota parabenizando a vitória. O restante da mesa foi composto pelo que foi batizado pelo periódico de PSD ortodoxo, os vereadores João Gouveia Filho e Isaías Bonfim. Essa queda de braço partidária entre PR e PSD já sinalizava a corrida eleitoral que se aproximava e, concomitantemente, expunha a queda do PSD local. Patrício Gomes registrou, em 29 de maio de 1950, que o prefeito já “[...] não contava com a maioria na Câmara”.

Nas eleições de 1950, os candidatos da coligação PR-UDN foram Germano Augusto de Souza, para prefeito, e Petrônio Mendes de Souza, para vice-prefeito. Nesse período, votava-se separadamente para ambos os cargos, podendo se eleger candidatos de partidos diferentes. Pelo PSD, Luiz de Almeida Cruz era o candidato a prefeito e Pedro Martins Abrantes, a vice-prefeito. A apuração era realizada no Fórum da Comarca de Teófilo Otoni, local onde também funcionava a Câmara Municipal. Durante décadas, esse foi o local da contagem dos votos das disputas eleitorais e, também, onde tradicionalmente as vitórias eram comemoradas, sendo a Praça Tiradentes o espaço das festividades. Por meio de som de rádio e debates acalorados, o prédio da Câmara ficava cercado de grupos aguardando por dias o resultado da contagem, que era feita manualmente por meio do voto impresso. Além da lentidão do processo, muitas urnas chegavam dos distritos e da zona rural, retardando ainda mais a contagem. Em 1950, o dia da votação ocorreu em 03 de outubro e o resultado final só foi concluído em 12 de outubro.

Nesse mesmo pleito, Getúlio Vargas se tornou presidente da República,

Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais e a região do Mucuri elegeram uma vez Tristão da Cunha, líder do PR, como deputado federal. Cunha se consolidou como a principal liderança política regional.

O crescimento do PR fica evidente com a eleição de sete vereadores, ao mesmo tempo em que o PSD elegia sete representantes e o PTB, apenas um. Segundo o “O Norte de Minas”, “O PTB seria o fiel da balança na Câmara Municipal” (08/11/1950). Germano Augusto de Souza foi eleito prefeito com 3.170 votos e Luiz de Almeida Cruz alcançou 2.759 votos, uma diferença de 411 votos. Petrônio Mendes de Souza obteve 2.699 votos, obtendo uma diferença de 73 votos para o segundo colocado.

O jornal “O Norte de Minas”, braço da imprensa apoiadora do PR, denunciava os últimos dias de governo do PSD:

Quem passa pela Avenida Israel Pinheiro (atualmente Luís Boali) nota claramente que aquilo ali é hoje o lixeiro da cidade. As moscas invadem os lares, trazendo a sobressalto e o perigo iminente de epidemias. O mercado, é todo podridão[. . .] Certamente S. Sa. (o prefeito), se defenderá de nossos argumentos, jogando a culpa sobre a Câmara de Vereadores (O Norte de Minas, 16/12/1950).

O mesmo periódico publicou, em de 10 de fevereiro de 1951, em matéria de primeira página, a posse do prefeito e dos vereadores, que ocorreu em 31 de janeiro de 1951, presidida pelo juiz eleitoral Helvécio Rosemberg. O presidente José Otoni Soriano era da coligação governista, o vice, João Gabriel da Silva, do PTB, e o secretário Aderbal de Oliveira Baracho pertencia ao PSD. No dia seguinte, às 13 horas, foi realizada a posse do prefeito.

Foram empossados os seguintes vereadores: José Otoni Soriano de Souza, Patrício Ferreira Gomes, Adherbal de Oliveira Baracho, João Gabriel da Costa, João Gouvêa Filho, Raul Gazzinelli Sobrinho, Bráulio Xavier Antunes de Oliveira, João Prates, Ruy Campos, Sidônio Epaminondas Otoni, Oswaldo Martins Prates, Sebastião José de Figueiredo Ramos, Biolkino José Barreiros, Geraldo Otoni Porto e Domingos Soares de Sá.

Apesar da necessidade de costuras partidárias para o executivo municipal alcançar a maioria na Câmara, a maior parte dos projetos de leis apresentados pelo prefeito foram colocados em andamento, de forma unânime e com rasgados elogios e felicitações ao prefeito. A ata da Câmara de 3 de julho de 1951 mostra que foram permanentes nesse governo os registros sobre os projetos apresentados por Germano Augusto “[...] submetidos a votação do plenário, foi aprovado por unanimidade”.

Outro fator a favorecer a governabilidade dessa gestão foi o alinhamento com o governo mineiro. Juscelino Kubitschek (JK) era do PSD, mas o PR apresentava proximidades com seu governo e, em diversas ocasiões, como nas atas de 20 de agosto de 1951 e de 22 de outubro do mesmo ano, os discursos de JK foram reproduzidos na íntegra. Estar próximo do governo

estadual contribuía muito para a obtenção dos investimentos necessários ao município, com destaque para os empréstimos bancários, prática recorrente nesse período para a realização de obras de grande e pequeno porte na cidade, especialmente porque Kubitschek era um conciliador e almejava saltos mais altos na política. Em 31 de janeiro de 1952, foi realizada na Câmara uma sessão solene para comemorar o primeiro ano do governo JK e a palavra foi dada tanto para Aderbal Baracho, do PSD, como para Bráulio Xavier Antunes, do PR, além do vereador petebista João Gabriel da Costa. No ano seguinte, o próprio JK veio a Teófilo Otoni para as comemorações do centenário da cidade, pronunciando na Câmara um discurso improvisado saudando a figura de T. B. Ottoni, fato registrada na ata de 7 de setembro de 1953. Apenas dois dias antes, com a presença do vice-governador Clóvis Salgado, foi posto na galeria da Câmara, com grande festividade, o retrato de Tristão da Cunha. Concluiu-se que, nesse período, o PR e o PSD, apesar das diferenças partidárias, seguiam o mesmo projeto conciliatório do governo estadual.

Em uma Câmara com forças partidárias tão equilibradas, os embates e pressões também se faziam presentes. Em 22 de julho de 1952, Sidônio Ottoni acusou a bancada do PSD de obstruir os projetos do prefeito. Em resposta, o vereador Rui Campos negou o perfil obstrucionista do partido e citou vários projetos enviados pelo executivo aprovados pelo partido, alguns de grande vulto, como o crédito especial para a ampliação do mercado. A pressão feita por Ottoni surtiu efeito e o projeto apresentado em seguida pelo prefeito foi aprovado em regime de urgência e por unanimidade.

A escolha de Patrício Gomes para presidir a Câmara durante o ano de 1952 demonstrou que o PSD conseguia equilibrar as forças políticas com o PR em Teófilo Otoni nos meados do século XX. Em ata de 28 de janeiro de 1952, as palavras reproduzidas pelo ex-prefeito Pedro Abrantes corroboravam a publicação do jornal “O Norte de Minas” em referência ao PTB: “Efetivamente o PSD, com o apoio de um vereador trabalhista, acaba de eleger a mesa da Câmara de Teófilo Otoni”. Aderbal Baracho ocupou a mesa como secretário, e a vice-presidência ficou a cargo de João Gabriel da Costa. Novamente em 1953, esse quadro se inverte, com a nova mesa da Câmara composta por um vereador do PR, Domingos Soares de Sá, sendo vice-presidente Sidônio Epaminondas Ottoni. Repetindo o ano anterior, a diferença foi de apenas um voto, mas esse equilíbrio não se traduziu em embates mais duros, com críticas esporádicas e moderadas feitas pela oposição ao prefeito, mesmo sendo 1953 um ano eleitoral. Muitas vezes, sem efetividade, os vereadores peessedebistas, como Rui Campos em 28 de janeiro de 1953, questionavam a administração municipal, expondo que essa “[...] até hoje não deu solução a nenhum problema de nossa terra”.

Em momentos isolados ocorriam acusações pessoais, o que levou o

vereador Adherbal Baracho a lamentar, em reunião de 23 de janeiro de 1953, que “[...] as discussões verificadas em plenário estão saindo do âmbito público para o âmbito privado”. Muitas vezes esses conflitos pessoais e partidários eram expostos pela imprensa. Desde o século XIX, Teófilo Otoni possuía jornais que atuavam firmemente na vida política, quer seja sendo situação ao governo, quer seja em oposição. Alguns vereadores, como Ruy Campos e Augusto Pereira, eram proprietários de jornais e expunham suas opiniões ou davam voz a outros para opinarem. Até que se implantassem as rádios difusoras, o serviço de alto-falantes, colocados em postes da cidade, foi um meio acessível e importantíssimo para repercutir tanto as notícias de fora da cidade quanto as informações locais. Em reunião de 11 de novembro de 1948, os vereadores reclamaram da paralisação do serviço de alto-falantes, que funcionava, segundo registro em ata “[...] desde a Revolução de 1930”.

Em 1954, o PR conseguiu eleger novamente outro prefeito, tomando posse no ano seguinte Petrônio Mendes de Souza, tendo como vice Sidônio Epaminondas Ottoni. Houve uma renovação de quase dois terços da Câmara, os quinze vereadores eleitos foram: Patrício Ferreira Gomes, José Ottoni Soriano de Souza, Antônio Barbosa, Isaias da Silva Bonfim, Ruy Campos, Edival Simões, Geraldo Ottoni Porto, Walter de Oliveira Garrócho, Raul Gazzinelli Sobrinho, João Prates, Clemente Nunes Maria, Adherbal de Oliveira Baracho, Arnô Franz Froede, Epaminondas Esteves Ottoni e José Benedito de Almeida Santana.



Prefeito e vereadores empossados em 1955.

Fonte: Acervo Pessoal de Fany Moreira

Nessa segunda metade dos anos de 1950, alguns movimentos sociais começaram a se articular. Movimentos de jovens ganharam força e passaram a buscar espaço de atuação. Em Teófilo Otoni, esses grupos se fizeram representar na União Estudantil de Teófilo Otoni (UETO) e na “Juventude Estudantil Católica” (ACHTSCHIN, 2018). Apesar de estar na clandestinidade, o PCB tinha um grupo de simpatizantes e militantes. Dentro da Câmara, o crescimento do PTB apresentava uma tendência ao rompimento com o conservadorismo político. Segundo Márcio Achtschin (2018), o PTB estava dividido, apresentando uma ala favorável a aproximações com os partidos de centro e outro grupo propondo reformas de base e mudanças constitucionais, propostas reformistas defendidas por João Goulart e Leonel Brizola.

Em 1958, Sidônio Epaminondas Ottoni foi eleito prefeito pelo PTB e o PSD elegeu o vice-prefeito Pedro Martins Abrantes. Apesar da legenda, Ottoni teve raízes nos quadros do PR, o que facilitou sua administração, pois contava com a maioria na Câmara, renovada novamente em dois terços de seus componentes. A vitória do PTB, entretanto, apresentava um novo quadro partidário, dividido em três blocos: cinco vereadores do PSD, cinco do PTB e cinco do PR. Foram eleitos pelo PSD: Patrício Ferreira Gomes, Levy de Castro Pires, Jonathas Carlos de Oliveira, José Benedito de Almeida Santana, Dalton Figueiredo de Oliveira. Os representantes do PR: José Ottoni Soriano de Souza, Antônio Barbosa, Oliem Bonfim Guimarães, Jerônimo Salomão Jamel Edim, Benedito Lopes da Silva. Os eleitos pelo PTB: Getúlio Barbosa, José Ottomar Bamberg, Walter de Oliveira Garrôcho, Clemente Nunes Maria, Alceu Vam Der Maas. Mais uma vez a presidência da Câmara ficou com o PSD, por meio do vereador Patrício Gomes, a vice-presidência com Antônio Barbosa, sendo secretário Dalton de Figueiredo, ambos do PR.

O governo do petebista Sidônio sofreu duras críticas da oposição peessedebista. Entre as falas, a de Isaías Bonfim em plenário, registrada em 28 de abril de 1960, ilustra bem esse enfrentamento ao afirmar que o único presente dado à cidade pelo prefeito foram “[...] os montes de lixo atirados por todas as ruas de nossa cidade”. Outro ponto frequentemente tratado pelos vereadores do PSD para criticar a administração era o salário dos chamados “operários municipais”. Patrício Gomes, então presidente da Câmara, usou o plenário em 13 de junho de 1960 para expor que “[...] tem sido procurado por diversos operários municipais que vão queixar do salário-fome que recebem”.

Um fato de muita repercussão nessa época foi a entrega do título de cidadão-honorário para alguns nomes de grande representatividade

nacional. Em 4 de agosto de 1960, compareceram à Câmara Municipal o Marechal Henrique Teixeira Lott, Tancredo Neves, Santiago Dantas e Clóvis Salgado.



Tancredo Neves, Marechal Lott e Santiago Dantas sendo homenageados na Câmara Municipal na década de 1960. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira.

Entre as formas de enfrentamento do PSD ao governo, uma delas era o não comparecimento de seus vereadores em plenário para as votações. O petebista Walter Garrocho registrou, em 8 de fevereiro de 1961, a “[...] ausência da bancada peessedebista nesta Casa”.

Mas o PSD era minoria na Câmara e os acordos entre o PTB e o PR garantiam a aprovação dos projetos e a sustentação do governo municipal, apesar de nem sempre os fatos acontecerem de forma harmoniosa. Exemplo foi a aprovação das contas do ano de 1960, que contou na sessão de 8 de fevereiro de 1961 com a presença dos dez vereadores do PTB e do PR. Não era incomum a presença apenas dos dez vereadores da situação nas reuniões da Câmara, ao longo do mandato de Sidônio Ottoni. No ano seguinte, as contas também foram aprovadas apenas com o relatório da Comissão de Finanças que, segundo a ata de 3 de maio de 1962, apresentou o seguinte parecer: “[...] verificou as contas até mais da metade, não encontrando nas mesmas nenhuma irregularidade, mas teve tempo para o exame total [...]”.

A presidência da Câmara exercida por um representante da oposição era um entrave para a gestão petebista, que buscava controlar a mesa, dirigida

em 1960 pelo PSD, o que ocorreu com a vitória de Antônio Barbosa e Benedito Lopes da Silva, ambos do PR, ao conseguirem nove dos quinze votos no ano de 1961. O PTB ficou com o cargo de primeiro secretário. Pelo discurso de Olien Bonfim, vereador do PR, registrado em 20 de janeiro de 1961, os projetos do PSD eram ultrapassados e o objetivo de conquistar a mesa era “[...] acabar com a oligarquia que domina nossa Casa”. A mesa diretora se manteve com Barbosa e Silva como presidente e vice no ano seguinte.

Na reunião da Câmara de primeiro de fevereiro de 1961, o vereador Walter Garrocho denunciou um grupo inglês, proprietários da fazenda Liberdade, por maus-tratos a trabalhadores rurais e pediu o encaminhamento de ofícios endereçados a diversos órgãos e entidades, entre eles a embaixada inglesa e a presidência da República. Esse fato sinalizava o aumento das tensões políticas relacionadas à luta pela terra. A Reforma Agrária era debatida em todo o país, sob a influência fundamental das Ligas Camponesas. Os debates e pronunciamentos da Câmara refletiam o momento de tensão da política nacional. Oliem Bonfim, em 18 de julho de 1962, elogiou a postura do presidente João Goulart diante da crise gerada com a renúncia do presidente Jânio Quadros e do processo que culminou na sua posse, considerando-a “[...] serena e democrática [...]”. Em contraponto, no mesmo dia, o vereador do PTB, Getúlio Barbosa, fez também os mesmos elogios da postura das Forças Armadas diante da instabilidade política do período.

Em 1962, o PR voltou à prefeitura de Teófilo Otoni, assumindo o executivo municipal Luiz Boali Porto Salman. A bancada do legislativo municipal ficou composta por cinco vereadores do PR, cinco do PTB, três do PSD e dois da UDN. Eram eles: Dalton de Figueiredo de Oliveira, Francisco Onofre Pereira, Oswaldo Soares Leal, Jonathas Carlos Oliveira, Oliem Bonfim Guimarães, Antônio Guimarães Lins, Humberto Luiz Costa, Bráulio Lopes da Silva, Hélio Costa Viana, Clemente Nunes Maria, Rachid Salomão Jamel Edim, Geraldo Ottoni Porto, Franklyn Sardinha Pinto, Libório Zimmer e João Alves Botelho.

Esse cenário aponta para um freio no súbito crescimento do PTB local, fato ocorrido na eleição anterior, e uma reação conservadora com os dois candidatos da UDN eleitos. A polarização PR-PSD não reflete a política local dos anos 60, podendo se observar o enfraquecimento ainda maior do PSD e a estabilidade eleitoral do PR. Para governar, o PR precisaria fazer algumas costuras e arranjos políticos, além do PTB não ser um aliado incondicional, pelo contrário. Segundo Márcio Achtschin (2018), no final dos anos 50, uma ala do PTB, próxima ao brizolismo, iniciou uma oposição sistemática ao governo do PR.

Apesar do maior número de partidos na Câmara, não havia uma divisão que comprometesse a gestão do executivo. As atas do período do governo

de Salman, diferente do ocorrido em gestões anteriores, não registram nenhum tipo de crítica ostensiva ao executivo, nem mesmo são relatados embates entre os vereadores. Humberto Luiz, representante do PR, em sessão de 25 de abril de 1963, discorreu sobre um bloco majoritário, fala que foi apoiada pelos outros membros legislativos do PR. Oliem Bonfim Guimarães agradeceu, em nome do prefeito, em plenária do dia 3 de julho de 1963, o “[...] o apoio da Câmara que não tem faltado ao sr. Prefeito para o bom desempenho de sua administração”.

O perfil dessa gestão pode ser analisado a partir de uma moção de apoio de confiança dada ao presidente da Câmara, Dalton Figueiredo, registrada em 26 de abril de 1963. A maioria dos vereadores assinou o documento, o que significava um legislativo com baixo poder de fazer oposição ao prefeito. No entanto, essa moção, assinada por parte de vereadores de cada um dos partidos (PR, PTB, UDN e PSD) e não da totalidade da bancada, sinaliza que havia um apoio pessoal, e não partidário, ao governo municipal.

O discurso do vereador oposicionista Oswaldo Soares Leal, em 10 de setembro de 1963, corroborava essa tendência. Em um longo pronunciamento, respondendo às críticas feitas por um órgão de imprensa sobre o insuficiente enfrentamento ao executivo municipal, Leal se diz “oposição construtiva” e afirmou que “[...] jamais criamos entraves para a atual proba e respeitável administração municipal, porque a nós compete legislar e não administrar [...] sabemos e compreendemos que esses dois poderes não são antagônicos [...]”. Em seguida, reforçou que defendia na Câmara a bandeira da concórdia e da harmonia, destacando também estar sempre presente às sessões legislativas, contrariando as práticas de mandatos anteriores de esvaziamento nas votações da Câmara.

Pontualmente aconteciam manifestações mais tensas entre os vereadores, como na reunião de 21 de outubro de 1963, quando o presidente da Câmara suspendeu a sessão por cinco minutos, fato causado pelos apartes “tumultuosos”. Mas os desentendimentos, que se estendiam em reuniões seguintes, eram controlados com propostas de “[...] maior compreensão e paz nessa Casa [...]” (Ata de 23/10/1963). Os documentos da Câmara deixam claro que o legislativo municipal era coeso na maior parte do tempo, mas recebia críticas externas, especialmente por parte da imprensa. Francisco Onofre Pereira, defendendo a instituição, discursava na tribuna em 18 de outubro de 1963: “[...] temos sidos humilhados, pois tentam levar ao povo a descrença nos seus legítimos representantes [...]”.

A partir do ano de 1963, os discursos e intervenções dos vereadores apresentavam pautas levantadas nos debates nacionais. A tentativa de avanços sociais, por um lado, e a reação conservadora, por outro, refletiam-se na Câmara de Vereadores. A União Operária Beneficente que,

desde o ano de sua fundação, apresentava debates dentro dos limites das conquistas trabalhistas, trouxe para seu salão a questão da Reforma Agrária e as propostas de mudanças constitucionais, fatos citados em ata da Câmara de 20 de junho de 1963.

No mesmo período, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, recebeu o prêmio de cidadão honorário da Câmara Municipal de Teófilo Otoni. Não pôde vir, mas enviou uma declaração lida em plenário fazendo duras críticas ao crescimento comunista no Brasil. Em 17 de outubro, Oliem Bonfim encaminhou à Câmara um requerimento ao governo mineiro exaltando-o pelo empenho contra o estado de sítio proposto no Congresso pelo presidente João Goulart. Nesse documento, Bonfim traçou um cenário desolador, expressando estar a democracia do Brasil ameaçada em uma “[...] perspectiva melancólica e desalentadora de um país que ameaça desagregar-se”.

Em 30 de março de 1964, ocorreu a última reunião da Câmara de vereadores antes da deposição do presidente João Goulart pelos militares. Como prenúncio dos anos que se seguiriam, o presidente da Câmara terminou a sessão advertindo “[...] pela gravidade do momento que atravessa o país, apelando para a vigilância de todos para que não pereça os nossos ideais democráticos hoje ameaçados pela onda comunizante que procura dominar o nosso país”.

2. Administração e Recursos da Gestão Municipal entre 1947 e 1964

Procurando fazer um breve balanço das gestões do executivo e do legislativo municipais, entre 1945 e 1964, pode-se concluir que as obras urbanas de vulto avançaram bem, especialmente após o governo do PSD. Todos os prefeitos, após 1950, eram do PR, com exceção de Sidônio Epaminondas Ottoni, eleito em 1958 pelo PTB, mas pertencente aos quadros do Partido Republicano anteriormente.

Das obras de maior porte, pode-se destacar a modernização da Praça Tiradentes, nos primeiros anos de 1950; a reforma do Mercado Municipal, considerada pelo jornal “O Norte de Minas” de 18 de dezembro de 1954 como “uma obra gigante”; em 1957, todas as ruas do centro da cidade e bairros adjacentes receberam calçamento; em 1953 e novamente em 1958, o Rio Todos os Santos, o principal da cidade, foi deslocado e retificado para acabar com as enchentes que ocorriam em algumas ruas do centro da cidade; no início dos anos de 1960, a Avenida Getúlio Vargas foi prolongada até o Bairro Bela Vista. Cabe mais uma vez reiterar que essas obras beneficiavam um pequeno segmento da população urbana. Fazia parte de uma política excludente que trazia vantagens a setores

médios e proprietários, sendo que a população das regiões periféricas e trabalhadores rurais não usufruíam dessas ações públicas.

Todos esses investimentos urbanos eram oriundos de diversos recursos. Entre eles, a arrecadação municipal, que apresentou, em meados do século XX, um crescimento expressivo. A previsão orçamentária apresentada na Câmara Municipal sinaliza essa tendência:

ANO	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
1953	3 milhões e 800 mil cruzeiros
1954	4 milhões e 900 mil cruzeiros
1956	7 milhões 800 mil cruzeiros
1957	9 milhões de cruzeiros
1959	13 milhões e 700 mil cruzeiros
1960	18 milhões, 180 mil quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros

Fonte: Atas das reuniões da Câmara Municipal de Teófilo Otoni

A arrecadação aumentou quase que cinco vezes no período de sete anos. São dados que demonstram o crescimento econômico de Teófilo Otoni no período. Por meio dos decretos aprovados na Câmara, é possível identificar o potencial de crescimento vivido na cidade. Um exemplo foi a busca de medidas que favorecessem o aquecimento do mercado, estimulando o crescimento da rede hoteleira. Em 13 de novembro de 1958, a Câmara concedeu isenção de quaisquer impostos ou taxas municipais por dez anos a quem construísse e explorasse hotéis em Teófilo Otoni. De acordo com Márcio Achtschin,

Na década de 60, Teófilo Otoni era um dos mais importantes e promissores municípios mineiros. Segundo o jornal “Estado de Minas” de 02/08/2014, “[...] foi o terceiro município mais populoso do estado na década de 1960, com 130 mil moradores, atrás de Belo Horizonte e Juiz de Fora”. Estava no apogeu do seu crescimento reiniciado na segunda metade dos anos de 1930 (ACHTSCHIN, 2018, p. 100).

Diante desse crescimento há, por parte dos poderes executivo e legislativo, a busca de maior eficiência na cobrança de impostos. Até os primeiros anos de 1950, a principal receita municipal continuava sendo o Imposto sobre Indústrias e Profissões, correspondendo a 40% da arrecadação, mas já surgiam outras formas de tributos urbanos, como o imposto predial, perfazendo aproximadamente 10% da arrecadação. Em dezembro de 1954, por meio de diversos decretos aprovados pela Câmara Municipal, foram feitas alterações nos impostos, deixando de existir o imposto sobre indústrias

e profissões, substituído pelo imposto predial, com critérios mais específicos e, conseqüentemente, mais eficientes. Juntamente com o imposto predial, também foi criado o imposto sobre mercadorias, com incidência principal em produtos agropecuários. Os impostos de serviços da prefeitura também foram aumentados. Em 07 de maio de 1957, foi criada a taxa de Cadastro imobiliário, 1% do valor da transferência de imóveis. Em 30 de novembro de 1959, foi criada a taxa de conservação de calçamentos e um tributo para estabelecimentos que fazem uso de irrigação de ruas como imóveis em construção e lavagem de carros. As despesas com as obras públicas e o pagamento de operações de crédito exigiam do governo municipal o aumento das arrecadações.

Por fim, foram de uso frequentes as operações de crédito para realização de obras de maior porte. Os principais recursos para as vultosas obras desse período eram originários de uma série de empréstimos bancários. A reforma do mercado, iniciada em 1954, foi realizada por meio de um empréstimo de cinco milhões de cruzeiros a serem pagos em vinte anos para cinco instituições financeiras diferentes. Em seguida, em 21 de novembro de 1956, outro empréstimo, no valor de um milhão, cento e oitenta mil cruzeiros, na Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, foi autorizado pela Câmara de Vereadores. Em 03 de fevereiro de 1958, novamente pela Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, ocorreram contínuos empréstimos no valor de um milhão de cruzeiros para nova reforma do mercado. Outro empréstimo de 5 milhões de cruzeiros na Caixa Econômica Estadual foi realizado em 03 de março de 1956. Outro, de quantia mais expressiva, 4 milhões de cruzeiros, foi autorizado pela Câmara em 03 de março de 1956, com a finalidade de ampliação do serviço de água da cidade.

Em 03 de março de 1956, foi concedido novo crédito de 5 milhões de cruzeiros pela Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, sem destinação específica. Foram contínuos os empréstimos de menor valor, como aquele feito junto à Caixa Econômica Federal, em 26 de janeiro de 1956, de 365 mil cruzeiros. Além da Caixa Federal, os bancos do Estado, a Caixa Econômica Federal e o Banco de Crédito Real se tornaram os principais credores do governo municipal.

3. A sociedade pelas lentes da Câmara Municipal

Conforme já apontado, muitas abordagens foram completamente novas nas pautas da Câmara Municipal após 1945. Problemas inéditos vinham à tona, bem como questões antigas eram tratadas com novas perspectivas. Os problemas e soluções surgiam de acordo com as perspectivas do tempo vivido, o que envolvia representações ora convergentes, ora divergentes. Os

vereadores reproduziam os pensamentos e ações de um contexto específico. Os territórios reproduzem o cenário nacional, mas também constroem relações próprias de poder. A própria divisão das comissões já sinalizava novas abordagens: Comissão de Finanças; Comissão de Legislação e Justiça; Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas; Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social, Propaganda e Turismo.

Exemplo dessas novas pautas era a necessidade de desenvolvimento a partir do processo de industrialização. Essa tendência nacional se reproduziu nos debates do legislativo municipal. Francisco Onofre Pereira solicitou à Câmara, em 18 de abril de 1963, a formação de uma Comissão para promover o Primeiro Congresso Pró-Industrialização do Vale do Mucuri. O desenvolvimento do Brasil se daria com uma indústria com perfil nacionalista ou o país se industrializaria a partir do capital estrangeiro? Esse era o debate em pauta na época. Trazendo a discussão para a Câmara, o vereador Patrício Gomes, em sua fala na sessão de primeiro de fevereiro de 1949, afirmou ser o Brasil “[...] um país falido e que há crise de caráter dos governantes [...] e que dentro em breve o Brasil não se pertencerá e sim à América do Norte”.

Intensos debates relacionados ao fomento de indústrias para Teófilo Otoni foram travados na Câmara. Em sessão de 31 de janeiro de 1949, foi apresentado um projeto do vereador Patrício Gomes que isentava de impostos as indústrias que se instalassem no município. Em seu discurso, Gomes afirmou que quem fosse contrário a seu projeto era “[...] contra o progresso de Teófilo Otoni”. Em posição contrária, o vereador Luiz Magalhães afirmou que “[...] as pessoas ou empresas que se propõem a instalar indústrias, possuem capital necessário para pagamento de operários e também dos impostos, o que é uma obrigação de todos para manter a integridade da nação”.

Ausentes nas reuniões da Câmara formadas até a Primeira República, as questões trabalhistas surgiam nas pautas de modo frequente. A maioria dos projetos eram apresentados pela ala governista. Esse mecanismo populista foi bastante utilizado na política até 1964, como uma forma de cooptar a classe trabalhadora. É importante lembrar que o período Vargas fortaleceu os direitos dos trabalhadores, tendo como ápice a Consolidação das Leis Trabalhistas, sancionada em 1943.

Uma das primeiras sessões da Câmara, em 26 de dezembro de 1947, já tratava de proposta acerca do reajuste do funcionalismo municipal. Quatro dias depois, Patrício Gomes, governista, propôs aforamento e venda de lotes para “operários pobres”. Em 18 de outubro de 1948, foi apresentado um projeto de lei pelo mesmo Patrício Gomes para conceder férias-prêmio para o funcionalismo municipal e, em 17 de novembro de 1948, Isaías Bonfim fez uma indicação do próprio prefeito para aumentar o orçamento dos “operários municipais”. Em 20 de janeiro de 1949, o vereador Patrício

Gomes apresentou um requerimento cobrando do prefeito o cumprimento da recente lei sancionada sobre o descanso semanal remunerado para os trabalhadores. Em 24 de abril de 1963, o vereador Humberto Luiz cobrou do ministro do trabalho uma maior fiscalização em Teófilo Otoni para que fosse cumprida no município a “[...] lei do salário mínimo”.

Não apenas decretos e expedientes, mas também a cooptação das instituições operárias fez parte das práticas dos governos e legislativos municipais. Era típico das práticas populistas e era parte das práticas políticas, entre os anos de 1945 e 1964, controlar as instituições ligadas às classes trabalhadoras. Em 25 de julho de 1949, o próprio executivo municipal apresentou um projeto de lei doando um terreno destinado à construção da sede do sindicato dos trabalhadores da construção civil. Da base governista, Isaías Bonfim apresentou, um ano antes, o projeto de doação de terreno para a construção do Clube Recreativo Operário Sete de Setembro, popularmente conhecido como “Caninha Verde”.

A União Operária Beneficente, cujo presidente era o próprio vereador Isaías Bonfim, recebia da prefeitura e do governo federal ajuda anual para sua manutenção. Bonfim, nesse período, foi considerado, nas palavras de Patrício Gomes em reunião de 29 de maio de 1950, o “líder do operariado de Teófilo Otoni”. No orçamento de 1949, a União Operária recebeu uma verba de 10 contos do governo federal e, em 25 de novembro de 1955, recebeu a subvenção de 25 mil cruzeiros. Outros segmentos da sociedade também receberam doações. O centro de Choferes recebeu um terreno para sua sede própria, em lei de 05 de maio de 1952. Em 28 de janeiro de 1955, a Câmara concedeu auxílio de 50 mil cruzeiros para o início das atividades da União Estudantil de Teófilo Otoni. Além desses benefícios, era comum durante as sessões da Câmara a lembrança dos aniversários das entidades de representação dos trabalhadores bem como a participação de vereadores nas comemorações e eventos da União Operária Beneficente e outros sindicatos classistas.

A ocupação urbana também trouxe uma nova realidade para o crescimento populacional. Surgiam debates tipicamente urbanos, caso do abastecimento de água e de energia, que passavam a ser pressionados por melhores serviços e preços mais acessíveis. A questão do tratamento de água foi sempre pautada. Em discurso de 21 de março de 1950, Patrício Gomes atestou que “[...] toda a população do Bairro Veneta, inclusive crianças é atacada de esquistossomose, o mesmo acontecendo com quase a totalidade de Teófilo Otoni”.

Uma das demandas tratadas de forma permanente era o abastecimento de água da cidade, que era explorado pela Prefeitura. A ampliação da Caixa d’água, realizada em 1935, já não era mais suficiente para atender ao

crescimento da população. Concomitantemente, também era preocupação da Câmara o controle do consumo e a forma mais eficiente de cobrança. Em 31 de outubro de 1949, o presidente da Câmara em exercício, Patrício Gomes, assinou lei determinando a instalação de aparelhagem de cloração e filtros, bem como a instalação de hidrômetros em todas as casas, inclusive as comerciais. Tal lei também concorreu para ampliar a rede de distribuição de água para os bairros Veneta, São Jacinto, Baixinha, dos Alemães, Chácara Grão-Pará e Vila Barreiros. Mas a chegada da água nas casas desses bairros continuou ainda de forma precária e por diversos momentos foram lidos na Câmara abaixo-assinados oriundos da periferia pleiteando a instalação de chafarizes com o objetivo de atender minimamente a população. Em 23 de setembro de 1959, a Câmara solicitou a ampliação do tempo de abastecimento de água para o Bairro Bela Vista, pois o serviço era feito em apenas duas horas, tempo “[...] insuficiente para atender as casas”.

Diferente das dificuldades vividas na periferia de Teófilo Otoni, o centro da cidade era um território privilegiado e o aproveitamento de seu espaço era pressionado pela especulação imobiliária. Novas ruas foram criadas e outras foram ampliadas. Em 1948, a Rua Epaminondas Otoni foi prolongada em direção ao norte, tendo como projeto inicial sua ampliação até a Rua Capitão Leonardo. Alguns anos depois, tais benefícios, restritos à região central, foram tratados pelo vereador Patrício Gomes: “[...] não é possível que a administração só cuide do centro da cidade, deixando as outras partes em completo abandono” (22/07/1953). Os moradores da margem da linha da Estrada de Ferro Bahia e Minas se manifestaram por diversas vezes contra esse abandono, ao reivindicarem a mudança do depósito de lixo da cidade, que ficava próximo, em uma lagoa chamada “Barro Branco”. Em 1953, o vereador denunciou a “[...] necessidade urgente de acabar com o depósito de lixo da Lagoa Barro Branco”. Sete anos depois, nada havia mudado e novamente a retirada do depósito de lixo da lagoa se tornou objeto de denúncia na Câmara Municipal.

Fora de foco em gestões anteriores, em meados do século XX, a habitação já era um tema em pauta. A preocupação da Câmara nesse sentido pode ser percebida no discurso de Patrício Ferreira Gomes em favor de subsídios a empresas que construíssem casas para seus funcionários: “Em todos os países civilizados, os poderes públicos têm tido a máxima preocupação quanto ao problema do lar. Na Inglaterra, principalmente, e na América do Norte, o problema da habitação é tratado com o maior carinho [...]”. A partir das primeiras reuniões do legislativo, como descrito em ata de 30 de dezembro de 1947, a necessária construção de casas populares foi colocada em evidência.

A concessão de terrenos urbanos públicos foi uma forma criada com o

objetivo de se ter um maior controle sobre o crescimento da cidade, tanto em relação às doações quanto aos loteamentos. Em ata de janeiro de 1948, Patrício Ferreira Gomes encaminhou um projeto para aforamento e venda de lotes para operários pobres da cidade. Quatro anos depois, a Câmara autorizou o loteamento do então chamado Morro do Cruzeiro, atualmente Cidade Alta (Morro da Copasa), para a criação de uma “cidade operária”. Em 03 de fevereiro de 1958, foram doados diversos terrenos no bairro Manoel Pimenta, com a finalidade de se construir casas. Essa área, em documento, foi batizada de “Favela Nova”. Porém esse período de expansão gradual do espaço urbano resultou em maior proporção em ocupações desordenadas que ainda impactam a realidade da cidade nos dias atuais. O tema foi tratado em sessão de 23 de julho de 1963, sendo denunciada a falta de controle da prefeitura a respeito da construção dos loteamentos existentes à época “[...] à revelia, passando a cobrar impostos imediatamente”.

Boa parte da identidade das comunidades se perdeu com a mudança nas denominações originárias de ruas e bairros. Espaços públicos tiveram, por intermédio da Câmara Municipal, suas denominações modificadas à medida que foram substituídas por nomes de autoridades ou até mesmo por alguns personagens completamente desconhecidos da população local. Em 1948, o bairro Veneta teve o nome mudado para Manoel Pimenta. No entanto, e esse caso é um exemplo, a população ainda hoje faz menção, sessenta anos depois, ao nome original do bairro. Do mesmo modo, uma indicação de melhorias citada na ata de 05 de maio de 1948, em pedido de “[...] moradores da travessa conhecida como ‘Beco do Coelho’ [...]”. Os mesmos vereadores, em reunião de 10 de maio de 1948, modificaram o nome do ainda hoje conhecido Beco do Coelho para Rua Galdim Martins, em homenagem, segundo a ata, a um “[...] antigo presidente da Câmara de Teófilo Otoni”.

Não foram apenas a memória e as referências da população da periferia que se perderam com o crescimento da cidade. A ocupação desordenada trouxe graves problemas de infraestrutura para os bairros da população mais carente. Por outro lado, atendendo às necessidades de setores médios e de classe alta, no entorno da região central, foram criados alguns bairros especialmente a partir do aterro de lagoas e brejos. O Bairro Grão Pará se tornou um dos primeiros nessa situação e sua ocupação se deu por meio do aterramento de uma grande lagoa existente à época. Em sessão da Câmara, em 27 de abril de 1953, o vereador Patrício Gomes criticou o prefeito pela existência de grande foco de mosquitos naquele local. O vereador José Ottoni Soriano divergiu de Gomes, afirmando que “[. . .] a lagoa já havia sido aterrada [grifo nosso]”. Do mesmo modo que o Bairro Grão Pará, outros bairros surgiram a partir de aterros feitos para atender a uma parte mais abastada da população, casos do Bairro Marajoara e Ipiranga.

Outro aspecto que também sinalizava as novas tendências foi a busca por melhor planejamento nas gestões, bem como uma burocracia estruturada, tanto nas atividades do legislativo como do executivo. A Câmara, por exemplo, aprovou, em 23 de dezembro de 1947, quatro comissões: de educação e saúde; obras públicas, viação e agricultura; legislação, justiça e finança, e redação e polícia. No caso da burocracia municipal, ficou evidente a divisão das funções, com cargos bem definidos e com a especificidade de cada atividade. A Câmara Municipal com frequência fazia intervenções, como a extinção e a criação de cargos.

Por meio da relação dos valores salariais, pode-se registrar, em 1952, o número de 75 professores municipais, sendo duas diretoras e duas auxiliares de serviços gerais. A prefeitura contava com 34 funcionários em variadas atividades, desde contínuos, contador e auxiliar datilógrafo, até o encarregado do matadouro e o porteiro do mercado. Pelo relatório salarial de 09 de novembro de 1956, publicado pela Câmara, o número de funcionários pouco aumentou, 38, e as escolas também mantiveram o mesmo número de serventes e diretoras, ampliando o quadro de professores para 86. Já apareciam no quadro de pagamentos 07 aposentados e “inválidos”. Em 1958, o número de professores municipais chegou a 90.

A educação e o esporte se tornaram questões centrais. Em 31 de dezembro de 1947, foi criada a biblioteca “Benjamim da Cunha” e, em cinco de maio de 1948, abriu-se um crédito para o aluguel da sala da biblioteca pública. As reformas e a construção de escolas em zonas rurais foram as matérias que mais apareceram nos decretos. Em 18 de abril de 1949, um projeto de lei propôs a criação de cinco escolas rurais e, em 30 julho de 1955, mais seis foram criadas. Em 26 de janeiro de 1956, outros cinco educandários foram criados na zona rural.

Por sua vez, a criação de uma Praça de Esportes era assunto permanente nos debates da Câmara. Esse espaço seria mais ligado à juventude, um ator fora de cena nas décadas anteriores. A Praça foi promessa de campanha de JK, segundo Ruy Campos, na sessão de 22 de abril de 1952, e sua construção se arrastou durante anos, demora que indignava Isaias Bonfim, ao lamentar que “[...] até hoje Teófilo Otoni não possui sua Praça de Esportes” (22/07.1952). O terreno foi adquirido por meio de uma doação e era localizado no Bairro Grão Pará.

A inauguração da Praça de Esportes foi registrada em ata da Câmara, em 28 de abril de 1960. Conforme indicam as atas da Câmara, os espaços da praça eram seletivos. O vereador Franklin Tatuhy pedia, em expediente de 22 de abril de 1963, para “[...] franquear a Praça de Esportes às crianças pobres de nossa terra, sem distinção de nível

social ou cor [...]”. Em 22 de janeiro de 1964, o mesmo vereador voltou a denunciar o uso do espaço por: “[...] um grupo de privilegiados e não está certo, pois somente os filhinhos de papais ricos é que a podem frequentar”. A Praça de Esportes funcionou durante décadas, sendo desativada no final do século XX para dar lugar ao atual ginásio coberto e a uma praça multiuso em sua lateral.

Dois foram os temas mais pautados nas reuniões da Câmara Municipal, sinalizando para os novos anseios e demandas tecnológicas de parte da elite local: o sistema de telefonia e os automóveis.

O uso de automóveis e os impactos produzidos por tal prática à cidade frequentemente eram assuntos tratados na Câmara e na imprensa em meados do século XX. Nos anos de 1930, o jornal “O Norte de Minas” denunciava os cavaleiros que andavam em disparada em suas montarias pelo centro da cidade, em exhibições que causavam acidentes aos jovens que “[...] bancavam o chic” (O Norte de Minas, 16/02/1935). Quinze anos depois, as preocupações do jornal eram outras. Após um incêndio em um posto de gasolina no centro da cidade, “O Norte de Minas”, em edição de 03 de dezembro de 1950, cobrava da prefeitura o implemento de leis que dessem maior segurança aos moradores, denunciando que havia 12 mil litros de gasolina armazenados na região central da cidade. A lei 443 de 08 de novembro de 1955 proibiu o uso de vias públicas para qualquer reparo nos veículos, como também passou a impedir tais vias o pernoite dos automóveis, sob pena de multas e apreensões.

Claro, essas mudanças não seriam bruscas, o antigo e o novo iriam ainda conviver por um bom tempo. Em 1948, o vereador Patrício Gomes propôs regulamentar o estacionamento de automóveis na cidade, no mesmo dia em que alguns vereadores se manifestavam contra a presença das vacas pastando no jardim central. Portanto, durante vários anos, os automóveis e as boiadas dividiam o mesmo espaço do centro da cidade. O mesmo Patrício Gomes tratava do trânsito de gado no centro da cidade: “[...] uma verdadeira tourada, pois duas vacas bravas com destino ao matadouro punham em alvoroço os transeuntes que passavam”.

Mas a presença dos automóveis na vida urbana se daria de forma crescente, podendo ser percebida na existência dos “Impostos sobre combustíveis e lubrificantes”. Em 25 de outubro de 1948, foi apresentado um projeto que propunha uma concessão para exploração de um auto-ônibus a ser utilizado como meio de transporte na cidade. Longe se vai o tempo em que a prefeitura autorizava o trânsito de bonde até a estação da Estrada de Ferro Bahia e Minas (O Norte de Minas, 16/02/1935).



Bonde na rua das Flores (atual Rua Manoel Esteves). Próximo à estação da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira.

A aquisição de automóveis também passou a fazer parte da rotina do executivo e do legislativo. Em 07 de maio de 1957, a Câmara autorizou a prefeitura a adquirir um Jeep novo e, em 24 de janeiro de 1958, foi autorizada a importação de um trator. Em 13 de novembro de 1958, foram criados dois cargos de choferes para prefeitura.

A elite teófilo-otonense acompanhou a tendência dos grandes centros em encontrar, sob influência da cultura automobilística, espaços de sociabilidade que demarcassem uma hierarquia social (SANGLARD, 2010). O encaminhamento para a construção da sede do Automóvel Clube era um assunto pautado permanentemente nas reuniões da Câmara Municipal.

De acordo com Márcio Achtschin (2015), foram registrados em Teófilo Otoni, em 1964 [...] 127 automóveis, 197 rurais e jipes, e 153 caminhões” (ACHTSCHIN; SOREL, 2015, p. 34). Os proprietários desses veículos também passaram a exigir certas facilidades à Câmara e se tornaram constantes os pedidos de intervenção da prefeitura, junto ao governo estadual, para que a retirada de documentos dos “chauferes” acontecessem em Teófilo Otoni e não em Belo Horizonte.

Além dos automóveis, a Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM), que chegou a Teófilo Otoni em 1898, era outro meio de transporte presente no cotidiano da população. No entanto, pela importância da ferrovia, a Câmara pouco trouxe para o debate questões envolvendo-a. As notícias dadas pela Câmara normalmente traziam o nome da EFBM em tom de

denúncia e descaso. Em 10 de maio de 1955, a ferrovia foi denunciada na tribuna pelas condições insalubres do seu entorno com os porcos que chegavam em seus vagões: “A avenida Israel Pinheiro (atual Avenida Luis Boali) está formando um verdadeiro chiqueiro, pois os porcos que chegam na cidade pela EFBM ali dormem, deixando uma fedentina insuportável”. Outro problema tratado pela Câmara com frequência, durante a existência da ferrovia, eram os acidentes. O vereador João Gabriel da Costa pediu a suspensão dos trabalhos em 14 de abril de 1951 justificando “[...] ter uma máquina da EFBM despedaçado a poucos instantes o corpo de uma pobre criança”. Oito anos depois, em 28 de outubro de 1959, o vereador Walter Garrocho pediu em plenário a Wenefredo Portela, à época diretor da EFBM, a instalação de sinalização nas proximidades dos trilhos, por ser um “[...] local de grande movimento [...]”.

Entretanto, além das funções relativas ao transporte de pessoas e cargas, a ferrovia desempenhou um importante papel político. Por pertencer, em meados do século XX, à União, o PSD e o PR disputaram muitas vezes a direção da empresa com o objetivo de receber os votos dos ferroviários. Dependendo das alianças, o presidente da República indicava, a pedido dos aliados locais, o ocupante do cargo maior da administração da EFBM, pois este exercia “[...] forte influência sobre o operariado [...]” (ata da Câmara de 28 de janeiro de 1952). Patrício Gomes, em 14 de março de 1950, denunciou, afirmando ser parte de uma trama, a saída do diretor Adalberto Pompílio da Rocha. Em 09 de outubro de 1954, o jornal “O Norte de Minas” citou, entre os partidos da coligação, a “Bahiminas”: “PSD-UDN-PSP-EFBM [grifo do autor]” (ACHTSCHIN; SOREL, 2015). Sem dúvida, era um cargo de prestígio e, por muitas vezes, em cerimônias especiais, seus representantes compunham a mesa das autoridades, como na posse do prefeito Germano Augusto de Souza, registrada em ata de 01 de fevereiro de 1951.

Em alguns momentos, a Câmara também exercia pressão para a saída de diretores denunciados por funcionários. Em 15 de maio de 1963, ocorreu uma moção de desconfiança contra a perseguição de um superintendente da EFBM. No mês seguinte, em 24 de junho, foi pedido aos governos estadual e federal a exoneração desse mesmo superintendente e, em 16 de novembro, em plenário, registrou-se a sua saída, considerada como uma “[...] vitória da Câmara”.

O sistema de telefonia fixa também era tema sempre em evidência, sendo intensa a pressão da Câmara para a implantação da rede telefônica na cidade. Em 29 de setembro de 1959, ocorreu uma comparação com a cidade de Governador Valadares (algo ainda muito comum entre os teófilo-otonenses na atualidade): a companhia telefônica chegou por lá e não chegou a Teófilo Otoni. Em 26 de outubro do mesmo ano, segundo os

registros, aparelhos telefônicos deveriam ser instalados nas escolas, para os pais “[...] saberem o paradeiro dos filhos”. Outro tipo de comunicação também começava a ser pautado na Câmara no início dos anos de 1960: as transmissões televisivas. Em 15 de julho de 1963, discutiu-se a intenção de um grupo de pessoas que tinha o objetivo de instalar uma torre de televisão na cidade. Na reunião do dia seguinte, já estava em discussão a doação de um terreno para a construção dessa torre.

A saúde pública, tema central nas medidas adotadas pela Câmara Municipal, manteve-se em pauta, mas trazendo propostas antigas aliadas a procedimentos modernos. Os mesmos métodos patriarcais higienizadores de controle adotados no início do século XX (REGO, 2009) ainda permaneciam, fazendo com que os bordéis fossem registrados e vigiados pelas autoridades, como a polícia e a administração pública, bem como as autoridades sanitárias (REGO, 2009).

A Rua Francisco Sá, atualmente uma área central de Teófilo Otoni com perfil comercial, era, à época, um local com grande quantidade de bordéis. Em 21 de abril de 1963, foi feita pela Câmara a indicação para o Centro de Saúde examinar “[...] as meretrizes do nosso município, providenciando junto ao mesmo serviço o tratamento das que portarem moléstias infectocontagiosas, fichando-as convenientemente”. Todavia, além do discurso sanitarista, pretendia-se também realizar o controle espacial e o afastamento dos bordéis do espaço urbano, como segue o registro em ata do mesmo dia da sessão da Câmara, propondo “[...] estudar a possibilidade de saneamento da Rua Francisco Sá, mudando para o local fora do perímetro urbano a zona boêmia da nossa cidade. As famílias teófilotonenses agradeceriam [...]”.

A preocupação era compatibilizar a crescente demanda da população por alimentos e conseguir assegurar a saúde da população, especialmente com as carnes. Ocorre que a cidade ganhava ares urbanos, mas ainda carregava posturas de uma vida rural e conseguir modificar os hábitos e o modo de vida seculares em nome da ciência era um desafio que ainda permanece na atualidade. Isaías Bonfim pediu, em reunião da Câmara Municipal, em 25 de outubro de 1950, providências em nome dos moradores do Corredor Gazzinelli, alertando para

[...] a atividade de couro de bois que ali são espichados e acumulados, sendo que a catanga proveniente dos couros é tão forte que chega a descer um grande número de urubus, constituindo um perigo para a saúde dos moradores daquele local.

No entanto, por receber a maior parte dos alimentos perecíveis para abastecimento da cidade, o Mercado Municipal era o espaço mais visado e continuamente fiscalizado e denunciado. Em 10 de novembro de 1948, a

Câmara criou uma comissão para averiguar o “[...] estado pouco higiênico do mercado municipal, principalmente sobre o serviço de carga e descarga de suínos”. Pelo discurso no plenário, o vereador Patrício Gomes relatou que os porcos “[...] são jogados no chão e arrastados através de uma verdadeira lama para a balança e desta para imundas bancas [...]”. Qualquer situação era levada a público pela Câmara. A denúncia de três porcos que chegaram no mercado vindos nos vagões da Ferrovia Bahia e Minas já mortos foi assunto tratado em duas sessões da Câmara no ano de 1950.

Essa preocupação com a higiene do mercado refletia uma preocupação sanitária, mas também uma nova perspectiva sobre o papel do mercado municipal como centro comercial. Não era mais o mesmo do início do século XX. Tornou-se um espaço concorrido, fonte rentável de comércio. Por meio de concorrência pública, a prefeitura arrendou, em 03 de fevereiro de 1958, um cômodo por cinco mil reais mensais, tendo a concessão por cinco anos. Em 31 de outubro de 1958, a Câmara autorizou a prefeitura a arrendar todas as bancas, lojas e açougues do mercado por quatro anos.

Toda essa valorização desse espaço do mercado municipal resultou no surgimento de um grupo de comerciantes desse local coeso e organizado em prol de seus interesses. Os proprietários das bancas, já à época, apresentavam forte poder de resistência contra intervenções no mercado. Em ata de 16 de agosto de 1963, a Câmara lamentou o enfrentamento dos que chamavam de “banqueiros do mercado”, afirmando que “[...] não é possível que por causa de duzentas pessoas vamos prejudicar uma população inteira”.

Sendo o centro da cidade o principal cartão-postal, o mercado deveria ter um perfil diferente do velho rancho que negociou produtos agropecuários ao longo do século XIX e início dos anos de 1900. Não somente o mercado, mas espaços que fugissem à representação de civilidade da área central de Teófilo Otoni nos anos de 1950 deveriam desaparecer. Não é coincidência a autorização de 03 de fevereiro de 1958 da Câmara para adquirir um terreno com a finalidade de construir um prédio da cadeia pública. A cadeia foi motivo de sucessivas denúncias de espaço de insalubridade e péssimas condições de higiene. Em 22 de janeiro de 1959, Geraldo Landi fazia referência à cadeia como um “pardieiro” e dizia do anseio da transferência da região central. Instalada no coração da cidade e ao lado da Câmara Municipal, precisaria estar em um local menos visível. Em 19 de outubro do mesmo ano, uma comissão foi eleita para ir a Belo Horizonte para tratar da construção da nova cadeia, objetivando, segundo a ata, tratar dessa “[...] imundície existente no centro da cidade”.

Medidas de isolamento para determinadas doenças apresentam forte argumento baseado no contágio. A Câmara propôs, em 13 de fevereiro de

1949, um “dispensário” para tuberculosos. Já em 26 de julho de 1948, foi discutido subvenção para conter a lepra. A malária foi tratada por meio de dedetização, conforme projeto de 30 de julho de 1949. Entretanto, de modo geral, um atendimento público gratuito ainda estava longe de acontecer em Teófilo Otoni nesse período. A construção de um ambulatório para os comerciários foi contestada de forma firme pelos vereadores em reunião de 07 de agosto de 1953, sendo alegado que “[...] os médicos de Teófilo Otoni são muito caridosos e não se recusam a atender gratuitamente os comerciários. Portanto, não há necessidade de ambulatório, o qual não passa de tapeação”.

A solução para os chamados pedintes ou mendigos ganhou novo formato, tendo como solução para a questão o amparo à mãe e à criança. Nesse sentido, o Estado assumiu não a responsabilidade de dar assistência ao homem adulto, mas colocando-o à disposição do mercado como força de trabalho disponível. Não há dados oficiais, em meados do século XX, de pessoas em situação de rua em Teófilo Otoni, contudo os registros da Câmara sinalizavam a continuidade elevada de homens, mulheres e crianças nessas condições. Em sessão de 28 de outubro de 1953, Patrício Gomes afirmou ter internados no Hospital Santa Rosália “[...] 38 indigentes”. Em 12 de novembro de 1959, Walter Garrocho denunciou “[...] menores abandonados que perambulam em grande número nesta cidade”. O abandono e a conseqüente alta de óbitos infantis, problema que assolou a cidade sessenta anos atrás e denunciado à época pelo jornal “O Mucury”, permaneciam presentes nos anos de 1960. Em 21 de janeiro de 1961, Walter Garrocho solicitou providências junto à secretaria de saúde para fazer esforços objetivando diminuir “[...] a grande mortalidade infantil em Teófilo Otoni”.

O comércio de produtos perecíveis realizado por ambulantes, muito comum nas primeiras décadas do século XX, passou a ter, por parte da Câmara, um maior rigor. Os vereadores aprovaram, em 22 de agosto de 1955, uma lei em que a distribuição do leite não beneficiado necessitaria, a partir daquela data, “[...] atender aos requisitos dos regulamentos da saúde pública”. A tentativa era regulamentar o comércio doméstico, a venda de produtos de porta em porta, tão comum até os anos de 1970.

Na realidade, o conflito entre comércio formal e informal extrapolava a questão sanitária, sendo até os dias atuais uma situação por resolver. Patrício Gomes, em pronunciamento no dia 20 de abril de 1949, reclamou do “[...] entulhamento nos passeios, impedindo o trânsito de pedestres”. Novamente, o mesmo Patrício Gomes, dois anos depois, em 25 de abril de 1951, denunciou a igual situação, destacando uma atividade praticamente inexistente nos dias de hoje, os engraxates de sapatos. Em 18 de janeiro de

1852, o assunto novamente veio à tona ao ser exposta por alguns vereadores a isenção de impostos e taxas de feirantes do mercado municipal. O vereador Augusto Pereira, defendendo os comerciantes formais, chamados comércio local, alegou ser uma concorrência desleal, sendo que estes são os que “[...] mais contribuem para as finanças do município”.

Um tema que gradativamente também foi levado para a pauta da Câmara, em meados do século XX, foi a inflação. O vereador Walter Garrocho, em ata de 22 de setembro de 1959, declarava que “[...] levará o povo à praça pública para protestar e fazer sentir os governos os descabros das administrações com a alta crescente do custo de vida”. Em 1946, segundo Munhoz (1997), atingiu os dois dígitos, 14,6%, o que leva Patrício Gomes, então vereador, a manifestar sobre “[...] o aumento de preços dos gêneros de primeira necessidade destinados ao consumo público”. Depois de uma queda nos anos seguintes, em 1950 novamente atingiu os dois dígitos, 12,4%, chegando em 1953 a 20,6%. Na década de 60, os preços dispararam: 1960, 30,5%; 1961, 47,8%; 1962, 51,6%; 1963, 79,9% e, em 1964, a inflação estava em 92,1% (MUNHOZ, 1997).

Diferente dos dias atuais, em que o abastecimento de alimentos é feito pelos supermercados, até os anos de 1980, o grande centro de compras era o mercado municipal. Dessa forma, ele era o principal alvo de críticas do processo inflacionário. Em 23 de setembro de 1959, foi solicitada pelos vereadores a interferência da prefeitura, especialmente a carne, vendida por 50 cruzeiros o quilo, acima da média dos açougues, que era de 35 cruzeiros. Por duas vezes, em 29 de setembro e 01 de outubro de 1959, o prefeito Sidônio Ottoni compareceu na Câmara para tratar do tema. Foi formada uma comissão entre os vereadores, resultando em reunião desses com os açougueiros do mercado fixando o preço da carne.

Não apenas para conter o processo inflacionário, porém, de um modo geral, ainda era muito presente tanto o executivo quanto o legislativo no cotidiano da cidade, inclusive, mas não somente, na economia. Pedidos como os feitos em 21 de outubro de 1959 para a prefeitura mandar matar as formigas que cortavam as árvores do centro da cidade eram rotineiros nas reuniões da Câmara. Também não foi incomum, por exemplo, a Câmara assumir gastos com caixão e velório de pessoas consideradas ilustres.

Essa conduta pode ser interpretada como uma incapacidade de penetração de princípios liberais, mas também de uma continuidade de uma mistura entre o público e o privado, tendência colonial preservada na Primeira República e mantida após a Era Vargas. São adequados às novas realidades, assumindo um caráter menos individual e mais coletivo diante do crescimento urbano da cidade. Exemplo desses ajustes feitos pelo executivo e o legislativo municipais foi adotar práticas de subvenções e

doações a instituições com fins lucrativos ou não.

Verbas públicas eram destinadas a diversos grupos religiosos ou associações civis. A Câmara autorizou subvenção anual de 30 mil cruzeiros a Conferências Vicentinas em 30 de agosto de 1957. Em 28 de abril de 1955, foi dado auxílio de 50 mil cruzeiros ao Clube de Caçadores; em 31 de outubro de 1955, uma contribuição de 20 mil para o Clube Xadrez de Teófilo Otoni e, em 21 de novembro de 1955, concedeu 25 mil cruzeiros para campeonato local de futebol. Em 26 de abril de 1957, foi novamente concedido recurso de 30 mil cruzeiros para os clubes de futebol filiados à Liga Desportiva de Teófilo Otoni, recebendo 5 mil cada um, para disputar a primeira divisão municipal, a saber: América Futebol Clube, Estudante Esporte Clube, União Esporte Clube, Ferroviária Esporte Clube, Vasco da Gama Esporte Clube e São Jacinto Futebol Clube.

Grandes eventos eram fomentados com recursos vultosos pela Câmara e Prefeitura. Em 1953, para o centenário da cidade de Teófilo Otoni, a Câmara Municipal concedeu uma quantia significativa. A origem desse recurso foi uma operação de crédito de quatrocentos mil cruzeiros para reforma de logradouros e da festividade. Cinquenta mil cruzeiros foram destinados para a vinda de um time de futebol do Rio de Janeiro, com portões abertos para o público. Em 30 de julho de 1955, 200 mil cruzeiros concedidos para os festejos do ano seguinte do centenário da colonização alemã.

Na previsão de orçamento para 1960, dezenove entidades das mais diversas estavam listadas para receber recursos do município: Hospitais São Vicente e Santa Rosália, Albergue Frei Dimas, União Operária Beneficente, Sindicato da Construção Civil, Lira Independente, Liga de Desportos, Orfanato Coração de Jesus, Ginásios São José e São Francisco, entre outras.

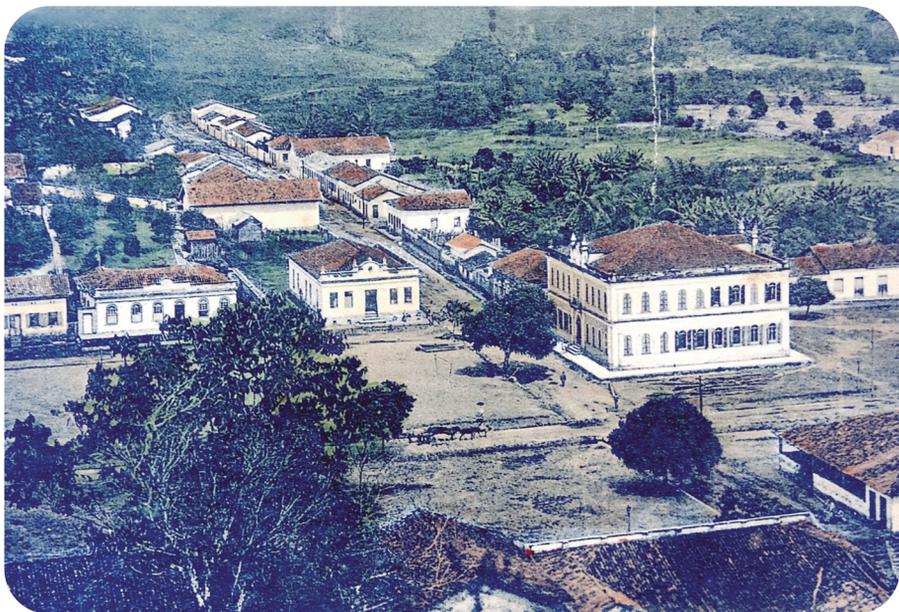
A ingerência da Câmara também ocorria na área de segurança do estado. A manutenção ou transferência de delegados eram temas sempre colocados nas reuniões do legislativo municipal. Se, em 17 de outubro de 1951, a Câmara encaminhou um telegrama ao governador do estado solicitando a permanência do delegado Altino Machado na cidade, em 1959 a situação foi oposta. Em diversas sessões desse ano foi posta a violência de policiais e feito o pedido de punição para “[...] coibir os abusos que vem cometendo certos policiais, com espancamentos, buscas, etc”. Mas a situação não cessou e, em dois de fevereiro de 1960, o vereador Walter Garrocho denunciou a morte de um jovem ferroviário pela polícia. Pelos relatos, houve protestos da família e da comunidade. Diversos vereadores pediram providências para mudança do delegado, que foi noticiada em reunião de 22 de fevereiro de 1960. No entanto, o processo se arrastou na polícia, levando o mesmo Garrocho a protestar contra “[...] a morosidade da justiça”, citando ainda o vereador um conflito que não envolveu poucas

peças, mas “[...] o povo e a polícia de T. Otoni”.



À esquerda, a antiga Cadeia Pública e, à direita, o atual prédio da Câmara Municipal.
Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

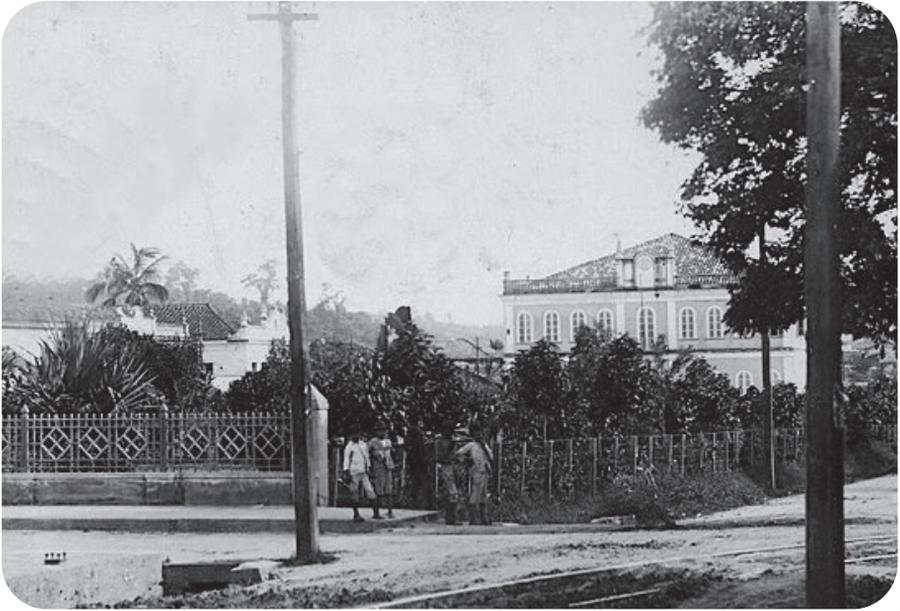
Mesmo com o delegado afastado, as denúncias contra a violência policial não cessaram. O vereador Walter Garrocho foi porta-voz desses conflitos entre militares e a população e, na Câmara, usava a plenária para protestar “[...] contra a atuação de soldados subordinados à delegacia desta cidade, por diversos atos arbitrários cometidos [...]” (ata de 18/04/1961). Garrocho representou os interesses da zona sul, uma das regiões menos favorecidas pelo poder público e local onde residia grande parte dos trabalhadores braçais da EFBM. Para essa região, pouco chegavam as melhorias e ações públicas menos nobres, como o depósito de lixo do “Barro Branco” que ficava nesse espaço. Márcio Achtschin (2018) revela o enfrentamento entre os chamados “Bahiminas” e os policiais, conforme dizer dos próprios ferroviários: “Bahiminas é contra a polícia e a polícia é contra Bahiminas” (ACHTSCHIN, 2018, p. 131).



À direita, o atual prédio da Câmara Municipal no início do século XX.
Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira



Atual prédio da Câmara Municipal e, ao fundo, o Passeio Público no início do século XX.
Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira



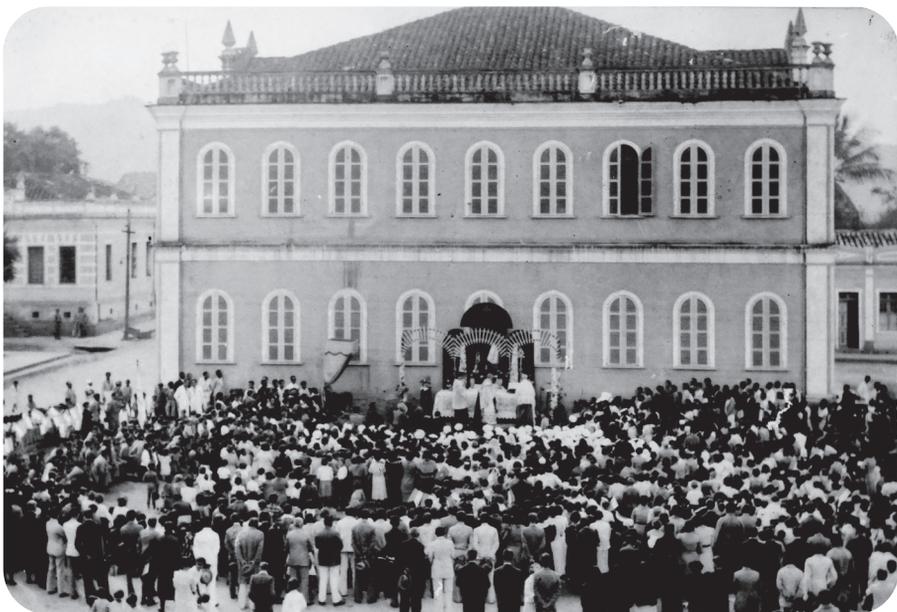
Passeio Público e, ao fundo, o atual prédio da Câmara Municipal na segunda metade dos anos de 1920. Crédito: A. Pinto. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira.



A antiga Praça Argolo e, à direita, o atual prédio da Câmara Municipal no início dos anos de 1930. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira



Aglomeraco na antiga Praça Argolo e, ao centro, o atual prédio da Câmara Municipal no início dos anos de 1930. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira



Evento religioso na parte lateral do atual prédio da Câmara Municipal nos anos de 1930. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira



Posse do prefeito Manoel Pimenta em 1936. À esquerda, o atual prédio da Câmara Municipal.
Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira



Praça Tiradentes em meados dos anos de 1950. Ao fundo, o atual prédio da Câmara Municipal.
Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira



Parte frontal do atual prédio da Câmara Municipal por volta de 1960.
Crédito: Seymour. Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira



Atual prédio da Câmara Municipal em 2021. Crédito: Valmer Batista

CAPÍTULO IV

O APOGEU E A CRISE ENTRE 1964 E 1988

Entre o início dos anos de 1960 até o Golpe de Estado de 1964, os movimentos sociais no Brasil ganharam maior vigor. As organizações estudantis, a luta pela Reforma Agrária e a ampliação dos direitos trabalhistas iam ao encontro das Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart. Por outro lado, crescia também a reação de caráter conservador diante de propostas progressistas, sustentadas pelo capital nacional e estrangeiro, militares, classe média e parte da Igreja Católica. O impasse político vivido nesse ambiente resultou na deposição de Goulart, em 31 de março, e o marechal Humberto Castello Branco assumiria o governo em 11 de abril, por meio de eleição indireta.

O governo militar durou 21 anos, sendo o país dirigido pelas altas patentes das Forças Armadas entre 1964 e 1985. Criou-se nesse período um regime de exceção, com todo tipo de ataques a princípios democráticos. O Congresso foi fechado por três vezes. Governava-se por Atos Institucionais, ou seja, decretos com força constitucional. Os partidos pré-64 foram extintos e se estabeleceu o bipartidarismo: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Perseguições políticas, censuras, torturas e mortes realizadas nos porões da ditadura marcaram esses anos no Brasil.

Em Teófilo Otoni, após o 31 de março de 1964, foram presas dezenas de pessoas e levadas à cidade de Governador Valadares. Acusadas de subversivas, boa parte foi liberada por falta de provas. Segundo Márcio Achtschin (2015), em 30 de abril do mesmo ano, foram instalados, por ordem do governo militar, dois processos na cidade: um para apurar a atuação dos comunistas e o outro para averiguar o Grupo de Onze. Este grupo foi uma organização criada por Leonel Brizola com o mesmo número de membros que um time de futebol e difundida por todo o país, tendo como proposta a defesa da democracia popular.

Apesar de alguns participantes do PCB e do Grupo de Onze em Teófilo Otoni terem sofrido perseguições ao longo da ditadura militar, as duas principais lideranças de cada um desses movimentos foram os que mais sentiram a violência da repressão do Regime Militar logo após 1964. Pelo PCB, Nestor Medina e, pelo Grupo de Onze, Walter Garrocho (ACHTSCHIN, 2015). Conhecido popularmente por Tim Garrocho, foi eleito vereador por duas vezes, em 1954 e 1958. Em 1962 não conseguiu a reeleição, ocupando a primeira suplência quando ocorreu o Golpe. Foi preso político, passou anos na prisão sofrendo todo tipo de tortura (GARROCHO, s.d.).

Além de Garrocho, as investigações recaíram sobre os vereadores do PTB e possíveis afinidades com as propostas de reformas defendidas pelo deputado federal Leonel Brizola e o presidente João Goulart. O ex-

prefeito Petrônio Mendes de Sousa, do PR, pela sua proximidade com as massas, também foi investigado. De acordo com Márcio Achtschin (2015), até os anos de 1970, as diversas organizações políticas de Teófilo Otoni sofreram um grande esvaziamento em suas posições políticas. O olhar atento dos militares freou no Vale do Mucuri diversos grupos mais combativos, entre eles, a União Estudantil de Teófilo Otoni e alguns Sindicatos, como o dos Trabalhadores Rurais de Poté.

Quando do Golpe de 1964, a Câmara de vereadores não teve seus trabalhos legislativos interrompidos. A primeira sessão após 31 de março ocorreu em 15 de abril de 1964. Toda ela foi dedicada, conforme o comunicado inicial do presidente da Câmara às “[...] comemorações à alta investidura do Marechal Castello Branco à Presidência da República [...]”. De acordo com a ata da reunião, essa sessão dedicada exclusivamente a homenagear o 31 de março foi um acordo entre as lideranças partidárias.

Os vereadores dos diversos partidos assumiram a plenária para exaltar a iniciativa dos militares por ter “[...] livrado a pátria do infelicitante comunismo [...]” (Ata da Câmara, 15/04/1964). Alternaram falas em que eram realizadas congratulações a diversos grupos e pessoas, desde as mulheres mineiras que saíram às ruas na “Marcha pela paz e liberdade” e as Forças Armadas, até personalidades como os governadores Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, chamados de “heróis civis da Revolução”. A sessão foi encerrada com o atendimento ao requerimento de envio de telegramas de congratulações feito pelo vereador petebista Franklyn Sardinha Pinto..

Como resultado prático, o maior impacto na Câmara, nos primeiros meses, foi a prisão do vereador Francisco Onofre Pereira. Na sessão de 15 de abril, registrou-se a presença de treze vereadores e, entre os ausentes, Pereira. Em sessão de 26 de maio de 1964, foi lida pela presidência da Câmara uma resposta do ofício enviado ao delegado especial de polícia, indagando acerca da situação de alguns presos políticos. No documento, o delegado alegava não poder apresentar maiores detalhes sobre a investigação, que corria em sigilo, mas que se processava e “ganhava corpo” em torno de Walter Oliveira Garrocho, ex-vereador e, naquele momento, suplente de vereador, e o vereador Francisco Onofre Pereira. No mesmo dia ocorreu a proposta de cassação de mandato de ambos e a Câmara deliberou que estaria reunida em caráter permanente. Porém, só houve uma nova ata em 11 de junho de 1964.

Durante esse período, não há registro de votação das cassações, sendo que Antônio dos Reis chegou a comentar que houve “[...] sucessivos

adiamentos das reuniões para tratar da questão da cassação de alguns mandatos [...]” (ata de 11/06/1964). O nome de Francisco Onofre só iria constar novamente na lista de presentes em sessão de 15 de julho do mesmo ano. Em reunião de 22 de julho, o vereador fez um longo discurso, destacando o seu retorno à Câmara. Em seguida, Francisco Onofre “[...] faz um relato das agruras sofridas durante os seus 80 dias de prisão [...]” (Ata da Câmara, 22/07/1964). De acordo com Márcio Achtschin (2015), o petebista fazia parte da ala mais questionadora do partido e manifestou apoio a Goulart (ACHTSCHIN; SOREL, 2015).

Além da sua presença registrada em ata, a partir do mês de julho, outra sessão, do dia 26 de agosto, deixa claro que Francisco Onofre não foi cassado. Em discussão do requerimento que substituiu o pedido de renúncia feito pelo vereador Antônio Reis, da UDN, Onofre se posicionava contra decisão, apontando ilegalidade no ato. Em defesa de Reis, o vereador Epaminondas Otoni respondeu que se o petebista

[. . .] não tem o seu mandato cassado, agradeça ao vereador Antônio Reis, convocando para isso o testemunho da Casa, pois o mesmo condiciona seus votos à cassação de mandato de outras pessoas que julgava ele ser mais perigosa ao regime que o nobre vereador.

Ao longo do ano de 1964, muitas sessões não ocorreram por falta de quórum. Em abril, por exemplo, exceto a reunião do dia 15, dedicada a exaltar o novo Regime, todas (nove no total) foram suspensas pela ausência da maioria. A sessão de 20 de julho, por exemplo, contou com a presença de apenas dois vereadores. É provável que o clima de incerteza tenha levado os vereadores a se ausentar, aguardando uma melhor definição do cenário político. Em um período de poucos debates e reduzidas sessões, os projetos eram aprovados em grande número com poucas discussões, sendo votados frequentemente, com “[...] regime de urgência, com a dispensa de todas as formalidades regimentais dos projetos-lei [...]” (ata de 22 de novembro de 1965).

Por meio das sessões da Câmara logo após a implantação do governo militar, foi possível identificar a constância nos discursos procurando aproximar o novo regime com um perfil democrático. Desde a já citada primeira sessão da Câmara, o ato que derrubou Goulart se justificava por ser uma saída democrática para situação vivida no Brasil. Foi feita de forma reiterada a relação entre pátria com liberdade e democracia, bem como a relação entre autoritarismo e comunismo.

De acordo com o pronunciamento dos vereadores, reforçando o coro do discurso oficialmente produzido pelo Regime, o movimento de 1964 ganhou feições de Revolução. Suas lideranças eram baluartes: “[...] da

Revolução que retornou ao nosso país os ideais democráticos [...]” (ata da Câmara, 13/05/1964). Longos documentos e artigos de apoiadores do Golpe são lidos em plenário. Um deles foi o discurso de Carlos Lacerda (entusiasta em um primeiro momento do Golpe) apresentado em sua íntegra na sessão da Câmara do dia 11 de junho de 1964. Nele, o governador do antigo estado da Guanabara atacava os políticos demagogos e o que entende por riscos contra a liberdade, exaltando a “Revolução democrática”.

Percebe-se, nesse primeiro momento, ainda com maior vigor, a tendência das gestões anteriores, qual seja o alinhamento da Câmara Municipal com o executivo. Em 22 de outubro de 1964, o líder do Partido Republicano congratulou “[...] as bancadas do Partido Social Democrático, União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro, pelo espírito de cooperação que vem dando ao chefe do executivo [...]”.

Da última sessão regular, ocorrida em 28 de outubro de 1964, só aconteceria uma nova em 15 de janeiro do ano seguinte. Dalton de Figueiredo assumiu a presidência com unanimidade de votos, em uma demonstração clara da força do PR na região naquele momento. Tanto assim que as contas da prefeitura do ano de 1964 foram aprovadas sem discussão e por unanimidade.

2. A consolidação do Regime militar na política teófilo-otonense

Entre 1964 até meados dos anos 80, ficou claro que as relações de poder sofreram profundas transformações com a ditadura imposta pelos militares. As ações do governo federal demonstravam que a vigia seria permanente. Na sessão de 25 de setembro de 1967, um militar presente foi convidado a fazer parte da mesa de trabalho dos vereadores. Ganhou espaço a entrega de título de cidadão honorário a generais, todos votados por unanimidade. Denúncias ou temas conflitantes, de modo geral, cessaram, pelo menos até meados de 1970, dando lugar a debates vazios. Exceto os pronunciamentos pró-governo, o espaço dedicado à palavra franca passou a ser pouco utilizado. Antes um momento de críticas e opiniões, nas atas ficava o constante registro do expediente: “[...] nenhum vereador querendo manifestar, foi a mesma encerrada” (ata de 13/05/1964).

Os discursos nesse período evidenciavam o controle em todas as instâncias institucionais das Forças Armadas na vida política brasileira. Em 29 de março de 1965, a Câmara fez louvores pela comemoração do primeiro aniversário da “Revolução”, além de expressar a solidariedade

ao presidente Castelo Branco. Em 18 de abril de 1966, o mesmo Castelo Branco era exaltado como “autêntico revolucionário”.

Por sua vez, os ritos comemorativos alusivos ao movimento militar foi um contínuo nesse período. A ditadura pairava em discursos permanentes no plenário. O vereador Luiz Gonzaga Soares Leal trouxe, em sua fala, segundo a ata de 25 de janeiro de 1971, “[...] uma análise do poder legislativo antes da Revolução, hoje com melhores perspectivas graças ao alijamento feito pelo presidente dos políticos profissionais que dominavam a nação”. Em 31 de março do mesmo ano, houve na Câmara solenidades em comemoração ao “[...] sétimo aniversário da Revolução”, com a presença de militares e longos discursos, no que consideravam “[...] um dos acontecimentos políticos da mais alta significação política”.

Tornaram-se igualmente constantes as representações de heróis e datas que possibilitavam o fortalecimento do sentimento nacionalista. Entre estas, a de maior representatividade foi o Sete de Setembro. Dos heróis, o de maior destaque era a figura de Tiradentes, aproximando sua figura de herói nacional com os militares. Em 24 de abril de 1967, os discursos na Câmara aproximavam os ideais de Joaquim José da Silva Xavier com os militares. Em 22 de abril de 1971, um dia depois da data da morte do alferes, concomitante às comemorações do dia reservado ao inconfidente mineiro, foram homenageados militares locais. No ano seguinte, o 21 de abril tinha se tornado um símbolo de 1964. Pelas descrições da ata de 19 de abril de 1972, o hasteamento das bandeiras era um grande evento. No mesmo documento é prevista a formação de uma caravana para os distritos com a presença do prefeito para as festividades.

3. A força traçando novos caminhos para o legislativo local

Nos anos seguintes pós-64, as sessões mantiveram o baixo comparecimento, alternando a não realização das reuniões por falta de quórum com alguns momentos com presença de vereadores de forma mais regular. Em 1966, ocorreram apenas dezesseis sessões, sendo que, em trinta e uma, faltou quórum. Conforme já exposto, é possível que essas ausências tenham sido motivadas por temor, ou até desestímulo, em participar de espaços políticos que necessitavam de debates e consequentes exposições. Em 1971, ocorreram nove sessões, sendo que vinte e sete sessões não foram realizadas por falta de quórum. No ano de 1972, das 29 sessões abertas, apenas 5 tiveram quórum. De outubro a dezembro de 72, simplesmente não ocorreram reuniões. De um modo geral, as reuniões ocorridas, em sua maioria, foram de presença mínima

de oito legisladores.

Quando ocorreu o Golpe de 1964, a Câmara ainda estava no meio do mandato. As eleições só ocorreriam em 1966 e a posse, em 1967. Nesse meio tempo, foi decretado o AI-2, em 27 de outubro de 1965, extinguindo os partidos que funcionavam após 1945 e criando o bipartidarismo, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2009), as lideranças políticas mineiras permaneceram por muito tempo próximas ao tradicional quadro partidário, mas com a tendência inicial de filiação na ARENA.

Mesmo antes do AI-2 ser oficializado, ainda na sessão de 20 de outubro de 1965, os representantes do Partido Republicano de Teófilo Otoni já lamentavam o fim dos partidos “de tantas tradições”. Na mesma ata, a defesa do modelo de política existente vai ser expressa: “[...] mas, mesmo com outra sigla, a nossa tradição não desaparecerá, pois continuaremos a seguir os mesmos exemplos do velho Bernardes e do nosso estimado conterrâneo Tristão da Cunha”.

Após essa reunião de 20 de outubro de 1965, só ocorreria nova sessão em janeiro do ano seguinte, não ficando muito claro como se estabeleceu a migração para os dois partidos. Apenas de modo pontual os documentos disponíveis fazem referências às novas filiações partidárias, bem como a presença das antigas siglas. Em ata de 20 de abril de 1966, o vereador Olien Guimarães, fazendo referência ao discurso do outro legislador, Osvaldo Leal, expressou o sentimento comum do “ex-Partido Republicano”.

Mas, seguindo a inclinação em Minas Gerais, os vereadores de Teófilo Otoni se vincularam, nos primeiros anos, à ARENA. O ex-petebista Francisco Onofre anunciou sua filiação à ARENA “[...] prometendo cumprir fielmente o seu programa e defender seus princípios como sempre defendeu seu extinto partido” (ata da Câmara, 20/04/1966). No entanto, mesmo depois de dois anos de criado o bipartidarismo, aqui e ali, ainda se fazia referência às antigas legendas. O vereador Henrique Arruda Filho, ao traçar um perfil de político em prol do progresso, externa sua tradição de “[...] remanescente do ex-PSD”.

Porém, a existência de apenas dois partidos não conseguiu acomodar as diferenças internas e o próprio regime militar ajustou a legislação para permitir a competição interna. No Ato complementar de novembro de 1966, foi instituída a sublegenda, que permitia concorrer em cargos majoritários mais de um candidato pelo mesmo partido. Surgiu assim a ARENA 1, ARENA 2 e ARENA 3. Em 19 de abril de 1967, os pronunciamentos em plenário já comentavam sobre a existência de

divisões internas no partido do governo e a existência da ARENA I em Teófilo Otoni.

Do mesmo modo, no MDB também ocorriam essas subdivisões, apontando divergências quer sejam internas, quer sejam com as propostas nacionais. Um exemplo local desse não alinhamento ao MDB foi a posição de Teófilo Otoni em 1968 quanto ao apoio do comando nacional à Frente Ampla, criada em 1966 por políticos de expressão nacional como Carlos Lacerda (agora contrário ao Golpe), Juscelino Kubitschek e João Goulart. Essa Frente pretendia organizar ações para a redemocratização do Brasil. Em 25 de janeiro de 1968, três vereadores pediram o afastamento por não concordarem com a adesão do MDB ao movimento. Na realidade, os políticos emedebistas de Teófilo Otoni não acompanharam a posição de resistência dos grandes centros, adotando um perfil mais conservador e sendo mais voltados para a realidade local (ACHTSCHIN SANTOS, 2018).

Em 1967, tomaram posse pelo MDB Clemente Nunes Maria, Adolfe Laure, Arnô Barbosa e Armino Ferreira Almeida. A situação ficaria com a maioria de 11 vereadores: Dalton Figueiredo de Oliveira, José Alves Soares, Luiz Gonzaga Soares Leal, Henrique Arruda Filho, Bráulio Lopes da Silva e Cyro Bandeira de Melo, Geraldo Ottoni Porto, Rachid Salomão Jamel Edin, Oswaldo Soares Leal, Francisco Onofre Pereira, Geraldo da Costa Reis. A eleição para a presidência da Câmara nesse ano sinalizava a força da ARENA, elegendo os arenistas Dalton Figueiredo e Geraldo Porto por onze votos a quatro.

Entre o mandato de 1967 a 1970, a democracia sofria um novo e duro golpe, a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Esse ato dava ao presidente da República o poder de fechar o Congresso e Assembleias legislativas, suspensão do habeas corpus por crimes considerados políticos, intervenção em estados e municípios por pretexto de segurança nacional, censura prévia, reuniões políticas e outras medidas.

A primeira sessão da Câmara após o AI-5 foi em 15 de janeiro de 1969. Nela, o vereador Luiz Leal questionou acerca do funcionamento da Câmara em relação “[...] às reuniões ordinárias e pede suspensão das sessões [...] para que se caminhe em segurança e sintonia com os princípios revolucionários”. Pedia ainda que fosse enviado para rádio, além de ofícios e telegramas para o governo federal, para se “[...] orientar dentro das perspectivas do movimento revolucionário brasileiro [...]”. Ainda assim, nesse mesmo dia, a sessão não foi suspensa e ocorreu a eleição da mesa bem como a aprovação do projeto para a contratação de empréstimos junto à Companhia de Habitação do Estado de Minas

Gerais, que foi aprovado por unanimidade. Depois dessa reunião, aconteceria outra somente em 15 de abril de 1969.

Também foi durante esse período, por meio do Ato Institucional número 11, de 14 de agosto de 1969, que reduzia, apenas para esse pleito, o tempo dos mandatos de prefeitos e governadores para dois anos. A justificativa dos militares foi que ficava muito dispendiosa a ocorrência de eleições de dois em dois anos. No ano 1970 ocorreu a alteração, havendo eleições para prefeito e vereadores em um curto mandato que duraria até 1972. Executivo e legislativo tomaram posse em 31 de janeiro de 1971.

Foram eleitos o prefeito Luiz Porto Salman e seu vice seria Irineu de Oliveira e os seguintes vereadores: Geraldo Ottoni Porto, Francisco Onofre Pereira, Dalton Figueiredo de Oliveira, Ary Pereira Ferreira, Oswaldo Soares Leal, Dominiano Ferreira Barbosa, Clemente Nunes Maria, Solon Barbosa Granja, Elio Alves Batista, Cyro Machado Bandeira de Melo, Adolfe Laure, Raul Roque Moreira, Antônio Walter do Amaral, Eduardo Jorge Marx e Geraldo dos Reis. Dalton Figueiredo se elegeu mais uma vez como presidente, Geraldo Porto, o vice, e Cyro Machado assumiria a secretaria da mesa, todos com 13 votos, havendo uma ausência e um em branco.

Dentro do estabelecido pelos militares, em 1972 foram realizadas eleições para prefeito e vereadores, agora novamente com os quatro anos de governo. Na última sessão realizada com o quórum mínimo do mandato de 1971-72, datada de 23 de janeiro de 1973, nove vereadores assinaram um documento que seria encaminhado aos “órgãos máximos da direção da república” pedindo para apurar as últimas eleições. O mesmo abaixo-assinado solicitava empenho do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e pedia ainda “[...] exame pericial minucioso das cédulas da 43ª urna da seção do distrito da cidade de Teófilo Otoni [...]”.

Nesse documento, os vereadores fizeram referência à denúncia nas eleições para prefeito ganhando repercussão nacional. De acordo com Márcio Achtschin (2015), em 1972, dentro das possibilidades previstas da sublegenda, o MDB apresentou dois candidatos ao executivo, Petrônio Mendes de Sousa e Luiz Gonzaga Soares Leal. Por sua vez, a ARENA tinha Antonio Barbosa, Antônio Onofre Pereira e Irineu de Oliveira pleiteando o cargo de executivo municipal. Em uma eleição bastante acirrada entre os dois candidatos do MDB, surgiu a denúncia de fraude na urna 43. Em um período em que os votos eram impressos, a acusação foi que teria havido rasura em cédulas dessa urna, favorecendo Leal. Nos primeiros meses de 1973, discutiu-se muito na Câmara quem tomaria posse. Na

primeira sessão do novo legislativo, foi proposta a posse do prefeito e recusada pelos vereadores em função de estar pendente por recurso interposto no Superior Tribunal Eleitoral. Apesar de investigações, recursos e decisões em diversas instâncias, Luiz Leal tomou posse e governou por quatro anos.

Em 31 de janeiro de 1973, tomaram posse os 15 vereadores: Wander Lister de Carvalho Sá, Kemil Said Kumaira, José Silvério de Oliveira, Breno Soares Leal, Mauro Mendes de Souza, Agenor de Souza Campos, Uberdan Pereira da Silva, Arnô Barbosa, Solon Lustosa Granja, José Florisvaldo dos Santos, Dalton Figueiredo de Oliveira, Alceu Alves de Souza, Geraldo Ottoni Porto e Geraldo da Costa Reis (estes quatro últimos da ARENA). O vereador Dalton Figueiredo conseguiu se manter na presidência, mas com uma votação acirrada, oito votos a sete, apontando um crescimento do MDB na Câmara.

As costuras partidárias, na primeira metade dos anos 70, na Câmara, é um aspecto importante a ser analisado. Na eleição para presidente da Câmara, em janeiro de 1975, um grupo do MDB fez campanha para a mesa ser composta pelos emedebistas. Em um documento apresentado à Câmara, o partido afirmava que “[...] o MDB é o partido majoritário no legislativo municipal de Teófilo Otoni”. O vereador Wander Lister complementava “[...] não conceber a entrega da ARENA, minoritária nesta casa, dos três mais importantes cargos da mesa” (Ata da Câmara, 15/01/1975). No entanto, em eleição do mesmo dia, Dalton Figueiredo se elegeu com 12 votos, não traduzindo em voto a maioria do MDB.

Dalton Figueiredo continuou sendo eleito anualmente para a presidência, apesar da hegemonia do MDB nessa gestão. Em janeiro de 1976, quando Antônio Walter do Amaral obteve maioria e foi eleito para a presidência, rompendo a sequência do vereador arenista, diversos vereadores, inclusive emedebistas, elogiaram Figueiredo pelos treze anos dirigindo a Casa. Esse jogo político sinaliza para uma Câmara que modificava as siglas partidárias, mas que conservava uma tendência de alinhamento com o executivo. Corroborando com essa leitura um relato da Comissão de vereadores que fizeram uma visita à Câmara da cidade de Betim em 1975. Ao descrever as impressões sobre o legislativo betinense, o que mais chamou a atenção da Comissão foi a “[...] liberdade da Câmara, não sujeita ao executivo [...]”.

Diferentemente dos anos anteriores, as reuniões foram mais constantes nesse mandato. Tão pouco comum nos outros períodos, também as sessões com todos os quinze vereadores presentes foram mais frequentes. Apesar disso, o vereador Wander Lister chamou a atenção para a continuidade das aprovações sem analisar os projetos.

Segundo Lister “[...] está acontecendo conosco o mesmo que vinha acontecendo com a Câmara passada, quando aprovava dezenas de projetos sem nenhum estudo em uma só sessão” (ata de reunião de 24/07/1973). No ano seguinte, o mesmo vereador insistiu na aprovação de projetos sem debates, uma tendência desde o período pós-Vargas: “[...] vamos aprovar novamente uma enxurrada de projetos sem o devido parecer das comissões para orientação do plenário” (ata de reunião de 16/04/1974).

Algumas discussões retratam a tendência do período em privilegiar um Estado forte, pendendo para investimentos públicos em detrimento de privatizações. Em 26 de abril de 1973, um projeto propunha a exploração do matadouro por particulares, evitando maiores gastos públicos e o empreguismo. O vereador Mauro Mendes afirmou “[...] não concordar com a entrega pura e simples do Patrimônio Municipal” e o vereador Arnô Barbosa foi mais enfático: “[...] somente falta à prefeitura dar a particulares os jardins e o mercado [...]”. Posto em votação, o projeto privatizante foi rejeitado.

Um aspecto a destacar nessa gestão de 1973 a 1976 é que os debates e acusações, ainda que dentro da realidade de um regime autoritário, foram retomados. Em 15 de agosto de 1973, foi denunciada a violência policial em Teófilo Otoni, sendo citado um caso de um cidadão comprovadamente inocente ter sido espancado por militares. Não apenas questões regionais, mas também críticas ao governo (dentro do limite de um regime autoritário), aqui e ali, passaram a ser apontadas. Em 28 de maio de 1975, já no governo do general Ernesto Geisel, foi questionado o modelo de Imposto de Circulação de Mercadorias pelo vereador Solon Lustosa ao concluir a fala declarando que “[...] falta coragem dos nossos representantes para condenar a parte errada do nosso governo [...]”.

Em meados de 1970, os eventos relacionados aos militares ocorridos nas sessões da Câmara e registrados nas atas perderam o vigor. O movimento de 1964 já não era ritualizado e, se há lembranças, são pontuais. Exemplo desse contexto foi a sessão de 16 de abril de 1974, quando em plenário a ARENA foi criticada e, em resposta ao MDB, resgatou os líderes do governo pré-64: “[...] Teófilo Otoni não suporta mais os grupos dos Brizola e João Goulart para anarquizar o país”.

Importante registrar nesse período a presença de Marília Míglia de Carvalho na condição de vereadora. Em 18 de abril de 1975, Carvalho substituiu Arnô Barbosa por trinta dias, de licença médica. Nesse mesmo dia, por estar substituindo Barbosa, ela também ocupou a presidência da Câmara. Apesar de não ter havido sessão pela ausência de quórum, foi

a primeira mulher vereadora e também a primeira presidenta da Câmara Municipal de Teófilo Otoni.

Em 1976, o Movimento Democrático Brasileiro apresentou, ainda dentro das regras baseadas na sublegenda, dois candidatos: os vereadores Mauro Mendes de Souza e Wander Lister de Carvalho e Sá, MDB1 e MDB2, respectivamente. Pela ARENA, concorreu José Carlos Santana Lorentz. Na publicação de 20 de novembro de 1976, o jornal "Tribuna do Mucuri" apresentou os números finais da eleição. Pela ARENA, Lorentz obteve 10746 votos, quatro votos a mais do que Sá. Por sua vez, Mauro Mendes obteve 8102 votos. A soma dos votos do MDB, 18844, deu vitória a Wander Lister.

Tomaram posse em 1977 os seguintes vereadores: Kamel Said Kumaira, Reinaldo Rocha de Souza, Maria das Graças Tomich, Sebastião Sylvio Ganem, João Eudes Soares, Dalton Figueiredo de Oliveira, Antônio Walter do Amaral, Paulo Estevão Peruhype Portugal, Jamir Martins da Silva, Clóvis Martins Lopes, Ary Pereira Ferreira, Solon Lustosa Granja, Francisco Onofre Pereira, Oséas Paulo da Silva e José Ferreira Jardim (Tribuna do Mucuri, 20/11/1976). Este, vereador da ARENA, foi o mais votado, com 1226 votos, seguido do emedebista Antônio Valter do Amaral, com 1084. O MDB fez maioria na Câmara, com nove vereadores, sendo a minoria oposicionista formada por seis arenistas.

O legislativo se renovou quase que integralmente. Mudanças também ocorreram no regimento interno, datado de 1952. A Câmara aprovou um novo em 24 de novembro de 1980. Outra mudança significativa para o legislativo foi a ampliação de dois anos para eleição da presidência da Câmara. Baseando-se na emenda número 18 da Constituição Mineira, a presidência propôs a alteração, porém não sem antes ocorrerem intensos debates. Na votação, houve empate, sendo decidido em favor dos dois anos o voto minerva do presidente.

Quanto à composição da bancada governista, no governo de Wander Lister, o emedebista pôde contar com maioria no legislativo municipal. O ato dos vereadores oposicionistas, em 27 de julho de 1978, comprova essa tendência: retiraram-se da sala da Câmara, argumentando que, sendo minoria "[...] não adiantaria votar". A ARENA sinalizava em alguns momentos um voto de confiança no prefeito (Ata da Câmara, 17/05/1978). As Comissões foram formalizadas tendo unanimidade nas indicações.

Entretanto, nesse mandato, nem sempre foi amistosa a convivência entre os governistas e oposição na Câmara. Na sessão de 16 de maio de 1978, foi transcrito em ata, a pedido do vereador Antônio Valter, um artigo que comentava a tentativa do prefeito em corrigir a falta de

“entrosamento” entre ele e o legislativo. Mas as tentativas de proximidade foram pontuais. Em 16 de outubro de 1980, o vereador Sebastião Ganem expôs que os vereadores, nos quatro anos de governo, foram “[...] massacrados pelo executivo”. Os embates levaram a vereadora Maria das Graças Tomich a afirmar que “[...] a falta de entrosamento entre os dois poderes municipais está causando tumulto e atrasos” (ata de 21 de outubro de 1980).

Em alguns períodos, os debates extrapolavam os temas políticos. Não foi incomum os presidentes da Câmara alertarem para discussões que fugiam ao papel que era destinado a um legislativo municipal. Como em 16 de junho de 1981, em que Dalton Figueiredo pediu que “[...] os vereadores evitassem as discussões de caráter pessoal [...]”. Até o modo de vestir do prefeito era tratado nas reuniões (Ata da Câmara de 21 de maio de 1981).

Apesar de toda a aspereza nos ataques da oposição, a tendência de fazer a maioria na Câmara em favor do executivo não impedia que os projetos do governo municipal fossem aprovados. Em alguns momentos, quando envolviam temas mais conflitantes, as votações eram um pouco mais apertadas, mas com placar pró-governo.

Analisando a conexão da política municipal com a nacional, pode-se identificar os reflexos da abertura política realizada especialmente no final do governo de Ernesto Geisel e início da presidência de João Batista Figueiredo. Manifestava-se, por exemplo, o interesse de maior participação na gestão, o que se podia medir pelo altíssimo número de indicações levadas ao prefeito pelos vereadores. Eram listas enormes de pedidos para calçar ruas, instalar rede de esgotos ou criar galerias, levando o arenista Sebastião Ganem a criticar a “[...] quantidade de indicações apresentadas nesta casa” (Ata da Câmara, 17/06/1977).

Na dureza das falas dos vereadores registradas em ata, percebia-se que a abertura política dos militares caminhava a passos largos no final dos anos 70. Temas de maior gravidade, como denúncias de corrupção e nepotismo, eram discutidos de modo permanente a partir desse período, com acusações em todas as instâncias, quer seja regional, nos governos estaduais ou federais. Em 19 de março de 1979, Sebastião Ganem manifestou seu desagrado em plenário com as críticas constantes dos emedebistas ao governo federal.

Em 19 de fevereiro de 1981, por exemplo, foi denunciada a interferência de políticos em editais para concorrer à vaga de professores. Cunhou-se a expressão “subeditais” para fazer referência à proteção de apadrinhados dos políticos no processo. Favorecimento a familiares ou denúncias de corrupção são abordagens completamente novas nos

debates do legislativo municipal, mesmo antes de 1964.

O momento de abertura política expunha dois lados de uma mesma moeda: por um lado, a demanda represada por anos de ditadura, que estimulava a denúncias muitas vezes sem provas suficientes; e o outro lado, de políticos que agiram impunemente em função da censura imposta pelo regime. Esse quadro foi retratado em sessão de 26 de outubro de 1983, quando foi proposta uma união dos vereadores por “[...] uma fiscalização mais rigorosa”. Ainda nesse mesmo discurso, foi feita uma ressalva em relação aos excessos, “[...] fala-se em corrupção, sem ter provas suficientes”, e do risco da Câmara “[...] perder o respeito do povo desta terra”.

A eleição de 1982, apesar do fim do bipartidarismo, apresentou resquícios da política partidária do período da ditadura. A disputa era uma continuidade do partido governista, o Partido Democrático Social (antiga ARENA), e o partido oposicionista, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (anteriormente MDB). De acordo com o jornal Carta, edição de 19 de novembro de 1982, o PDS concorreu com três candidatos, obtendo um total de 16.372 votos. Por sua vez, o PMDB conseguiu 17.690, com a diferença entre seus dois candidatos pemedebistas de apenas 114 votos, elegendo assim Getúlio Afonso Porto Neiva como novo prefeito de Teófilo Otoni (Jornal Carta, 19/11/1982). A novidade à época foi o aparecimento do Partido dos Trabalhadores com dois candidatos, obtendo 2824 votos. O legislativo ficou dividido com PMDB e PDS, oito cadeiras cada, e o PT elegendo um vereador.

Eleito em 1982 pelo PMDB, tomou posse o prefeito Getúlio Afonso Porto Neiva, sendo seu vice Aventino Jorge Magalhães. Com 135 candidatos disputando o legislativo municipal para agora 17 vagas, foram os seguintes vereadores eleitos: Agenor de Souza Campos, Ary Pereira Ferreira, Dionísio Antônio do Nascimento, Elio da Motta Leal, Geraldo Ottoni Porto, Jamir Martins da Silva, José Ferreira Jardim, José Silvério de Oliviera, Kamel Said Kumaira, Maria das Graças Tomich, Paulo Estevão Peruhype Portugal, Raimundo Nonato dos Santos, Reinaldo Rocha de Souza, Sílvio Rodrigues Gomes, Sinvaldo Ramalho dos Santos, Walter de Oliveira Tim Garrocho e Wilmo Batista Pinto.

Nesse pleito, sete vereadores conseguiram se reeleger. Como novidade, o retorno do vereador Tim Garrocho, sendo eleito pela última vez em 1958 e preso político após abril de 1964. Mas, sem dúvida, um marco para o legislativo municipal foi, pela primeira vez como titular, a presença feminina de Maria das Graças Tomich. Precisou passar mais de um século para que uma mulher ocupasse a titularidade da Câmara, uma lacuna que até os dias atuais se faz sentir pela baixa representatividade

feminina na vida política de Teófilo Otoni.

Essas eleições marcaram a volta do pluripartidarismo, sendo que a ARENA e MDB deixaram de existir em 1979. Com a nova lei orgânica criada em 1979, todas as organizações partidárias deveriam ter “partido” na sigla. A ARENA se torna PDS (Partido Democrático Social), o MDB acrescenta um “P” e se torna o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) (FAUSTO, 2006). Ainda segundo Boris Fausto (2006), outro partido que obteve adesão foi o Partido Popular (PP), especialmente pelo prestígio dos mineiros Magalhães Pinto e Tancredo Neves. Partidos de esquerda também surgem nesse contexto, como o Partido dos Trabalhadores (PT), nascidos dos movimentos grevistas que ressurgiam no período, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo à frente a figura de Leonel Brizola.

Em um primeiro momento, a influência de lideranças mineiras refletiu-se em Teófilo Otoni. Oito vereadores eleitos eram do PP. No entanto, foi um período de grande incerteza quanto às filiações, sendo que muitos vereadores mudaram de partido em um curto tempo, chegando a ter situações em que o legislador se filiou em três partidos em um só mandato. Em 20 de janeiro de 1980, quatro vereadores pediram o desligamento do bloco parlamentar do PP, justificando que “[...] a situação nacional e local é confusa, exigindo maiores estudos”. Ao longo do mandato desse pleito, o quadro partidário foi se ajustando à tendência nacional do momento, ou seja, dois partidos majoritários, no caso o PMDB e PDS, com minoria, representada no legislativo municipal pelo PT e PDT.

Novamente predominou nessa gestão um executivo sobrepondo ao legislativo, mas com um início de governo alternando enfrentamentos e acomodações. Exemplo foi o caso do projeto que alterava a cobrança de impostos predial e territorial, votado em 21 de abril de 1983. Mesmo em um momento desfavorável para o executivo, com protestos feitos pelos vereadores por demissões ocorridas no funcionalismo municipal no governo de Neiva, a proposta foi aprovada por unanimidade na Câmara. No entanto, nos meses subsequentes, ficaram arranhadas as relações entre prefeito e parte da Câmara, resultando em diversos projetos de governo rejeitados e outros com pedidos de vista, retardando a proposta de urgência. A bancada governista tinha dificuldades em conter os enfrentamentos acalorados com as críticas da oposição. E, do mesmo modo que o legislativo anterior, muitas vezes as sessões, como a que ocorreu em 20 de setembro de 1985, tiveram de ser encerradas, por “[...] indícios de tumulto”.

Porém, com o tempo, os interesses políticos e as negociações abrandaram as tensões. Não interessava aos vereadores, especialmente

as outras siglas partidárias, fazer oposição aos representantes da Assembleia mineira e da Câmara Federal, Kemil Kumaira e Luiz Leal, respectivamente, nem tampouco ao governo mineiro, todos do PMDB, mesma legenda do prefeito Getúlio Neiva. O governo estadual e federal respaldava o executivo municipal, especialmente com investimentos. Neiva foi mais de uma vez à Câmara anunciar recursos estaduais, como na sessão de 11 de fevereiro de 1985, em que apresentou a cifra de doze bilhões de cruzeiros para o município.

Em 19 de março de 1985, um membro do PDS reclamou em sessão da Câmara da proximidade do seu partido com o PMDB, sendo que o líder da bancada peessedebista respondeu que “[...] independentemente da sigla partidária, todo vereador devia buscar um bom entendimento com a administração, desde que tal resultasse em benefício do próprio povo”. A fala de um vereador em reunião do dia 26 de abril de 1984 resumiu o quadro: “Os vereadores do prefeito estão por cima”.

4.1. Sinais de mudanças econômicas em Teófilo Otoni com o governo militar

Entre os anos de 1960 e 1980, a economia na região viveu seu apogeu e, em seguida, sua decadência. A partir dos anos de 1930, a pecuária do Mucuri foi uma das principais atividades econômicas. Apesar de ser uma produção rural, era no espaço urbano que se fazia visível o poder dos pecuaristas. Uma grande expressão de força econômica e política da pecuária local eram as exposições realizadas no espaço periférico da cidade de Teófilo Otoni denominado Pampulhinha. Em eventos de maior e menor porte, foi um local que simbolizou o poder dos criadores de gado da região. Além de expostos animais de raça, esses encontros traziam anualmente shows de artistas de renome nacional e políticos de grande influência estadual e nacional. Em ata de 23 de julho de 1968, o vereador José Alves lamentava que “[...] não encontrou nenhum pavilhão destinado à indústria e a nossa agricultura sendo todos os pavilhões ocupados pelos donos da pecuária [...]”. Diversos vereadores apoiaram as palavras de Alves, destacando em especial o abandono da agricultura.

Outro segmento que ganhou impulso até os anos de 1970 foi o comércio de pedras preciosas e semipreciosas. A importância econômica dessa atividade se tornou visível pela frequência dada na Câmara ao assunto. Na sessão de 09 de fevereiro de 1967, foi indicada pelo prefeito a criação de um museu de pedras preciosas e, novamente, em 23 de julho de 1968, a criação desse museu foi colocada em pauta. Em 06 de

fevereiro de 1968, foi sugerido em plenário que os veículos adquiridos pela municipalidade adesivasse os dizeres: “Teófilo Otoni, cidade das pedras preciosas”. Em 18 de abril de 1969, foi proposto um monumento em homenagem ao garimpeiro e algum tempo depois se instituiu na Câmara a premiação “Garimpeiro do ano”, concedida até os dias atuais.

Contudo, pelos registros, na segunda metade dos anos de 1960, já se apresentavam nas narrativas dos vereadores os primeiros sinais de dificuldades econômicas sentidas pela cidade. Em 17 de abril de 1967, foi citada a crise financeira em Teófilo Otoni e a necessidade de uma administração mais dinâmica. Dias depois, em 24 de abril, em discurso foi exposto em plenário que “[...] o comércio e a indústria atravessam época difícil e incerta [...]”. No dia seguinte, o cenário foi pintado também na voz dos vereadores que Teófilo Otoni como em estado de “[...] verdadeira calamidade econômica-financeira que atravessa nosso município”.

O declínio da pecuária na década de 70 já era visível. Os problemas se acentuaram nesse setor, trazendo dificuldades tanto para o campo como para a cidade. O frigorífico que atendia esse segmento, o FRIMUSA, sofreu o impacto e se discutiu em diversas sessões da Câmara qual a saída para a crise da empresa. Em 18 de outubro de 1967, os vereadores compararam o FRIMUSA com a Estrada de Ferro Bahia e Minas e pediam o apoio do Estado, indicando os reflexos sociais que causaria seu fechamento. Entre aberturas e fechamentos, o FRIMUSA foi o retrato da crise vivida pela pecuária na região. Quase vinte anos depois foi relatado na Câmara de vereadores um recurso de 6 bilhões de cruzeiros conseguidos para abrandar as dificuldades vividas pelo frigorífico (Ata da Câmara, 26/06/1985).

A arrecadação, que esteve em uma crescente até meados dos anos de 1960, despencou. Com o crescimento econômico da vizinha cidade de Governador Valadares, as comparações se tornaram inevitáveis, especialmente porque investimentos e escritórios públicos passaram a ser deslocados para a cidade vizinha. O vereador Henrique Arruda Filho, em 23 de abril de 1969, trouxe a questão argumentando que Teófilo Otoni contribuía muito mais para os cofres públicos do que Governador Valadares e que faltava “[...] melhor assistência a nossa cidade”. Em sessão de 19 de abril de 1971, afirmava um vereador ser “[...] a arrecadação irrisória [...]” e se debateu quanto à dificuldade financeira em governar se houvesse o perdão da dívida ativa sem cobrança de multa.

A implantação de um Distrito Industrial como alternativa para as dificuldades do município se tornou tema constante nas reuniões da Câmara a partir dos anos de 1970. Em 19 de abril de 1974, por exemplo,

os discursos na Câmara indicavam fortemente o desejo de trazer para a cidade um Parque Industrial, como em outras localidades mineiras. Em 17 de março de 1976, a proposta era de abrir áreas para indústria em distritos longe do espaço urbano, como Mucuri e Pedro Versiani. Em 09 de maio de 1979, finalmente foi apresentado para os vereadores o projeto do Distrito Industrial. Após meses de resistência da ARENA, que se apegava ao argumento de que o terreno doado era de área de expansão urbana, foi aprovada em 16 de outubro a instalação do Distrito Industrial. Porém, localizado a leste de Teófilo Otoni, nunca se consolidou como espaço que atendesse aos anseios da comunidade.

O modelo baseado em uma exploração sustentada em ações exclusivamente predatórias e com baixo investimento tecnológico apontava seus primeiros sinais de esgotamento. Essa realidade regional se somava à recessão e às perdas dos direitos trabalhistas (ACHTSCHIN SANTOS, 2018). Um desses direitos perdidos foi o fim da estabilidade do trabalhador. Em 20 de abril de 1966, foi aprovada pelos vereadores a inserção em ata do artigo de Carlos Lacerda que fazia críticas ao fim da estabilidade do trabalhador em troca da garantia da casa própria. A repressão acabou com os principais meios de resistência do operariado. Em período de inflação elevada, diminuiu em muito o poder de compra do trabalhador.

Muito se discute até os dias atuais se o fim da Estrada de Ferro Bahia e Minas foi o principal motivo da decadência do município. A extinção da EFBM em 1966 foi uma conjunção de uma série de fatores, envolvendo aspectos econômicos, políticos e sociais (ACHTSCHIN SANTOS, 2018). No entanto, o que merece destaque, pela importância dada à ferrovia para a região, foi o silêncio da Câmara em relação ao encerramento das suas atividades. Ao longo de todo o ano de 1966 uma palavra sequer foi dita pelos vereadores sobre a paralisação da EFBM. O principal argumento nas análises quanto ao posicionamento do legislativo é que vivíamos um período de ditadura e que, ainda que resistências tivessem ocorrido nos grandes centros até 1968, a repressão no interior foi mais violenta e agiu desde o início do Golpe.

Os primeiros registros nas atas sobre o fim da EFBM em sessões da Câmara só ocorreram em 1967, porém foi para negociar com o governo espaço anteriormente pertencente à ferrovia. No caso, a busca dos vereadores em utilizar a antiga estação ferroviária para uma rodoviária e a manutenção do hospital ferroviário, ambos tratados em sessão de 09 de fevereiro de 1967. Em 22 de julho de 1968, o vereador Luiz Leal fez comentário de um artigo seu escrito um ano antes no jornal "O Liberal" em que relatava o impacto da saída da ferrovia da cidade em diversos

órgãos, entre eles o Hospital Ferroviário.

Esteve presente com maior vigor na Câmara Municipal uma narrativa que expressava uma visão de uma ferrovia já definitivamente extinta, que era pertencente ao passado, uma situação que não tinha mais retorno. Como a solicitação de terraplanagem no Bairro Teófilo Rocha, fazendo referência a ela como linha férrea “antiga” (ata de 24/04/1967). Em 16 de outubro do mesmo ano, Francisco Onofre Pereira expôs “[...] sua tristeza em assistir hoje a retirada dentro da nossa cidade dos trilhos da antiga estrada de ferro Bahia e Minas”. Mas, rebatendo o já líder da ARENA na Câmara, o vereador José Alves disse que “[...] devemos esquecer o passado e unir-nos para liderar-nos nas soluções de problemas de nossa cidade”. É emblemático o discurso de esquecimento pela fala de um dos vereadores quando, nos anos 80, ao ser contrário à indicação de reparo do monumento instalado na Praça Tiradentes, afirmou: “Quem come carne deve também comer os ossos [...] Quem acabou com a Bahia-Minas devia ter levado também aquela máquina” (Ata da Câmara de 18/08/1983).

E, realmente, a preocupação quanto ao transporte era de que as consideradas modernas rodovias suprimissem a lacuna deixada pela EFBM. A expectativa da população era que se melhorasse a estrada para a capital Belo Horizonte e para uma via ligando Teófilo Otoni ao baixo Mucuri e litoral baiano, especialmente para o escoamento do gado. Em 24 de abril de 1967, os vereadores já faziam menção da promessa do governador Israel Pinheiro de já ter iniciado a construção da Estrada do Boi. Os votos de louvor à Loja Maçônica de Minas Gerais em iniciar a construção da estação rodoviária foi uma solução para atender o transporte coletivo em localidades fora do município (ata da Câmara de 23 de abril de 1971).

Mas essas melhorias não chegariam com a mesma rapidez que foram retirados os trilhos da EFBM. Em 15 de outubro de 1973, os vereadores pressionaram o Estado para finalizar a Estrada do Boi. Em 16 de outubro de 1968, foi lida na Câmara uma carta do então ministro dos transportes, Mário Andreazza, enviada a Aécio Cunha, informando da providência de uma estrada que substituiria a EFBM ligando Caravelas a Araçuaí, destinando verba para o trecho Nanuque-Carlos Chagas-Teófilo Otoni, o que viria a ser a atual estrada do Boi.

Porém, essa via chegou de modo lento. Em 28 de abril de 1975, em plenário, foi citada como o “Calcanhar de Aquiles” da região. A construção e, principalmente, o asfaltamento, foi tão moroso que se propôs em reunião dos vereadores de 20 de outubro de 1975 um “Congresso Pró-pavimentação”. Cinco anos depois, em 24 de novembro de 1980,

finalmente foi levada à Câmara a informação de que havia ocorrido a inauguração da rodovia. O vereador Francisco Onofre acrescentou que a Estrada do Boi foi “[...] uma das obras mais caras deste país” (Ata da Câmara, 24 de novembro de 1980).

4.2. Sinais de mudanças administrativas em Teófilo Otoni com o governo militar

Quanto às mudanças na gestão pública municipal, nota-se que prefeitos e vereadores perderam autonomia em favor de um governo mais centralizado e controlador. Francisco L. C. Lopreato (2022) afirma que não houve uma ruptura do pacto federativo, mas “[...] o governo federal promoveu a centralização dos recursos tributários e ampliou o domínio sobre fontes financeiras usadas no financiamento de várias áreas” (LOPREATO, 2022, p. 20).

Em diversos momentos após 1964, os vereadores reclamaram da ingerência do governo federal. Em 26 de julho de 1965, o enfraquecimento do município foi reclamado em plenário, expondo que o Estado “[...] vem abolir os principais impostos arrecadados pelo município” e que o impacto levaria como alternativa “[...] entregar as chaves das prefeituras ao governo”. Novamente, em 20 de outubro do mesmo ano, foi levada em plenário a informação de que a lei federal de 4320 retirava as subvenções das entidades locais. Em 1967, o tema novamente foi tratado, sendo questionada a criação de impostos retirados do controle municipal por uma “[...] complexa legislação fiscal e trabalhista”.

Se antes grande parte das demandas locais e os serviços públicos eram realizados pelos poderes municipais e tratados diretamente entre vereadores e prefeitos, nos chamados anos de chumbo, as estatais retiravam ações imediatas desses representantes locais. Os municípios não poderiam mais atender com qualidade o abastecimento de água e luz, bem como não tinham tecnologia para implantar o serviço de telefonia. Um exemplo foi a gestão da distribuição de energia elétrica, deixando de ser controlada pela Companhia Força e Luz para ficar nas mãos da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Também os serviços de água e esgoto, nas mãos do município desde quando iniciou essa atividade, passou a ser realizado pela Companhia Mineira de Água e Esgoto (COMAG), que viria a ser posteriormente a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

Porém, o enfraquecimento dos poderes regionais em favor de empresas estatais foi, em determinados momentos, tenso. O

fornecimento de água e esgoto, por exemplo, feito por uma estatal, gerou intensos debates na Câmara em 1973. O prefeito foi chamado em 10 de maio para explicar o contrato e, em seguida, os técnicos também foram convocados para explicações aos vereadores.

Após instalada a COMAG, a empresa foi alvo de críticas permanentes ao longo do ano de 1973, como os buracos abertos para instalação de tubulações nas ruas da cidade. Em diversas sessões, eram citados cada um dos buracos e as respectivas ruas e encaminhados ofícios para Belo Horizonte. Ainda que os serviços de água e esgoto nas mãos de uma estatal fossem um caminho sem volta, nos anos seguintes a queda de braço entre o legislativo e a COPASA permaneceram. Qualquer ato da estatal era levado para discussões na Câmara. Em 15 de setembro de 1975, por exemplo, a queixa foi a colocação dos registros nas paredes de residências e não no passeio, além da taxa de ligação de água, considerada um “embuste”.

É importante ressaltar que esses serviços chegavam lentamente para a periferia e não existiam investimentos em saneamento básico para a população que não podia pagar. Além da dificuldade da chegada de infraestrutura, manter o pagamento mensal das contas não era para todos. Em 25 de abril de 1975, no expediente, era apresentado por um dos vereadores que o preço dos serviços cobrados pela COPASA “[...] fugira ao alcance de quase toda a nossa população”.

Reforçando essa tendência centralizadora, outras demandas da população foram assumidas de modo institucional pelo governo federal. Foi o caso da Companhia de Habitação Popular (COHAB) que financiava moradias para a população. Esses projetos passavam a ser pautados na Câmara. Em 28 de abril de 1967, foram colocados como assunto central recursos do Banco Nacional de Habitação para construção de duzentas casas populares. Diversas sessões foram dedicadas para esclarecimentos aos vereadores sobre os procedimentos desse investimento, inclusive com a presença de engenheiros da COHAB. Sem muito que fazer, o legislativo municipal autorizou o projeto por unanimidade. Ainda em 18 de julho do mesmo ano, foi aprovada a doação de terreno para a COHAB.

Mas essa nova realidade deixava a Câmara bastante enfraquecida se comparada com outros momentos pré-64. Em 09 de fevereiro de 1967, foi reclamado em ata pelos vereadores o aumento das tarifas telefônicas em Teófilo Otoni. Em resposta, a Companhia alegou que o aumento foi autorizado pelo órgão federal, a CONTEL, e o assunto foi sumariamente encerrado, pois eram decisões que não mais dependiam de instâncias locais.

A perda de espaço, prestígio e recursos em favor do Estado e da União foi sentida pela Câmara e se arrastou em lamentos que duraram anos. Em 20 de novembro de 1980, os privilégios concedidos às diversas empresas estatais estiveram nas falas dos vereadores: “[...] é mais um capítulo na história da submissão a que estão sujeitos os municípios”. Ou: “É mais um meio de que o Estado usa para sugar os municípios”.

Como resposta aos novos tempos, a Câmara Municipal precisou se adaptar às novas tendências na administração pública. Duas dessas tendências podem ser notadas. A primeira foi a tentativa de implantar um modelo de gestão mais racional e planejado. Passou a se cobrar nas sessões, como foi o caso da ocorrida em 19 de julho de 1967, um Plano Diretor para a cidade. No ano seguinte, em 18 de outubro, o tema foi posto em pauta novamente pelo então vereador Luiz Leal.

Para atender a essa racionalidade na administração pública, aumentou a participação dos vereadores em eventos como encontros, simpósios e seminários com frequência com temáticas acerca de eficácia na gestão pública. Em sessão de 28 de maio de 1975, por exemplo, discutiu-se sobre a presença do legislativo no “I Encontro de Câmaras Municipais”, em Sete Lagoas. Nesse encontro, os debates giraram em torno das realidades regionais e alternativas para os problemas a partir de palestras com técnicos de órgãos federais em diversos setores. Dentro da programação, um dos temas tratava sobre a eficiência da fiscalização dos vereadores nas contas do executivo municipal.

A segunda tendência observada nos registros com maior frequência e ausente nos anos anteriores foi a moralização da coisa pública. Sendo ou não apenas no discurso, a transparência na gestão pública veio à tona. Em 16 de janeiro de 1968, Luiz Leal cobrou do governo municipal planejamento e pediu concorrência pública para as obras. Na sessão de 09 de fevereiro de 1967, a Câmara solicitou aos carros da prefeitura que fossem postos os seguintes dizeres: “Uso exclusivo em serviço”.

O discurso do vereador Mauro Mendes de Sousa, em 12 de junho de 1975, foi emblemático e sintetizou o enfraquecimento do legislativo municipal em decorrência do novo formato de gestão pública proposto após 1964:

[...] Da necessidade de se dar um conteúdo essencialmente técnico à condução dos negócios administrativos, ficamos nós, Câmara dos vereadores enclavadas nestes sertões do Brasil, reduzidos a uma parcela exígua de poder e decisão.

5. Teófilo Otoni: entre continuidades e rupturas do cotidiano durante o período militar

Muitas questões tratadas ainda do período de emancipação do município de Teófilo Otoni continuavam a ser discutidas pelos vereadores após 1964. Situações que se arrastaram por décadas e que continuavam sem solução. Normalmente eram questões envolvendo os despossuídos, grupos que não eram vistos pelo poder público. Foi o caso das condições da carceragem. Em 17 de abril de 1967 a precariedade da cadeia, assunto tratado desde o século XIX, ainda era pauta. Nos discursos em plenário foram citadas “[...] as condições sub-humanas em que vivem os detentos [...]”. Meses depois, novamente foram registradas as condições dos presos, que estavam até mesmo sem vaso sanitário. O tema retornou à pauta seis anos depois. O vereador Wander Lister propôs uma visita à cadeia fazendo a seguinte referência: “[...] antro de imundície, que perde para muitos chiqueiros [...]” (ata da Câmara de 22 de outubro de 1973). A opinião de Lister foi corroborada pelos vereadores Mauro Mendes e Solon Lustosa.

Outra situação que ainda insistia em ser posta nas sessões da Câmara era a presença de vendedores informais na região central de Teófilo Otoni. A diferença para os outros momentos foi que essa informalidade era anteriormente apenas uma concorrência para as lojas. A partir dos anos de 1950, o centro da cidade era, além de um espaço reservado para compras, um território de entretenimentos da elite local. Os cinemas, bares, sorveterias e praças deveriam estar próximos ao imaginário progressista construído pelos grupos de maior posse (ACHTSCHIN, 2015). Em 27 de abril de 1973, foram solicitadas ações para a prefeitura impedir o comércio de ambulante na Praça Tiradentes e ruas centrais. No mês seguinte, em 02 de maio, novamente foi tratada a situação da Praça Tiradentes: “[...] cheia de pipoqueiros, mascates e tabuleiros por todos os lados [...]. Nossa cidade precisa limpar para melhor impressão aos que nos visitam”.

Por outro lado, algumas situações apresentavam relutância às mudanças. Foi o caso da retirada do mercado da região central da cidade. Se no início dos anos de mil e novecentos o velho Rancho era um espaço de baixo valor de mercado, na segunda metade do século XX o cenário era outro. As bancas de verduras, carnes e cereais eram lucrativas e seus comerciantes já tinham um potencial de enfrentamento que chegou até os nossos dias.

Em 20 de abril de 1966, foi encaminhada para o executivo a proposta

de retirar o mercado da área central. Segundo o documento, era uma “aspiração do nosso povo”. Em uma votação com sete abstenções, a Câmara aprovou a venda da área. Não há logo de imediato outros registros sobre essa negociação, significando que a venda não foi adiante.

Porém, foi um assunto que de tempos em tempos voltava nas discussões entre os vereadores. Na reunião de 24 de outubro de 1973, o projeto 75/73 tratou novamente a questão. Mas, em 24 de janeiro de 1974, já havia uma aprovação de reparos de ladrilhos das bancas de carne, sinalizando para o fracasso de derrubada e loteamento do mercado. Novamente em 28 de fevereiro de 1977, foram aprovadas reformas nesse espaço, o que corrobora com a ideia de que os feirantes eram segmentos já bem organizados em se tratando da defesa de seus interesses. Não tiveram a mesma sorte as feiras livres que existiam em diversas regiões urbanas de Teófilo Otoni. Muitas foram extintas ou deslocadas para outros espaços.

A feira livre que mais apresentou resistência para sair foi a instalada na Rua Engenheiro Argolo, próxima à subida do Morro do Cemitério. Chamada popularmente de “feirinha”, ocupava boa parte da rua, especialmente na sexta-feira e no sábado. Até os anos de 1970, pertencia ao cenário urbano. Tanto assim que em 15 de abril de 1977 houve a indicação para que se colocassem mais bancas para não se comercializar “[...] verduras e outros tipos de alimentos no chão”. Mas essa situação mudou nos anos 80. O crescimento da cidade, o aumento do fluxo de veículos na área central e um discurso modernizador pressionaram os feirantes a saírem do local. A realocação da feira trouxe longa discussão na Câmara no mês de agosto de 1983, com alguns vereadores enfrentando a força policial em favor dos feirantes. Entre diversas tentativas, a solução foi a retirada das bancas para a Rua Floriano Peixoto, mas ainda hoje algumas pessoas trabalham informalmente nas calçadas próximas à antiga feira.

Outra questão que remete às permanências e de pouca aceitação para as comunidades era a mudança de nome dos locais públicos. Por mais que se tentasse oficializar as denominações das ruas homenageando as chamadas autoridades, as alusões aos logradouros ainda guardavam as referências populares. Ao pedir esgoto entre a Avenida Visconde do Rio Branco e Francisco Sá, não sabendo o nome da rua, o vereador autor da proposta identificou o local como “beco de Chico Fotógrafo” (ata de 18 de julho de 1968).

Ocorre que muitas vezes a denominação dos espaços públicos realizada pelo legislativo municipal não reconheceu nas nomeações

originais a memória construída pelos moradores. De certo modo, a recusa por parte da população excluída em aceitar as denominações oficiais era uma forma de preservar sua história. Essa resistência em preservar antigas referências de ruas, becos e praças foi um problema para as autoridades. Em 26 de setembro de 1967, a Câmara solicitou para a empresa de viação urbana a retirada do letreiro no ônibus de Veneta para Manoel Pimenta. Em 18 de outubro de 1968, o vereador Luiz Leal afirmou que esses projetos “[...] não são de agrado da população, a qual é quem deveria opinar pelo nome a ser dado às ruas por eles habitadas”.

Mas, da mesma forma que havia as resistências, caminhavam de forma inexorável as transformações, processo natural do ser humano. Novas necessidades e reivindicações eram apresentadas para o cenário regional. O que antes era tolerado e pertencente à rotina dos moradores passou a ser um problema. A poluição foi um desses temas que ganhou espaço nas discussões da Câmara. O vereador Wander Lister constatava que a poluição era “o tema do momento” (Ata da Câmara, 25/04/1973).

Em 16 de julho de 1975, os moradores da Rua Soares da Costa encaminharam documento pedindo “[...] providências contra a poluição que está causando naquela rua pelas torrefações de café [...]”. Os projetos de lei também eram apresentados visando melhorias ambientais. Em 02 de julho de 1981, uma proposta foi posta em reunião declarando “[...] imunes de corte áreas verdes de Teófilo Otoni”. Dois anos depois, outro projeto foi aprovado, obrigando “[...] o plantio de árvores nas calçadas em frente a todos os imóveis, em toda a cidade de Teófilo Otoni” (Ata da Câmara, 29/11/1983).

Tema ainda não tratado até então na Câmara veio à tona em 20 de outubro de 1964: a existência das favelas na cidade. O prefeito foi criticado em permitir a construção delas no centro da cidade. Uma comissão para tratar da questão com o executivo foi formada. Na sessão do dia seguinte, o prefeito respondeu que eliminaria a favela localizada à beira do Rio Todos os Santos, na Avenida Israel Pinheiro (atual Avenida Luís Boali) logo após iniciar o serviço de drenagem. Já no dia 22 de outubro, anunciou-se na Câmara a retirada de uma das favelas da região central, feita, segundo a ata “[...] sem nenhuma violência por parte dos encarregados para tal fim, que com o devido trato, convenciam os que ali se instalaram da necessidade das medidas tomadas [...]”. O tema novamente foi tratado em 26 de outubro de 1964, agora a congratulação da Câmara pela retirada da favela das margens do Rio Todos os Santos, elogiando Salman pela ação “humanitária”.



Moradias à margem do Rio Todos os Santos no início dos anos 1960.
Fonte: Acervo pessoal de Fany Moreira

Entretanto, afastar a população despossuída da região central da cidade apenas transferia o problema de local, especialmente porque o deslocamento de homens e mulheres vindos do campo para a cidade cresceu de modo expressivo em Teófilo Otoni nos anos de 1970. Em 28 de abril de 1975, a mesa da Câmara informou que a população urbana de Teófilo Otoni, pelo Censo de 1970, era de 64.178 habitantes. O resultado desse fluxo migratório para a cidade de Teófilo Otoni foi o surgimento de diversos bairros, localizados principalmente em morros, sem qualquer infraestrutura e condições dignas de moradia. Em 16 de julho de 1975, ao discutir acerca de construção de chafarizes públicos para as comunidades mais carentes, a Câmara enumerou locais que, hoje boa parte urbanizados, eram consideradas à época favelas:

Vila Progresso (fundos do cemitério municipal), Alto dos Eucaliptos, Morro da Rádio, Alto Eldorado, Alto do São Jacinto, Morro do Querosene, Alto da Vila Teófilo Rocha, Alto do Altino Barbosa, Alto Corredor Gazzinelli, Alto do Frei Dimas, Alto da rua Paraíba.

O crescimento desordenado e sem planejamento aumentou os problemas em Teófilo Otoni que impactavam especialmente na periferia. O legislativo municipal enfatizava a pouca atenção dada aos bairros distantes da área central. Em 16 de outubro de 1968, o vereador

Luiz Leal acusou ser a Vila Pedrosa o maior índice de mortalidade infantil, pedindo recursos para saneamento básico. Arnô Barbosa complementou dizendo que “[...] há um verdadeiro descaso por parte da prefeitura aos bairros da cidade, cuidando somente a administração do centro da cidade”. Mesmo com as crescentes indicações dos vereadores para calçamentos, iluminação, ligações de água e rede de esgoto nos bairros periféricos, o saneamento básico demoraria a ser acessível a todos. Em 15 de abril de 1975, os vereadores reclamaram da falta de condições da população de baixa renda, alegando que a COPASA estava “[...] cobrando um verdadeiro absurdo pela água usada [...]”.

Um dos problemas que ficariam mais evidentes com as construções desordenadas era a falta de rede pluvial para escoar a água da chuva. Essa não era uma situação exclusiva dos bairros empobrecidos. Em ata de 18 de julho de 1968, já havia referência ao Bairro Marajoara e da atual Praça Lions Clube, significando que a região de lagoa estava aterrada. À medida que crescia a necessidade de moradias, bairros que eram brejos e lagoas (Veneta, Grão Pará, Marajoara e Ipiranga) foram aterrados. O crescimento da cidade e os loteamentos colocaram como tema permanente nas sessões da Câmara os alagamentos por falta de escoamento das águas, especialmente no período de verão. A questão só foi abrandada na gestão do governo Wander Lister, com a construção de galerias. Tanto assim que os vereadores exaltaram Lister por ser o “recordista” nessas obras (Ata da Câmara, 17/07/1981).

Por sua vez, o trânsito, um dos grandes nós vividos na atualidade em Teófilo Otoni, já era nesse período um grave problema para a mobilidade da população entre os anos de 1960 e 1980. Em ata de 18 de abril de 1967, a precariedade do serviço de trânsito já era lamentada. O centro da cidade, criado em meados do século XIX para transitar cavalos e carroças, já não comportava o crescente número de veículos automotores. Anos depois, mudanças de tráfego, excesso de velocidade no perímetro urbano e as dificuldades em estacionar veículos de carga na região central foram questões abordadas nas reuniões da Câmara (Ata da reunião de 16/04/1974).

Também impactada por soluções para a mobilidade urbana em Teófilo Otoni, tradições de mais de um século foram obrigadas a se adaptar à modernidade. Caso dos cortejos a pé no centro da cidade, que perderam força diante do trânsito de automóveis. Em 18 de abril de 1969, foi feito um requerimento pedindo providências para modificar o trajeto dos féretros até o cemitério central. Dez dias depois foi proibido o acompanhamento de enterros a pé.

Tanta dificuldade na mobilidade urbana não impediu, no entanto, que fosse posta em prática, nos anos de 1980, uma ação tão corriqueira nos dias de hoje, o fechamento da Avenida Getúlio Vargas para eventos e entretenimentos, especialmente no trecho da Praça Tiradentes. Essa iniciativa, pioneiramente realizada pelo governo de Wander Lister para o lazer, foi motivo de intensos e calorosos debates na Câmara quando foi implantada nos meses de março dos anos 80. A oposição fez críticas argumentando riscos ao pedestre e o transtorno causado com o fechamento de parte da rua principal da cidade. Por sua vez, os governistas alegavam que seria um teste.

No caso dos bairros mais distantes, além da precariedade da infraestrutura, cresceu a demanda pela ampliação e melhoria nos transportes coletivos. Em 18 de setembro de 1975, representantes da empresa de ônibus que tinha a concessão para transporte no município foram chamados para apresentar na Câmara propostas de melhorias no atendimento e ampliação dos serviços para bairros como a Palha ou Turma 37.

Menos polêmico, mas, certamente, o maior símbolo de modernidade desse período e que alterou a rotina da população a partir do final dos anos de 1960 foram as transmissões televisivas. A luta do legislativo municipal no final dos anos 60 e início dos anos 70 era por um serviço de qualidade, pois, argumentavam, estava nas mãos de um particular com transmissões muito precárias. O que se discutia, como ocorreu nesse mesmo dia 23 de outubro de 1967, era se seria ou não constitucional o município encampar o serviço. No dia 04 de março de 1968, novamente foi posto em debate a possibilidade da prefeitura ter a concessão. No entanto, é importante ressaltar que essa era uma reivindicação da classe média e alta, pois, até os anos de 1970, o acesso de aparelho de TV era para poucos, sendo muito comum pessoas se amontoando pela janela para assistirem do lado de fora da casa aos programas televisivos.

Em 23 de outubro de 1967, foram citados no plenário, com expressões de muito orgulho, os nomes de músicos locais que se apresentaram em show de calouros no Programa de Flávio Cavalcanti, na extinta TV Itacolomi, afiliada à TV Tupi. Nesse período foi motivo de grande ufanismo a participação de um concurso televisivo muito popular nos anos 70 chamado “Mineiros frente a frente”. Basicamente era uma gincana no formato de auditório em que competiam diversas cidades mineiras. A vitória de Teófilo Otoni foi tratada com muita euforia, apagando temporariamente a decadência que já vivia Teófilo Otoni.

A presença de artistas nacionais projetados pelas redes de televisão em shows locais mobilizava a cidade. A apresentação de Roberto Carlos, cantor já à época com projeção nacional, ocorrida no campo do América, foi comentada em sessão da Câmara de 01 de junho de 1973. As transmissões televisivas assumiram importância tal que uma sessão da Câmara foi destinada exclusivamente para audiência com um diretor da Rede Globo para justificar o motivo da não recepção direta das suas programações para Teófilo Otoni (Ata da Câmara, 15/05/1979).

6. A abertura política e a presença de novos ares democráticos na Câmara Municipal de Teófilo Otoni

No final dos anos de 1970, o regime militar sinalizava, entre avanços e retrocessos, uma abertura democrática. O governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) iniciou o que denominava abertura lenta, gradual e segura (FAUSTO, 2006). Em seguida, o general João Batista Figueiredo (1979-1985) avançou na transição, entregando a um civil o governo. Eleito indiretamente, Tancredo Neves faleceu antes de assumir o governo, deixando para término de 21 anos de governo militar seu vice, José Sarney (1985-1990).

Embarcando nesses novos tempos, os vereadores sentiam distanciar o autoritarismo. Termos como “defensor do povo” e “Casa do povo” passaram a ser de uso comum tanto pela situação quanto na oposição dos governos municipais. Em 16 de maio de 1978, os vereadores apoiaram a publicação de uma matéria de jornal em que finalizava considerando a necessidade “[...] colocar o povo dentro da Câmara. É alguma coisa importante e absolutamente saudável”. Por sua vez, a população sentia-se mais segura para ocupar a Câmara com a finalidade de pressionar os vereadores a votar projetos em favor de grupos ou moradores. Em 16 de agosto de 1981, membros da comunidade do Bairro São Jacinto lotaram o espaço para pressionar os vereadores a regularizar os terrenos em que residiam. Por sua vez, os lavadores de carro do centro da cidade estiveram presentes na sessão 15 de setembro de 1986 reivindicando melhores condições de trabalho.

Diversas ações por parte da Câmara apontavam para a retomada de um Estado Democrático de Direito. Em 26 de outubro de 1983, foi aprovado um projeto que instituiu eleição direta para diretor de escolas municipais. No ano seguinte, grande parte dos vereadores sinalizavam a esperança na volta definitiva da democracia, apoiando as eleições diretas para presidente da República. Em 20 de fevereiro de 1984, o

vereador pedemebista Dionísio Antônio do Nascimento defendeu em plenário “[...] um trabalho em prol das eleições diretas”. No mesmo mês, o espaço da Câmara foi cedido para uma comissão suprapartidária para realização de um comício pró-eleições diretas.

Esse envolvimento ocorrido no final de 1983 e início de 1984 estava relacionado com o projeto de emenda constitucional apresentado no Congresso pelo deputado Dante de Oliveira que alterava a Constituição de 1967, permitindo eleições diretas para presidente da República. Em 25 de abril de 1984, não houve sessão da Câmara, suspensa para acompanhar a votação da emenda, que acabou não sendo aprovada.

Outras medidas também sinalizavam para uma nova percepção de sociedade inclusiva e democrática. Em 18 de setembro de 1984, foi apresentado um projeto de resolução para criação da Comissão de Direitos Humanos. Em 22 de novembro de 1985, foi aprovado um projeto concedendo gratuidade a pessoas de 65 anos ou mais para transporte nas vias públicas.

Por sua vez, os movimentos grevistas davam novamente sinais de força. A política de achatamento salarial do governo somado à crescente inflação diminuía significativamente o poder de compra da população. Em 17 de fevereiro de 1980, era exposto na Câmara: “Já estamos a mais de 120% de inflação”. Os trabalhadores passaram a manifestar por melhores condições de vida.

Uma das categorias bastante ativa nesses anos 80 foi a dos professores. Em 30 de abril de 1980, a vereadora Maria das Graças Tomich destacou o período de abertura política contrastando com a repressão e o fechamento do governo estadual a um diálogo com os grevistas. Nessa sessão, uma comissão de professores levou aos vereadores o pedido de ter o apoio deles por escrito ao movimento grevista. Também o Primeiro de Maio, que andava esquecido pelos vereadores, foi resgatado, sendo realizadas em plenário as homenagens aos trabalhadores, como ocorreu em 28 de abril de 1981.

Algumas pautas foram completamente inéditas na Câmara. Por meio do vereador Tim Garrocho, pela primeira vez, a condição das comunidades indígenas do Mucuri foi tratada. Garrocho alertou para o “[...] abandono em que encontram os índios Maxakalis, concitando a todos seus pares que se empenhassem no sentido de averiguarem a real situação daqueles pobres índios” (ata da Câmara de 19/04/1983).

Outro tema apresentado em 02 de julho de 1981, que traria caloroso debate até mesmo nos dias atuais, foi o projeto que considerava utilidade pública o Tribunal Regional Umbandista dos Municípios de Minas Gerais. A proposta foi bem acolhida por todos os vereadores,

exceto um que afirmou ser a religião uma “[...] seita que leva o homem ao abismo” e acrescentou que a “[...] umbanda leva o homem à dependência tal de que dificilmente se liberta”. O projeto foi aprovado com apenas um voto contrário.

Traria maior polêmica para esse período de abertura política a postura de alguns padres próximos à proposta da Teologia da Libertação. Segundo Boris Fausto (2006), os movimentos sociais surgiram como resistência ao longo dos anos de 1970, tendo como papel fundamental a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT foi extremamente atuante em Teófilo Otoni, contribuindo para a formação de Associações de Bairro, sindicatos e partidos políticos, em especial o PT. Segundo Machado (2009), a reação da elite local contra o clero progressista que atuava na cidade foi intensa, foram duras as críticas por parte de alguns setores da imprensa contra a atuação dos padres progressistas. O discurso mais presente era de estar a Igreja “jogando os pobres contra os ricos”.

O debate foi levado para as sessões da Câmara Municipal. Em 15 de julho de 1981, foi lido um trecho de matéria de um jornal local que acusava o bispo da época de “comunista e anarquista militante”. Parte dos vereadores concordava com essa visão, acusando a Igreja de trazer desemprego para a cidade. Na reunião do dia seguinte, as falas do legislativo também corroboravam com essa versão, afirmando que “[...] os padres estão fazendo verdadeira lavagem cerebral nos jovens [...]” e que o bispo e o clero “[...] estão aplicando em Teófilo Otoni uma verdadeira tática comunista, provocando o desemprego, jogando trabalhadores contra empregadores”. Cinco anos depois, os padres progressistas ainda incomodavam os setores mais conservadores. Em plenária, um vereador expôs: “[...] falsos padres que vêm da Europa e só fazem pregar a discórdia e desordem entre os brasileiros” (Ata da Câmara, 16/05/1986).

CAPÍTULO V

1989 AOS DIAS ATUAIS: TENDÊNCIA DEMOCRÁTICA AVANÇOS E PERMANÊNCIAS

A última década do século XX foi marcada no Brasil pelo reencontro com o Democrático. A Constituição autoritária promulgada no Regime Militar foi substituída pela Carta de 1988. Um ano depois era eleito, de forma direta e pelo voto popular, um presidente da República. O período era de esperança e reconstrução.

Mas nem tudo eram flores. No plano internacional, uma nova onda liberal defendia um Estado Mínimo, propondo privatizações e medidas impopulares para conter a descontrolada inflação vivida no Brasil. A Globalização trazia em sua teoria um mundo interligado, mas que, na prática, aumentava ainda mais a concentração de renda.

1. A Câmara Municipal e as novas composições

Aos vinte dias do mês de novembro de 1988, no ginásio coberto do Palmeiras Country Club nesta cidade, às 8 horas, reuniu-se a Junta Eleitoral de Teófilo Otoni, proclamando para prefeito Edson Gonçalves Soares, candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que concorreu pela coligação “UNIÃO CÍVICA”. Soares obteve 21.184 (vinte e um mil cento e oitenta e quatro) votos e tendo como vice-prefeita a Sra. Maria das Graças Tomich, sendo esta a primeira mulher a ocupar o cargo de vice-prefeita no executivo municipal.

Proclamou, logo após, eleitos como vereadores pelo Partido da Juventude (PJ), Semir Rachid Said, Rômulo Rafael de Oliveira, Ivan Renner e Adelmo Vilela Coelho; pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Schuffner e Paulo Esteves Peruhype Portugal; pelo Partido da Frente Liberal (PFL), Emília Menezes dos Santos; pelo Partido Democrático Brasileiro (PMDB), Paulo Hermann Marx, Rafael Freire de Mello Neto, Elio da Motta Leal, Jair Antonio de Carvalho Ruas, Raimundo Nonato dos Santos, Edgar Ramos de Oliveira e Rômulo Barreiros; pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Adalto Quaresma Lemos e João Virgilino Vieira; pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Sinvaldo Ramalho dos Santos.

As eleições municipais de 1988 provocaram importantes mudanças no cenário político brasileiro. O PT e o PDT, por exemplo, saíram como os principais partidos urbanos, desbancando o PMDB. Juntos, os dois partidos conquistaram 52 das 100 maiores cidades brasileiras (MINAS GERAIS, 1989).

As eleições de novembro de 1988 apontaram vitória para 06 partidos diferentes na Câmara Municipal de Teófilo Otoni. Apesar de ter conseguido eleger o prefeito, o PDT fez apenas um vereador, Sinvaldo Ramalho dos Santos, sendo a maioria da composição do legislativo municipal ser o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Apesar de apenas dois vereadores, o Partido dos Trabalhadores já sinalizava avanços. Em um

dados comparativo com o legislativo anterior, 73,34% da Câmara Municipal foi renovada e com o surgimento de candidatos com apelo popular.

Ressalta-se que, com o acidente que deixou como vítima o vereador Roberto Schuffner, em 1990, o suplente que assumiu o cargo vago, em junho de 1990, foi Luiz Gonçalves de Oliveira, mais conhecido como Nhô Gonçalves.

No pleito de outubro de 1992, foram eleitos pela coligação “União Cívica” para o executivo, prefeito e vice-prefeito respectivamente, os médicos Samir Sagih El Aouar e Thales Giovani Caminhas Fasciani, obtendo 22.484 (vinte e dois mil e quatrocentos e oitenta e quatro) votos”. Conforme o jornal Carta (1992), “Samir é eleito com 46,61% dos votos apurados e quer fazer uma administração descentralizada”. Os outros candidatos a prefeito, Luiz Leal obteve 36,91% e Sandino Mendes, 16,47%, os demais foram brancos e nulos.

Para vereadores, foram eleitos os médicos Ademir Camilo Prates Rodrigues pelo Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), Almir Alves Franco (PSDB), Rafael Freire de Mello Neto (PSDB), Jorge Amador Santos Medina, (PSB).

Os demais vereadores foram: Semir Rachid Said (PMDB), Celso Pereira do Amaral (PSDB), Túlio Caminhas Fasciani (PL), Northon Neiva Diamantino (PMDB), Miro Gonçalves Soares (PSDB), Raimundo Nonato dos Santos (PSDB), Paulo Estevão Peruhype Portugal (PTB), Detsi Gazinelli Júnior (PSDB), José Gonçalves (PDC), Maria Emília Pinto Soares (PMDB), Osvaldo Gomes de Oliveira (PSD), Manoel da Silva Medeiros (PT), Antônio Carlos Pereira (PSB). Porém, numa revisão da justiça, a vaga de Antônio Carlos Pereira foi ocupada por Silvío Rodrigues Gomes, do PT.

Mais uma vez vê-se uma renovação do Legislativo. Das dezessete cadeiras, treze foram novos vereadores e apenas quatro se repetiram do mandato anterior. Claro que há de se considerar vereador da legislatura anterior que não se candidatou novamente e, também, daqueles empossados em 1988, ocorreu o falecimento do doutor Roberto Schuffner. Mas o fato é que a Câmara passou por uma significativa renovação.

Em 1997, no executivo, houve o retorno de Edson Gonçalves Soares, tendo como vice-prefeito Antônio Valter do Amaral. A Câmara renovou-se parcialmente com relação ao mandato anterior, permanecendo oito vereadores no legislativo. Foram eleitos: Ademir Camilo Prates Rodrigues (PPS), Afonso Eustáquio Rodrigues Ferreira (PDT), Celso Pereira Amaral (PMN), Jorge Amado Santos Medina (PSB), Luciomar Ruas Vilas Boas (PSB), Maria de Fátima Silva Dantas Rainer (PMN), Maria dos Anjos Ramos (PT), Maria Emilia Pinto Soares (PMDB), Nelson Eustáquio Veiga Silva (PSDB), Noraldino de Oliveira Santos (PSB), Northon Neiva Diamantino (PMDB), Paulo Estevão Peruypho Portugal (PMDB), Rômulo Barreiros (PSB), Semir Rachid Said (PPB), Valdir Moisés Lopes dos Santos (PSB) e Wanne Vieira Amaral (PT).

O ano de 1997 se iniciava com uma Câmara em que grande parte dos vereadores já eram conhecidos por suas ações políticas no mandato anterior, portanto as alterações sofridas nessa instância de poder não pareciam significativas para dimensionar um rompimento com as ideias e trabalhos desenvolvidos anteriormente.

Ao analisar esses três pleitos, é importante ressaltar a permanência de um partido que perdia espaço no cenário nacional, o PMDB. A tradição pemedebista, que tinha uma força regional bem particularizada, simboliza a tendência política local com marcas muito específicas. Do mesmo modo que o PR sobreviveu no Brasil dos anos de 1950, o PMDB se associou ao jogo de poder em Teófilo Otoni, qual seja, apresentar um perfil de rupturas, mas com práticas conservadoras.

2. Os novos ares democráticos

O momento político por que passava o país foi tendo sua abrangência no interior. Era uma dinâmica conectada com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu direitos explícitos na Lei Orgânica das cidades.

No dia 27 de setembro de 1989, o então presidente, Élio da Mota Leal, comunicou aos senhores vereadores que “[...] no dia 02 de outubro vindouro, a Câmara estará solenemente, reunida, para instalar a primeira Câmara Constituinte do Município de Teófilo Otoni”. Assim, teriam o compromisso com a elaboração da Lei Orgânica do Município, nos termos do artigo 29 da Constituição Federal.

A sessão contou com diversos representantes da sociedade civil, Delegado Regional de Segurança Pública, Deputado, a banda de música do 19º BPM, demonstrando, nessa solenidade, que muitas eram as obrigações dos senhores vereadores. Em sessões posteriores, ocorreu a presença de pessoas para dar sugestões em questões a serem inseridas na Lei Orgânica. O Ten. Coronel PM, Nilton de Almeida, a convite da casa, pronunciou sobre o tema: A Polícia Militar na Constituinte Municipal. Foi sugerida a criação, no âmbito do Município, do “Conselho de Defesa Social do Município”, dispondo o referido policial a colaborar naquilo que lhe fosse possível.

No dia 03 de outubro de 1989, foram eleitos para compor a comissão constitucional da Câmara Constituinte: Paulo Estevão Peruhype Portugal, como presidente; Semir Rachid Said, como vice-presidente; Ivan Renner, como relator adjunto; João Virgilino Vieira, como primeiro secretário e Raimundo Nonato dos Santos, como segundo secretário. Foi solicitado às bancadas indicar seus respectivos líderes e vice-líderes junto à Câmara Constituinte. Pelo PTB, foram indicados os nomes dos vereadores Paulo Portugal e Roberto Schuffner; pelo PT foram indicados João Virgilino

Vieira e Adalto Quaresma; pelo PFL, Emília Menezes Santos; pelo PRN, Adelmo Vilela Coelho e Semir Rachid Said e, pelo PMDB, Rafael Freire de Melo Neto e Jair Antonio de Carvalho Ruas. Assim consta na ata.

Quanto à Lei Orgânica, os trabalhos ocorreram em momentos separados das sessões ordinárias e extraordinárias, que seguiam com os trabalhos costumeiros. Questões do planejamento urbano foram se delineando, ainda que os problemas fossem recorrentes, surgiram projetos que propunham a delimitação dos bairros da cidade, pois era comum essa falta de demarcação, dificultando, inclusive, os órgãos públicos em emitir contas, como luz, água, sistema de telefonia e outras comunicações. Esses e outros problemas ligados ao planejamento emergiam como propostas do legislativo para ações do executivo. Destacam-se, entre os problemas apontados, os danos causados nos locais atingidos por chuvas torrenciais que caíram sobre os Distritos de Topázio, Mucuri e Belo Oriente.

Esses dois últimos estavam num processo de tentativa de emancipação, visto que o Município de Teófilo Otoni apresentava grande abrangência e os problemas se avolumavam. Embora soubesse que Mucuri continuava sendo distrito de Teófilo Otoni, em 1990, a Câmara fez a leitura do telex n. 0404.1618 do Deputado Kemil Kumaira, comunicando à casa sobre parecer do Deputado José Bonifácio, com pertinência aos processos de emancipação dos Distritos de Belo Oriente e Mucuri. Posteriormente, Mucuri manteve-se distrito de Teófilo Otoni e Belo Oriente obteve a sua emancipação passando a ser chamado Novo Oriente de Minas.

De acordo com as atas, em setembro de 1989, destaca-se um começo de debates para uma época de contestação de períodos de governos que se voltavam para ações excessivamente ditatoriais e opressivas.

Esses novos rumos políticos podem ser percebidos, por exemplo, no convite feito em 1989 em plenário para um coquetel de lançamento do livro *Escândalo no arraial das formigas* do autor Apolo Heringer Lisboa. Apolo é um médico sanitarista, ambientalista, escritor e professor universitário que, em sua obra, descreve sobre os sertões pobres de Minas Gerais, o extermínio indígena ou sua escravização, assim como o trabalho escravo do africano ou afrodescendente nos sertões mineiros e, ainda, a exploração do trabalho do branco pobre. Era um apontamento claro de manifestação contra as explorações constantes no período da ditadura militar e que se mantinham invisíveis para a população. Ao mesmo tempo, era uma sinalização da existência de movimentos contrários a essas explorações.

A pressão popular era sentida pela presença da comunidade no espaço legislativo, exigindo maior fiscalização do executivo e votação em projetos favorecendo, em especial, os funcionários públicos municipais. É necessário admitir que novas demandas surgiam, já que a conjuntura

nacional passava por significativas alterações.

Embora os movimentos sociais no final da década de 80 se manifestavam de maneira clara e intensa em Teófilo Otoni, as discussões do legislativo e as ações do executivo eram lentas. Porém, as determinações preconizadas na Constituição de 1988 e outros documentos normativos indicavam que o legislativo deveria avançar em atenção às classes menos favorecidas. Foi um período em que se viu uma Câmara muito próxima à efervescência das leis nacionais e estaduais voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais e, portanto, o legislativo de Teófilo Otoni também iniciou projetos voltados para a inclusão.

Nesse sentido, diversos foram os projetos de lei que dispunham sobre questões de cunho social, mas o que se tinha na prática não era o avanço esperado, apenas discursos que pontuavam demandas sociais, pois, sendo projetos autorizativos², poucos se tornavam uma “bandeira” do executivo.

Nos documentos analisados, vê-se que teve com certa frequência a existência desses projetos autorizativos, em especial aqueles em atenção a grupos até então invisíveis na sociedade. Em novembro 1989, foi aprovado o projeto de lei n. 135/89 de autoria do prefeito municipal que “Autoriza aquisição de terreno e doação do mesmo à Associação Pró-casa popular de Teófilo Otoni” e também aprovado o Projeto de lei n. 136/89, de autoria do executivo, que “Autoriza construção de centros comunitários, habitação para baixa renda e de outras providências”. Em 12 de setembro de 1989, o vereador Herman Marx (PMDB) apresentou um projeto, dispondo sobre autorização ao executivo para fins de doação de área à Associação Pró-casa Popular de Teófilo Otoni.

Ainda em atenção às dificuldades pelas quais passava grande parte da população, foi proposto um Projeto de Resolução do vereador Rômulo Barreiros que “Aprova Regulamento da Concessão de Transporte Coletivo Urbano aos estudantes e professores do Município de Teófilo Otoni” e, também, nesse sentido, é apresentado um projeto de lei de autoria dos vereadores Ivan Renner, João Virgilino Vieira e Emília Menezes Santos, dispondo sobre a “[...] gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos deficientes matriculados na APAE”.

No ano seguinte, foi colocado em discussão o projeto de lei n. 31/90, de autoria do Chefe do executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar terreno à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE” submetido à votação e aprovado em primeira e segunda discussão. É um tempo em que as pessoas com transtorno e/ou com deficiência começavam a ter

² Projetos autorizativos se limitam a conceder ao prefeito colocar em prática um ato, mas não tem efeito prático se não for regulamentado pelo executivo.

uma visibilidade pública na legislação nacional, portanto, aos poucos, essa visibilidade foi adentrando nos debates locais.

Seguindo essa linha constitucional, em 1991, outros projetos foram apresentados e alguns aprovados no sentido de uma política municipal inclusiva, como o Projeto de Lei 85/91 de autoria do vereador Herman Paulo Marx que “[...] considera de utilidade pública a ADEFITO - Associação dos Deficientes Físicos de Teófilo Otoni”.

Projetos apresentados pela vereadora Emília Menezes Santos, como Termo de convênio entre a SME/ TO e a Creche Ninho do Movimento da Mulher Marginalizada, termo de convênio entre a SME/TO e a creche Lar da criança, projeto de resolução que “[...] referenda termo de convênio entre a SME/TO e Associação Comunitária da turma 37 de Teófilo Otoni”. Em agosto de 1991, a Câmara discutiu projeto de lei do Executivo que concedia subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, sendo aprovado.

Pode ser enumerada uma considerável quantidade de projetos em atenção a comunidades preteridas no percurso do regime militar e que, em alinhamento com a CF (1988), foram se adentrando nas pautas de debates das Câmaras Municipais. Coincidindo com essa determinação constitucional, percebe-se a constância dessas temáticas no legislativo e executivo do município.

ACF (1988), no Art. 211, inciso III, institui pela primeira vez a obrigatoriedade do “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (p.174) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 4º, dispõe que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de “III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Esse inciso foi sendo reorganizado no percurso dos anos dois mil, tendo, inclusive, em 2013, uma ampliação e melhor clareza quanto ao compromisso do poder público frente aos desafios de uma educação inclusiva: “III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A inclusão vinha sendo um processo de transformação na sociedade e esse movimento provocou ações políticas e sociais em nível nacional, estadual e, conseqüentemente, inserida na política municipal.

Posto isso, consta-se nas atas o Projeto de Lei nº 150/91, de autoria do vereador Adalto Quaresma Lemos, que “Dispõe sobre construção de rampas para facilitar o acesso e locomoção de pessoas com deficiência física” tendo sido aprovado. Em agosto de 1991, o projeto de resolução do

vereador Élio da Motta Leal, que autoriza o presidente da Câmara Municipal a construir rampa para atender as pessoas com deficiência física.

Outra demanda importante que emergiu a partir da CF (1988) foram as organizações dos Conselhos Municipais com participação da sociedade civil. Numa intenção de maior acompanhamento e fiscalização das atividades educacionais, em 1993 houve a denúncia em relação à atuação do Conselho Tutelar do Menor e Adolescente em Teófilo Otoni, uma vez que se encontrava em situação de penúria. Ainda na década de 90, houve a Criação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Criação do Conselho Municipal de Educação, Conselho inerente à saúde, cultura, entre outros que foram surgindo a partir das demandas sociais. A implantação desses Conselhos foi resultado das alterações na sociedade que buscava se ajustar num padrão de modernidade no processo da globalização.

As demandas da sociedade moderna têm imposto desafios cada vez maiores ao poder público no que concerne à qualidade dos serviços públicos e à produção de políticas para setores essenciais e vitais à população. Essas exigências levam à necessidade de modernização dos processos operacionais e administrativos da gestão pública, de modo a oferecer aos cidadãos serviços com qualidade e presteza. As reivindicações dos movimentos sociais, dos trabalhadores, da igreja e de outros setores da sociedade, durante o período de luta pela redemocratização, foram responsáveis pela mudança comportamental da sociedade brasileira. (MARTINS, et al. 2008, p.151).

O conjunto dessas forças deu legitimidade a propostas voltadas para a democratização, transparência e participação da sociedade civil em sugestões e fiscalizações na gestão pública, como cita GOHN (2003), a criação e atuação dos Conselhos nos municípios adquirem fundamental importância, compondo um novo modelo de gestão das políticas públicas.

Em 14 de setembro de 1989, foi apresentado o Projeto de Lei n. 102/89, de autoria do vereador João Virgilino Vieira (PT), que “Institui, no âmbito Municipal, o Conselho de Promoção do Menor de Teófilo Otoni”. Outros Conselhos foram sendo propostos e implementados no percurso dos anos noventa.

Considerando que os rumos da democratização impunham a tomada de decisões coerentes com demandas populares, em atenção aos inúmeros problemas enfrentados pela população referentes à vulnerabilidade com relação ao consumo, em novembro de 1991, foi apresentado o Projeto de lei 69/91, de autoria do vereador Rômulo Barreiros, que “Cria o Programa Municipal de Proteção ao Consumidor e dá outras providências”.

O próprio resgate da história assumiu nesse período uma nova leitura, incorporando a memória a um direito de todo cidadão. Reflete essa tendência o Projeto de autoria do presidente da Câmara, Ivan Renner, “[...] que transfere à municipalidade, material histórico, para formação do Museu Histórico e Geográfico de Teófilo Otoni”.

Ainda sobre a memória e o patrimônio, tão carentes de discussões nos espaços de poder público municipal em Teófilo Otoni, pode-se destacar, em dezembro de 1997, a presença do presidente da CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas, Giovani Cota Fonseca, que discorreu na plenária da casa do legislativo sobre o tema “Ocupação de autônomos na Praça Tiradentes”. Nesse discurso, Fonseca reforçava a importância da praça como patrimônio da cidade, sendo um espaço de pertencimento desde sua fundação, carecendo de cuidados, fiscalização e projetos de recuperação e manutenção.

3. A rotina da Câmara

Nos anos de 1990, as temáticas tratadas na Câmara traziam questões que refletiam as novas demandas: o transporte escolar urbano, projeto de lei que “Dispõe sobre a criação do sistema individual de passageiros, através de motocicletas, denominado moto-táxi”, Consórcio Intermunicipal de Saúde, Previdência dos Servidores Públicos Municipais, escola profissionalizante para deficientes, instituição do dia 03 de agosto como dia do Capoeirista, projeto que dispõe sobre a manutenção e implantação de consultórios odontológicos em escolas sob a supervisão e administração do município, criação do Conselho Municipal de Transportes e um projeto votado e aprovado que traria uma insatisfação para educadores da rede estadual: o projeto de municipalização.

Mas também práticas de décadas se mantinham. Caso dos indicativos para denominação de nomes de ruas, congratulações, moções honrosas como uma moção subscrita com a proposição de votos de reconhecimento e agradecimento público a uma aluna do quinto ano de medicina da faculdade de Hannover, Alemanha, em razão de ter escolhido esta cidade para fazer estágio profissional opcional. Essas honrarias sempre estiverem presentes nas Câmaras Municipais e, em Teófilo Otoni, elas aparecem como uma manutenção de uma cultura conservadora.

Nos documentos do legislativo, encontra-se um projeto que determina anexar “Curriculum Vitae” ao indicativo de cidadão honorário, demonstrando assim o alinhamento com ações de pouca relevância para os avanços de que carecia a sociedade.

Em Teófilo Otoni, o título de cidadão honorário aparece nas atas como uma preciosidade para quem recebe e, também, para quem apresenta o projeto. Exemplo disso foi a discussão do projeto de lei n.100/89, de autoria da vereadora Emília Menezes Santos, que “Concede o título de cidadão honorário de Teófilo Otoni a Dom Fernando Antônio Figueiredo pelos relevantes serviços prestados ao Município e à região”. Submetido a votos na forma regimental, o projeto foi rejeitado no primeiro momento.

Tal rejeição gerou debate acalorado por parte da vereadora Emília Menezes Santos e outros que apoiavam essa moção de louvor e reconhecimento público a Dom Fernando Antônio Figueiredo, ex-bispo diocesano de Teófilo Otoni. Fato é que, em outro momento, a Câmara votou favoravelmente ao projeto e Dom Fernando recebeu o título de cidadão honorário.

A partir das atas, é notório que ainda eram tímidas as discussões de projetos de lei voltados para o interesse popular, embora, gradativamente, fossem surgindo de maneira propositiva aqueles relacionados à inclusão de pessoas com deficiência. Percebe-se, também, embates entre o legislativo e o executivo, que se manifestavam com a constante convocação de secretários para dar explicações sobre ações do executivo.

Analisando o desempenho dos vereadores, não foi uma Câmara de consenso nos debates, porém grande maioria dos projetos do executivo era aprovada com certa tranquilidade, mantendo os critérios anteriores. Eram comuns os embates verbais entre legislativo e executivo, mas no decorrer das votações o resultado era sempre favorável às proposições do executivo. Ainda que com alterações significativas, a tradicional aquiescência de projetos do executivo era mantida.

Contudo, ponderando sobre certa independência da Câmara em relação ao executivo, foi percebida uma quantidade de vezes em que foram convidados secretários para prestar esclarecimentos de questões consideradas duvidosas, fosse na saúde, no planejamento, na economia entre outras secretarias. Incluindo dúvidas sobre a maneira como o executivo atuava na imprensa. Também foi constante a presença espontânea do prefeito nas reuniões, especialmente no governo de Edson Soares, ora a convite e ora por se apresentar como um executivo popular e assim vai ocorrendo numa busca de maior aliança do executivo com a casa.

Quanto à imprensa, outro detalhe a ser percebido, e muito provavelmente em grande maioria do legislativo e executivo no país, é a abrangência das redes de comunicação. Dessa forma, não é de se espantar o requerimento de Ivan Renner, “[...] a propósito de formar comissão especial para, em diálogo com a rádio Teófilo Otoni, tentar sanar o impasse existente entre a emissora e esta edilidade”. A relação entre a imprensa local e o legislativo costumava ser tensa, muitas vezes por considerá-lo como aliado do executivo, reportando-se à Câmara de maneira negativa.

Nesses anos 90, o momento de maior desgaste entre executivo e legislativo foi a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para maior fiscalização na administração do prefeito Samir Sagih El Auwar e vice- prefeito Thales Giovani Caminhas Fasciani. A deputada estadual Maria José Haueisen Freire e o Sr. Pio de Castro Mota compareceram numa

sessão para fazer uma análise de conjuntura sobre o andamento da CPI no Congresso Nacional e as possibilidades da implantação de uma CPI na Câmara Municipal, como sugeria um grupo de vereadores, com o objetivo de fiscalizar o executivo e apurar fatos.

Na ocasião, foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a propósito de requerimento subscrito pelos vereadores: Ademir Camilo Prates Rodrigues, Almir Alves Franco, Jorge Amado Santos Medina, Túlio Caminhas Fasciani, Rafael Freire de Mello Neto, Manoel da Silva Medeiros e Sílvio Rodrigues Gomes.

Esclareceu o vereador Dr. Jorge Amado Santos Medina, em ata, que a “[...] intenção da CPI que ora se propõe constituir não é para cassar ninguém, mas apurar os fatos e mostrar esses fatos ao povo com absoluta clareza”. Coincidindo com essa manifestação, o vereador Túlio Caminhas Fasciani mencionou que “[...] a função do vereador é de fiscalizar, sem perseguição, com objetivo de se chegar a evidência dos fatos” e ainda o vereador Rafael Freire reforçou que “A intenção da CPI era de apenas e tão somente, apurar fatos relativos à administração pública, em nome da transparência e da legalidade”.

Astensões também eram comuns nas eleições para a mesa, destacando aquela que elegeu como presidente da casa Raimundo Nonato dos Santos, numa intensa disputa com Semir Rachid Said.

Os vereadores Sílvio Rodrigues Gomes e Manoel da Silva Medeiros, antes de depositar a cédula na urna, declararam seus votos em favor do candidato Raimundo Nonato dos Santos, identificando-os pelo nome “Dico”, apelido de Raimundo Nonato dos Santos.

Os escrutinadores confirmaram 17 votantes e 17 votos na urna, apresentando o resultado: 8 votos para Semir Rachid Said e 8 votos Raimundo Nonato dos Santos, 01 voto em branco. Este continha no verso o nome “Dico”. Daí surgiu a polêmica. O presidente da mesa anulou o voto por entender que o vereador fizera isso intencionalmente.

Intensos foram os protestos na Câmara pelos escrutinadores em favor de Raimundo Nonato dos Santos, reagindo também o próprio candidato. Houve a tentativa de uma nova votação, mas no percurso foi interrompida pelo candidato Semir Rachid Said alegando coação de votos de pessoas que antes tinham votado e declarado voto a seu favor. A sessão foi encerrada e, posteriormente, foi impetrado recurso pelo vereador Raimundo Nonato dos Santos. Por decisão judicial, foi considerado o seguinte resultado: 08 votos para Semir Rachid Said e 09 para Raimundo Nonato dos Santos.

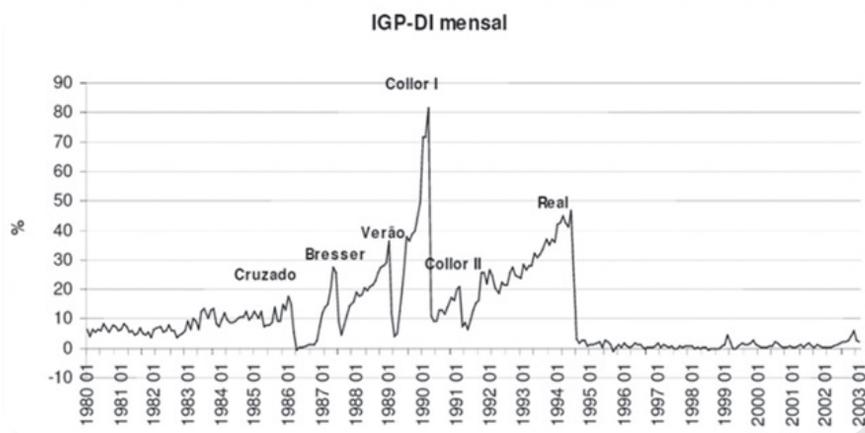
Além dos debates entre os vereadores, e do legislativo com o executivo, é importante mencionar que, de março de 1995 a setembro

de 1996, em 21 reuniões não houve quórum, o que não foi corriqueiro após a abertura democrática.

4. Neoliberalismo e economia

Essas legislaturas ocorreram num momento em que ainda persistia a crise econômica resultada das gestões do período da ditadura militar. Os impactos da ditadura foram duros para a economia brasileira. O endividamento externo que foi herdado com uma inflação elevada impactava o aumento do custo de vida para os trabalhadores. Nesse contexto, foi um período de grandes dificuldades para a aprovação de reajuste do vencimento dos servidores municipais.

O gráfico abaixo ilustra o momento de crise e inflação por que passava o país e, portanto, a cidade de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, era afetada por essa crise nacional. O cenário só melhorou a partir do Plano Real, fazendo a inflação finalmente ser controlada, depois do fracasso econômico nos projetos dos governos militares.



Fonte: <https://www.paulogala.com.br>

Diversas alternativas foram buscadas para aumentar as receitas municipais. Pode-se citar no governo de Edson que, em diálogo com o legislativo, buscaram mecanismos para incentivar o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU por meio de prêmios. Entendendo que o produto da arrecadação desse tributo pertence integralmente à prefeitura, o recolhimento poderia impulsionar ações mais imediatas.

Somada à crise econômica da primeira metade da década, o avanço do neoliberalismo no Brasil nos anos 90 trouxe, entre suas consequências,

profundas mudanças no mundo do trabalho e isso atingiu o interior do país, proporcionando problemas, inclusive demissões de trabalhadores das empresas privadas ou fundações a qualquer tempo e a qualquer hora. Em uma sessão do legislativo de Teófilo Otoni, ocorreu um desabafo em que foi chamado de ato de intolerável a agressividade praticada contra a pessoa de um professor, demitido sumariamente de uma instituição de ensino pelo simples fato de haver questionado o Sistema Administrativo.

A partir dessa lógica liberal, em 25 de setembro de 1989, foi apresentado o Projeto de Lei n. 115/89 de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que “Dispõe sobre a abertura de crédito especial para atendimento à lei 3.075 [...] que institui o Faixa Azul”, um sistema de estacionamento rotativo pago nas vias e logradouros públicos e administrado por empresa privada. Embora o projeto tenha sido aprovado, não foi adiante nesse governo, mas fora base para que fosse implantado em outros governos.

Nesse sentido, mesmo após a publicação da “Constituição Cidadã” de 1988 e já na eminência da publicação da Lei Orgânica, alinhada com a Constituição Federal, os projetos apresentados pelo legislativo e pelo executivo ainda eram precários em atenção às classes menos favorecidas.

A Câmara não apresentava um consenso partidário em defesa do neoliberalismo, mas também não tinha uma composição que garantisse uma linhagem contraditória a essa doutrina socioeconômica. Sua composição no governo de Édson Soares, por exemplo, incluía os partidos PPB, PPS, PMDB, PT, PMN, PSDB, PDT e PSB. Portanto, as demandas locais ora seguiam ritmo próprio, ora comungavam com uma direção nacional. Teófilo Otoni não reproduzia fielmente as tendências nacionais. No percurso dos anos noventa, embora aumentassem no país os rumos neoliberais, Teófilo Otoni passava por um momento político com um executivo pedetista, considerado um herdeiro do Brizolismo e, portanto, era comum o envio à Câmara de projetos considerados populares.

Desse modo, alternavam-se medidas de cunho liberal com outras de caráter social. No percurso dos anos 90, muitas foram as doações de terrenos municipais com finalidade de atender interesses da coletividade. Em março de 1990, foi colocado em discussão o projeto de lei n. 11/90, de autoria do Prefeito Municipal, que “Autoriza o Município de Teófilo Otoni a doar ao Estado de Minas Gerais, terreno para construção da quadra poliesportiva junto ao 19º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais”.

Para não deixar de citar algumas demandas sociais atendidas pela Câmara, considera-se aqui um projeto apresentado pelo vereador Paulo Estevão Peruhype Portugal que “Dispõe sobre a criação da Comissão de controle à fome no município de Teófilo Otoni” e um projeto do vereador Norton Neiva Diamantino que “Dispõe sobre a criação do Programa Renascer, para proporcionar atividades esportivas aos meninos de rua”.

Todavia a situação econômica e social no município trazia dificuldades em instâncias recém-criadas e previstas constitucionalmente. O Conselho Tutelar do Menor e Adolescente em Teófilo Otoni, por exemplo, levando à época o Juiz de Direito titular da vara da Infância e da Juventude à Câmara para discutir o problema.

5. Debates permanentes: Educação e saúde

Se a Carta de 1988 assegura a saúde como direito de todos e dever do Estado, Teófilo Otoni passou por períodos intensos de precarização, contrariando os ditames constitucionais. Paulo Portugal denunciou “[...] a precariedade com que tem sido posto em prática o serviço de ambulância do Estado, o descaso com que alguns médicos do Hospital Balbina Bragança têm enfrentado os problemas de saúde no município e Região”.

Além de trazer a público as condições dos atendimentos hospitalares no município, o legislativo retratou nos projetos novas demandas e realidades vividas na última década do século XX. Em defesa de uma política que difundisse os programas voltados para a saúde da população, em dezembro de 1991, foi apresentado o Projeto de Lei propondo tornar obrigatória a inclusão de conteúdo de educação científica, preventiva do uso de fumo, álcool e drogas nas escolas municipais de Teófilo Otoni, nos níveis de 1º e 2º graus.

A questão da saúde passava na década de noventa por uma singularidade que não podia ser negligenciada: a crise de HIV que marca a história da saúde e ainda assombra a sociedade, proporcionando discriminação por falta de informações. Nesse sentido, emergiram projetos como o que “Dispõe sobre proibição a todos os estabelecimentos em discriminarem os portadores de HIV”.

Por outro lado, comportamentos que até a década de oitenta eram naturalizados passaram a ser debatidos e descaracterizados na década de noventa. Um exemplo dessa nova tendência foi o Projeto de Lei, de outubro de 1991, que “[...] proíbe fumar cigarros, cachimbos e/ou charutos nas dependências da Câmara Municipal, quando da realização de reuniões”. Ainda que, atualmente, possa parecer um projeto irrelevante, em consideração à saúde e em respeito ao outro, foi um projeto significativo, aprovado e transformado em lei.

Assim como a saúde, a educação nos anos 90 sofreu por falta de vaga nas escolas e pouco investimento nesse setor, o que provocou uma tomada de ações por parte do executivo com o aval do poder legislativo. A educação no município passava por um momento em

que a oferta das vagas era menor que a demanda de alunos.

Na onda federativa, foi introduzida a municipalização de escolas que até então eram atendidas pela rede estadual de ensino. O incentivo partia do Ministério da Educação, que possibilitava maior liberação de recursos para o Município. Dessa forma, a Câmara aprovou um Projeto de Lei do Executivo dispendo sobre a criação de escolas municipais de 1º e 2º graus, sendo criada e inaugurada a Escola Municipal Irmã Maria Amália. Esse projeto não foi questionado pelo legislativo e acabou por ser implementado, dando um impulso no atendimento educacional municipal a crianças do primeiro ao nono ano e também do ensino médio.

No entanto, sob a administração do Samir Sagih El Aouar, os avanços na educação são freados, levando ao enfrentamento com os professores. O embate resultou na greve dos educadores em defesa do salário da educação e da manutenção do ensino médio municipal, que por questões constitucionais não era obrigatoriedade dos municípios.

6. Espaços urbanos, rearranjos e seus impactos sociais

As temáticas constitucionais levaram o executivo a adentrar com propostas condizentes a pautas nacionais no legislativo. É o caso do debate em torno do meio ambiente. Foi um tema já tratado desde os anos de 1970, mas que ganhou maior espaço, especialmente pela maior cobrança da sociedade. A vice-prefeita Maria das Graças Tomich foi convidada a pronunciar e fez esclarecimentos sobre a comissão ecológica que tratava da poluição do rio Todos os Santos. Esse tema e os questionamentos levantados serviram para fortalecer outros debates ocorridos em pleitos anteriores e ações futuras.

A modernização continuou a pressionar as feiras livres que ainda sobreviviam nas regiões centrais de Teófilo Otoni. A urbanização se intensificava, dificultando a circulação de carros, motos e bicicletas. A cultura local foi sendo pouco considerada. As feiras livres, que já constituíam lugar de memória, patrimônio, espaço de trabalho e produção, foram sendo modificadas sem nenhuma preocupação com a importância que os diversos sujeitos sociais atribuem a esse lugar.

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras. (MASCARENHAS, 2008, p.75)

Num tempo em que a urbanização caminhava para uma remodelação espacial, não apenas a mobilidade urbana se tornou um problema. Surgiram as primeiras legislações voltadas para regular os abusos sonoros e visuais na cidade buscando proteção aos moradores. Um projeto do vereador Paulo Estevão Peruhype Portugal dispôs sobre a “Proibição de colocação de faixas de propagandas e comunicações nas ruas de Teófilo Otoni”. Seguindo a lógica urbana, o projeto foi aprovado e assim divulgou o Jornal Carta, em junho de 1997: “Agora é lei, está proibido colocar faixas nas ruas”.

Também numa lógica urbana, porém agora voltada para o problema da violência, vale destacar um Projeto de Lei de iniciativa do vereador Tulio Caminhas Fasciani que “Dispõe sobre proibição de venda de armas de brinquedo que assemelham com armas verdadeiras”. Um indicativo de que o combate à violência era uma necessidade no município, conseqüentemente, um tema a ser debatido pela Câmara Municipal.

Contudo, ao tratar da violência em Teófilo Otoni, as propostas feitas pelo legislativo direcionavam quase sempre para medidas punitivas, incidindo especialmente sobre o sistema carcerário. A Câmara era comumente notificada sobre as condições dos presídios, conforme ofício subscrito pelo Márcio Rogério de Oliveira, titular da 5ª Promotoria de Justiça, que respondia ainda pela “Defesa dos Direitos da Infância e Juventude e execução penal”. Nesse documento, o promotor expunha a situação da cadeia pública local e pedia uma atenção do poder público para elaboração de projetos que buscassem evitar a precariedade existente nesse espaço em que se encontravam os apenados.

Ainda que as condições do sistema carcerário tenham sido tema recorrente de denúncias desde a criação da Câmara Municipal no século XIX, a partir dos anos de 1990 surgiram propostas mais humanizadoras em relação aos presidiários. Um exemplo foi o projeto do vereador Noraldino Oliveira Santos, em 1997, que “Dispõe sobre absorção da mão de obra dos presos da cadeia pública municipal que estão em regime semi-albergados”, vislumbrando tanto uma reinserção social, como também ofertar mão de obra em determinados locais públicos.

Concomitantemente, o município também passava por acentuados problemas de violência envolvendo menores de rua. Esse era um problema social carente de ações afirmativas para resolvê-los, dada a condição de fragilidade social a que os menores estavam expostos. A partir daí surgiu um projeto que “Autoriza o executivo a implantar o centro de internação para menores”, conforme noticiou o Jornal Carta:

O projeto de lei nº 087/97, apresentado pelo vereador Paulo Portugal na Câmara Municipal de Teófilo Otoni, autoriza o Executivo a implantar o Centro de Internação para Menores. O objetivo da entidade é tirar da rua e reintegrar à sociedade os menores que apresentam maior grau de periculosidade, inibir a influência de líderes nos grupos de menores infratores e a formação de novos grupos, prestar acompanhamento psicológico, educativo e socializador que promova a reintegração dos menores às suas famílias (1997, p.1).

É importante relacionar a questão da violência com as condições de vida nos espaços urbanos de Teófilo Otoni. A ocupação de áreas periféricas se intensificou no fim da década de 1970 até os anos 2000 (BATELLA, 2013), multiplicando os números de áreas habitadas sem as menores condições para uso urbano, além de tornar sua periferia mais densamente habitada que a parte central. Mesmo com o desordenamento quanto ao planejamento urbano em Teófilo Otoni, foi um tema discutido no legislativo de 97-2000. Entre os assuntos tratados pelo legislativo de Teófilo Otoni, o destaque foi o Plano Diretor, o que leva a entender que esse problema era sério, visível e carente de tomada de decisões, o que ainda permanece na segunda década do século XXI.

O problema de infraestrutura urbana se manifestava em dois aspectos importantes: a busca pelo abastecimento de água em bairros periféricos, como o projeto para atender o bairro Taquara, efetivado em abril de 1997, e um segundo e não menos importante que foi incluir no perímetro urbano os bairros Indaiá e Frei Júlio.

7. Caminhos da Câmara no Século XXI

Os caminhos traçados pela Câmara Municipal de Teófilo Otoni nos anos dois mil ainda estão por serem analisados. Por ser um momento presente e ainda em construção, essas investigações serão assumidas por futuros pesquisadores. Cabe fazer uma leitura breve dos mandatos do executivo e a composição do legislativo no contexto nacional. Ressalta-se que as análises feitas a seguir têm como base apenas os resultados oficiais divulgados pelos órgãos de imprensa e pelo TRE.

Um dos aspectos que se tornam visíveis é que, se no final dos anos de 1900 as disputas para o legislativo municipal eram entre poucos partidos, no século XXI ocorreu uma crescente pulverização partidária. Somada a essa tendência, a troca de partidos entre vereadores foi permanente. Houve casos em que um vereador trocou de partido por seis vezes. Para se ter um comparativo do número de partidos no Congresso formado em 2022, tomaram posse 513 deputados federais, distribuídos em 19 partidos.

Veredores eleitos 2000

Adail Jaques Prates Rodrigues (PPS), Afonso Eustáquio Rodrigues Ferreira (PDT), Detzi Gazzinelli Júnior (PL), Eduardo Sulz (PFL), Elguita Starick Wnuk (PT), Gilson Ferreira Gonçalves (PFL), José Gilson Ramos (PSDB), José Nilton Alves Machado (PMN), Maria de Fátima Silva Dantas Rainer (PMN), Maria Emília Pinto Soares (PSDB), Néelson Eustáquio Veiga Silva (PDT), Northon Neiva Diamantino (PMN), Regina Celi Siqueira (PFL), Rômulo Barreiros (PSD), Semir Rachid Said (PPB), Valmir Ribeiro de Abreu (PHS), Wanne Vieira do Amaral (PT).

Dados: TER

Veredores eleitos 2004

Gilson Dentista (PL), Afonso Eustáquio Rodrigues Ferreira (PT), Marcos Caracas PHS, Mabel (PSDB), Rômulo Barreiros PSB, Northon Neiva Diamantino (PMDB), Maria Emília Pinto Soares (PMDB), Adail Jaques Prates Rodrigues (PPS), Eduardo Sulz (PL), Wanne Vieira do Amaral (PT), Pio de Castro Mota (PT).

Dados: Jornal Tribuna do Mucuri

Veredores eleitos 2008

Roldi Gás (PHS), Dr. Iltter (PSDB), Thalles Contão (PT), Renan Detetive (PDT), Paulo Alecrim (PDT), Gilson Dentista (PR), Luizinho da JK (PTN), Fátima Dantas (PSC), Marcos Caracas (PHS), Northon Neiva (PMDB), Sargento João Bosco (PT).

Dados: Jornal Tribuna do Mucuri

Veredores eleitos 2012

Pastor Franklin (PPS), Daniel Sucupira (PT), Maria Emília Pinto Soares (PMDB), Doutor Samir (PHS), Northon Neiva (PMDB), Marcinho da Serraria (PSC), Marcos Caracas (PHS), Thales Contão (PT), Professor Felipe Barbosa (PTB), Lelé (PTC), Raulino do Sindicato (PT), Gilson Dentista (PSC), Vânia Resende (PTC), Rômulo Barreiros (PSB), Dedeu Baterias (PRTB), Renan Detetive (PDT), Nilo Rodas (PTB), João Bosco (PSB), Assis da Prefeitura (PRP).

Dados: Jornal Tribuna do Mucuri

Veredores eleitos 2016

Northon Neiva (PMDB), Dr. Samir (PP), Cajaiba (PPS), Gilson Dentista (PP), Melquisedeque da Auto Escola (PRB), Paulinho de Dona Naná (PTB), Professor Felipe Barbosa (PTB), Dedeu Baterias (PSD), Paulo Marreco (PSB), Taquim da Sucam (PTB), Marcinho da Serraria (PTC), Vânia Resende (PTC), João Paulo (PSDB), Mila (PMDB), Filipe Costa (PSD), Fábio Lemes (PT do B), Veredor Assis (PRP), Raulino do Sindicato (PT), Tina (PT).

Dados: G1

Veredores eleitos 2020

Lidiomar da Saúde (PT), Eliane da Assistência Social (PT), Gabriel Gusmão (Republicanos), Serginho da Agropecuária (PT), Vânia Resende (Rede), João Paulo (Avante), Gilson Dentista (PSB), Fábio Lemes (Avante), Professor Felipe Barbosa (PSD), Paulo Leite da Junta Militar (PCB), Paulinho de Dona Naná (PSD), Ailton de São Miguel do Pita (PT), Ugleno Alves (Patriota), Cau Tenente (PCB), Juvenal Júnior (Podemos), Sargento Harlei (Patriota), Diogo Ferreira (PSDB), Robertinho Crescêncio (PP), Branquinho (PCB).

Dados: G1

Número de Partidos na Câmara	Ano das eleições	Número de vereadores ³
10	2000	17
07	2004	11
08	2008	11
11	2012	19
12	2016	19
11	2020	19

Fonte: os autores

Esse cenário aponta que os partidos de expressão nacional não obtiveram a mesma densidade eleitoral em Teófilo Otoni. Também pode indicar, como resultado de votos tão pulverizados, vereadores pouco alinhados com programas partidários, uma frágil sustentação ideológica e maior facilidade de controle do executivo em relação ao legislativo municipal.

Outro aspecto a se destacar nessa tendência são as permanências de cada um dos partidos ao longo do século XXI, conforme mostra o quadro a seguir.

PARTIDOS

ANO	PFL	PDT	PFL	PFT	PSDB	PMN	PSD	PSB	PHS	PSB	PMDB	PR	PTN	PSC	PTB	PTC	PRB	PRB ^{DO}	PRP	REPÚBLICANOS	REDE	AVANTE	PCB	PATRIOTA	PODEMOS
2000	X	X	X	X	X	X	X	X	X																
2004	X		X		X	X			X	X	X														
2008		X			X	X			X	X	X	X	X	X											
2012	X				X				X	X	X			X	X	X									
2016	X				X	X		X		X					X	X	X	X	X						
2020					X	X		X		X							X			X	X	X	X	X	X

Fonte: os autores

³ Por exigência da lei, a Câmara alternou o número de vereadores.

Em seis mandatos no século XXI, foram 27 partidos políticos que passaram na Câmara de vereadores. O Partido dos Trabalhadores foi o único que teve representante partidário em todos essas legislaturas, seguido pelo PSDB, que não conseguiu eleger nenhum vereador apenas em 2012. Nesse sentido, pode-se apontar para uma frágil tradição partidária no legislativo municipal.

Outro aspecto a se ressaltar foi a renovação da Câmara ao longo desses anos. Não há uma regularidade em relação à renovação/manutenção dos vereadores ao longo dos pleitos. Para se ter uma ideia desse quadro, em 2012, cinco vereadores se mantiveram no cargo, em 2016, dez vereadores se mantiveram na vereança e, em 2020, 13 assumiram a vereança pela primeira vez.

A representatividade feminina nos anos dois mil continuou sendo baixíssima. Apesar de Maria José Haueisen Freire ter sido eleita a primeira prefeita, na eleição de 2000, eram quatro vereadoras em um total de dezessete cadeiras. Foi o maior número de mulheres na vereança, o que poderia sinalizar novos tempos. Entretanto, nas eleições seguintes, não houve continuidade nessa tendência. Em 2004 e 2008, esse número foi reduzido, com apenas uma vereadora na Câmara em cada pleito. A partir de 2012, com o aumento de vereadores para dezenove, o quadro pouco se modificou. Foram duas legisladoras em 2012 e três em 2016. Atualmente são duas vereadoras, correspondendo a menos de 10% do Legislativo, sendo que Teófilo Otoni, pelo Censo de 2010, tinha 52,16% de mulheres. Comparando com a composição da Câmara, atualmente são 17% de deputadas federais.

Em relação ao pleito do executivo municipal ao longo do século XXI, diferentemente da maioria das cidades do Vale do Mucuri, em que predomina a disputa entre candidatos de direita e/ou centro direita, em Teófilo Otoni há o equilíbrio de votos entre os partidos de propostas progressistas, no caso o PT, e os conservadores, quase sempre o PMDB (substituído em 2020 pelo Patriota).

ELEIÇÕES 2004			
Candidato (a) Prefeito (a)	Partido	Votos	Porcentagem de voto
Maria José Haueisen Freire	PT	33.669	49,75%
Getúlio Afonso Porto Neiva	PMDB	27.868	41,18%
Giovani Cota	PV	6.132	09,06%

Dados: Jornal Tribuna do Mucuri

ELEIÇÕES 2008			
Candidato (a) Prefeito (a)	Partido	Votos	Porcentagem de voto
Maria José Haueisen Freire	PT	36.544	53,75%
Getúlio Afonso Porto Neiva	PMDB	28.205	41,48%
Eduardo Tomich	DEM	3.240	04,77%

Dados: Jornal Tribuna do Mucuri

ELEIÇÕES 2012			
Candidato (a) Prefeito (a)	Partido	Votos	Porcentagem de voto
Getúlio Afonso Porto Neiva	PMDB	35.842	86,16%
Fátima Dantas	PSC	5.759	13,84%
Ricardo Emex	PT	Candidatura impugnada	

Dados: Jornal Tribuna do Mucuri

ELEIÇÕES 2016			
Candidato (a) Prefeito (a)	Partido	Votos	Porcentagem de voto
Daniel Sucupira	PT	30.293	45,53%
Getúlio A. P. Neiva	PMDB	24.249	36,45%
Paulo Henrique Coimbra	PR	11.440	17,20%
Roberto Marcos	PSOL	545	0,82%

Dados: G1

ELEIÇÕES 2020			
Candidato (a) Prefeito (a)	Partido	Votos	Porcentagem de voto
Daniel Sucupira	PT	31.747	47,20%
Comandante Marinho	PATRIOTA	30.993	46,07%
Bruno Balarini	AVANTE	3.011	04,48%
Roque Saldanha	PMB	1.258	01,87%
Paulo Henrique Coimbra	PSDB	258	0,38%

Dados: G1

É importante evidenciar que houve, no quadriênio 2021/2024, alguns avanços realizados pelo legislativo municipal. Entre esses destaques pontua-se a atualização e adequação da Lei Orgânica do município de Teófilo Otoni, bem como a revisão e adequação do regimento interno da Câmara Municipal, além de terem sido empossados servidores por meio de concurso público. Ressalta-se, também, a reforma do histórico prédio, construído em 1906.

Muitos desafios ainda precisam ser debatidos e enfrentados. Entre eles pode-se assinalar a revisão com atualização e adequações

da legislação municipal referentes: ao Código de obras e posturas; Código sanitário municipal; Código tributário municipal com revisão da planta de valores dos imóveis do município, com a prática de justiça social; Lei de uso e ocupação do solo; Plano diretor municipal; Estatuto do servidor público municipal; Plano de cargos e salários do município de Teófilo Otoni.

Diretamente relacionado com o funcionamento da Câmara, o grande desafio é encontrar um espaço único e com salas adequadas para atender à comunidade. Atualmente a Câmara Municipal de Teófilo Otoni realiza seus trabalhos em dois espaços distintos. Esse já é um anseio antigo. É o caso de um projeto de resolução do vereador Rômulo Barreiros, em maio de 1991, propondo a compra de terreno para a construção de uma sede exclusiva da Câmara dos vereadores. Acredita-se que esse embrião tenha criado forças e, embora sem tempo determinado, persiste a tendência e a vontade política para tal construção.



Imagem atual do prédio da Câmara Municipal. Crédito: Valmer Batista

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida política da cidade de Teófilo Otoni, ao longo dos seus cento e setenta anos, por muitas vezes se identificou com os acontecimentos nacionais. A existência dos partidos Liberal e Conservadores no Império, a força do coronelismo na Primeira República, a presença do autoritarismo no governo militar e os movimentos de abertura política nos anos de 1988 são momentos expressos com clareza nas sessões da Câmara Municipal. No entanto muito também assumiu suas particularidades de um território com suas relações próprias de poder.

Não se pode deixar de destacar nas análises feitas nesta pesquisa que a proposta republicana em separar os três poderes foi extremamente lenta na vida política de Teófilo Otoni. O legislativo municipal teve, até pelo menos os anos de 1930, uma relação de imbricamento com os prefeitos. E, quando ocorreu essa separação, manteve-se uma forte relação de dependência quanto ao executivo municipal. Ainda que em alguns momentos ocorreram embates e duras críticas oposicionistas em alguns mandatos do prefeito, as votações acabavam sendo favoráveis aos interesses do chefe do executivo.

Um aspecto relevante foi que, ao longo da sua existência, o legislativo municipal paulatinamente perdeu seu poder decisório. No século XIX, os vereadores penetravam no cotidiano dos cidadãos, interferindo em situações públicas, mas também privadas. Ao mesmo tempo, os vereadores realizavam o papel de gestor, especialmente até a Primeira República. Ao longo do século XX, pouco a pouco foi diminuindo seu controle sobre a cidade, primeiro para o poder executivo, depois para os controles estaduais e federais.

Fazer um percurso de tão longo tempo nos levou a perceber que espaços políticos são feitos de mudanças e permanências. Muito se modificou de 1853 até os dias atuais, como também se conservaram muitas práticas nas relações de poder na Câmara Municipal de Teófilo Otoni. O legislativo local não está descolado da sociedade, pelo contrário, é um retrato das vivências e experiências da população incorporadas na pessoa dos vereadores e das vereadoras. Nesse espaço são reproduzidos os enfrentamentos e diversos recursos para solução dos problemas existentes. Há muito a avançar, especialmente na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

FONTES

- Acervo Fotográfico Fany Moreira
- Acervo Fotográfico MUVIM
- Acervo digital Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri
- Acervo digital IHGM
- Atas da Câmara Municipal de Teófilo Otoni
- Acervo digital Jornal A Família
- Acervo digital Jornal Carta
- Acervo digital Jornal G1.Globo - <https://g1.globo.com/>
- Acervo digital Jornal Nova Philadelphia
- Acervo digital Jornal O Liberal
- Acervo digital Jornal O Mucury
- Acervo digital Jornal O Norte de Minas
- Acervo digital Jornal Tribuna do Mucuri

REFERÊNCIAS

ACHTSCHIN, Márcio. **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni: [s.n.], 2018.

_____. BARROSO, Leônidas Conceição. **A estrada Santa Clara no século XIX: caminho de 'gentes' e vivências no Mucuri**. Belo Horizonte: O Lutador, 2017

_____. SOREL, Igor. **Rua Direita versus 'Rastacoro': dominação e resistências em Teófilo Otoni e região no século XX (1910-1974)**. Teófilo Otoni: s.n., 2015.

ACHTSCHIN, Márcio. **A Filadélfia não sonhada: escravidão no Mucuri do século XIX**. Teófilo Otoni, 2008.

APOLINÁRIO, Flávio; BARROSO, Leônidas Conceição; DINIZ, Alexandre Magno Alves. **Hierarquia da Rede Urbana do Vale do Mucuri utilizando técnicas de análise multivariada**. E-xacta. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 19- 32. Belo Horizonte: 2012. Acesso www.unibh.br/revistas/exacta/ Acesso em 02 de março de 2023.

BATELLA, Wagner Barbosa. **Os limiares das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e direitos humanos**. 2013.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COSTA, Wilson Soares da. **Um olhar sobre a Câmara Municipal de Teófilo Otoni: Síntese histórica**. <http://ihgmucuri.com.br/wp-content/uploads/2018/07/S%C3%8DNTSESE-DA-HIST%C3%93RIA-DA-C%C3%82MARA-MUNCIPAL-DE-TE%C3%93FILO-OTONI.pdf#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20decreto%20municipal%20719%2C%20de,Adolfo%20Guilherme%20Lorentz%20por%20raz%C3%B5es%20de%20ordem%20particular>. Acesso em 15 de março de 2023.

CUNHA, Alexandre Mendes. **A diferenciação dos espaços:** um esboço de regionalização para o território mineiro e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. X Seminário sobre a economia mineira, 2002.

DA SILVA, Rodrigo Machado. **Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais.** TEL Tempo, Espaço e Linguagem, v. 3, n. 3, p. 107-131, 2012.

DE MACÊDO, Muirakytan K. **A Câmara municipal da Vila e Cidade do Príncipe (SÉCULO XIX).** Câmara municipal de Caicó, 2016, p. 61.

Depoimento sobre a imigração sírio libanesa para Minas Gerais. Omar Souki. Minas Gerais 300 anos/organização: Márcia Maria Duarte dos Santos, Adalberto Andrade Mateus. 1. Ed. - Belo Horizonte: Editora Idea, 2020.

DUARTE, Regina Horta. **Conquista e civilização na Minas oitocentista,** In Teófilo Otoni. Notícias sobre os selvagens do Mucuri. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GARROCHO, Walter Teófilo Rocha. **Retalhos da tortura.** Teófilo Otoni: s.n., s.d.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2006.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. Revista USP. São Paulo, n. 17, 1993, p. 14-29.

FERREIRA, Godofredo. **Os Bandeirantes Modernos.** 2ed. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, 2021.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. **A colonização alemã no vale do Mucuri.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1993.

GODINHO, Alice Lorentz de Faria. **Expedição Mucuri.** Belo Horizonte: s.e, 2010.

LAFER, Celso. **O significado de República**. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 4, p. 214-224, 1989.

LEME, Hugo de Almeida. A evolução das máquinas de beneficiar café no Brasil. **Anais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz**, v. 10, p. 3-30, 1953.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral e do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 1 (74), p. 1-41, janeiro-abril 2022.

MACHADO, C. A. **A ação política da Teologia da Libertação, em Teófilo Otoni, durante as décadas de 1970 e 1980**. Monografia graduação em história, Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, 2009.

MARTINS, Marcos Lobato. **Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG - 1890-1950**. Revista de História Regional 15 (1): 40-77, Verão, 2010. file:///C:/Users/Milene-pc/Downloads/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-edesflorestamento-numa-%C3%A1rea-de-fronteira-Vale-do-Mucuri%20(4). pdf. Acesso em 05 de março de 2023.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MICELI, Sérgio. Apud BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituição de 1946**. Brasília: Câmara dos deputados/ coordenação de publicações, 1998.

MORAES, Adriano dos Santos. **Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Golpe, o regime militar e a elite mineira. **Hoje em Dia**. Belo Horizonte, p. 198-208, 2009.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Revista Economia Contemporânea**, n. 1, jan.-jun. , 1997.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. **O aldeamento indígena de Itambacuri e a política indigenista na província de Minas Gerais (1873-1889)**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

ORLANDO, Arthur da Costa. **O poder legislativo municipal na Primeira República**. *Revista Pesquisa & Educação à distância*, n 08, 2021.

Os Sertões das Minas Gerais: as particularidades na formação do Vale do Mucuri a partir de meados do século XIX. Marcio Achtchin. 1. Ed. - Belo Horizonte: Editora Idea, 2020.

OTTONI CARVALHO, Christiano. **A mesorregião do Vale do Mucuri: contextualização histórica e Análise do desenvolvimento**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia/ Tratamento da Informação Espacial PUC MG, Belo Horizonte, 2006.

PEQUENO, Marconi. **O fundamento dos direitos humanos**. Educando em direitos humanos, p. 25, 2016.

REGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890- 1930**. Editora Paz e Terra, 2009.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estrada da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estud. Soc. E Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 2010: 393-433.

_____. **O cavaleiro e as selvas: as aventuras de Teófilo Benedito Ottoni, o Mucuri e o Jequitinhonha do século XIX**. Belo Horizonte. 1998

RICCI, Paolo. ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, **Competição Política e Fraude Eleitoral**: A Tônica das Eleições na Primeira República. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 443 a 479. <https://www.scielo.br/j/dados/a/t33cFwdTh84kVMhbxLstT5h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 de mar. 2023.

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro. **Hist. cienc. Saúde**, Rio de Janeiro, julho, 2010.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro**: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. CONPEDI-Conselho Nacional de Pós-graduação em Direito, v. 1, p. 203-223, 2006.

AUTORES

MÁRCIO ACHTSCHIN SANTOS

Pós-doutor em História e Cultura Política pela
Universidade Federal de Minas Gerais;
Professor do Magistério Superior da Universidade Federal
dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;
Autor de diversos livros, entre eles "A Filadélfia não sonhada:
a escravidão no Mucuri do século XIX".

RIVANI LOPES NEGREIROS

Doutora em Educação pela Universidade de Matanzas;
Mestre em Educação pela PUC/SP;
Especialista em Sociologia pela UFMG;
Graduada em História pela UNEC;
Presidente do MUVIM.

VALMER BATISTA BARRETO

Graduado em Letras, Memorialista;
Professor de Língua Inglesa;
Vice-Presidente do MUVIM.

A QUEM SERVE A CASA DO POVO?

“Aos homens de todas as profissões e destinos:

Os empresários, que por sua luta sustentam a economia desta região depauperada e esquecida;

Os operários, que por suas mãos rudes constroem conosco as nossas riquezas;

Os garimpeiros, que por seu sonho e pertinácia, rasgam o coração da terra e arrancam as milionárias pedrarias, que não lhes darão em troca um roto andrajo e um pedaço de fumo;

Os poetas desta terra [. . .];

O pintor Zé Rosa, com sua vasta cabeleira branca e sua popularidade; a baiana do acarajé e os pequenos engraxates logo ali na esquina da praça sob o ficus;

Os homens do mercado, com seus ensanguentados aventais das bancas de carne, ou suas caixas de verduras da Laginha e flores da nossa zona rural e que, pelas madrugadas, de quarta e sábado [. . .] fazem crépidas os cascos de suas montarias pelas pedras firmes das ruas da cidade”.

Discurso adaptado do vereador Mauro Mendes de Sousa, retirado da ata em sessão solene do dia 12 de julho de 1975, homenageando o então ministro do STF, Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, filho de Eustáquio Peixoto.

SOLAR DA VOZ PRÓ-GENTE.

À Câmara Municipal de Teófilo Otoni,
vigorosa Copartícipe dos Festejos dos
Cento e Setenta Anos da Cidade!

João Bosco de Castro:
Bom Despacho-MG.

Oficina Legífera, és a Casa
Da austera voz da Filadelfa Gente,
Tear da Lei Precípua: a ágil asa
Para o voo ao progresso humano e urgente!

Espaço excelso do Labor Maior!...
Quase dois séc'los de suor decente...
Tu és o pilar-mestre, és o melhor
Esteio do Solar da Voz pró-Gente,

Onde a Democracia chã reside,
Nutrida no Poder do Povo Audaz,
Cuja vontade é lei, sem vil revide,

E a tudo impera, e civiliza, e faz
A tutela da vida e a bem-decide!
De TeOtoni és o Templo da Lei-Paz!...